

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MAICON VINÍCIUS DA SILVA CARRIJO

**O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos:  
Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil**

São Paulo  
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos:  
Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil**

Maicon Vinícius da Silva Carrijo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti

São Paulo  
2007

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Maicon Vinícius da Silva Carrijo

O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof . Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof . Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof . Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti pela confiança depositada em mim desde as primeiras reflexões sobre esse tema. Seu apoio e orientação foram essenciais para conclusão deste trabalho e para esta etapa de minha formação. A seriedade e disposição com que enfrenta as tarefas do ensino e da pesquisa mostraram-me, nesses anos, um exemplo admirável de postura acadêmica.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que apoiou financeiramente o desenvolvimento dessa pesquisa através da concessão de uma bolsa de mestrado.

Agradeço, de modo muito especial, ao apoio da amiga Maria Renata. Sem medir esforços me apresentou São Paulo por meio de sua família. Serei eternamente grato a seus avós Aparecido e Ivanir, seu irmão Zeca e sua prima Mariana. A bondade dessas pessoas foi fundamental para que os primeiros passos na direção desse trabalho fossem trilhados com a maior tranquilidade possível.

Por fim, porém com muita importância, lembro das pessoas mais próximas. Agradeço aos meus pais, Nero e Maria Aparecida, e meu irmão, Gustavo. Faltam palavras para eles. Seu afeto e, especialmente, a incansável capacidade de me auxiliar em toda e qualquer necessidade, fizeram com que as grandes dificuldades enfrentadas durante a preparação dessa pesquisa se tornassem sempre menores. Do mesmo modo, agradeço com muito carinho a Daniela, sua presença ao meu lado e, sobretudo, sua compreensão e apoio, foram grandes motivadores ao longo deste período.

## RESUMO

CARRIJO, M. V. S. **O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil.** 2007. 185f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

O interesse pelos antecedentes hispânicos estadunidenses foi uma das causas que deram origem à historiografia norte americana sobre a América Latina; no início, muito dedicada às regiões de fronteira. A posterior ampliação dos estudos e do enfoque para temas de todos os países guarda relação com motivações vindas, muitas vezes, das preocupações da política exterior estadunidense para a área. Imersos nesse grupo, os primeiros estudos sobre o Brasil ganharam vida nos Estados Unidos perto de 1930 e um grande vigor a partir de 1959, em virtude da Revolução Cubana. O objetivo do presente trabalho é analisar o desenvolvimento das pesquisas sobre a história brasileira produzidas nos Estados Unidos, aqui conhecidas pelo termo brasilianismo, buscando, principalmente, refletir sobre a sua posição em relação à dos demais países latino-americanos e, ao mesmo tempo, entender a obra sobre o Brasil de maior repercussão de um importante membro do grupo: o historiador Thomas Elliot Skidmore. Tal estudo se justifica na medida em que o mencionado autor foi um dos elementos fundamentais no processo de consolidação dos estudos brasileiros nos Estados Unidos. Representante mais conhecido dos brasilianistas que vieram para o Brasil após o impulso dado pela Revolução Cubana, Thomas E. Skidmore escreveu, em 1967, sua primeira obra sobre a política brasileira de 1930 a 1964. A importância do seu livro para a historiografia e o público leitor brasileiro, assim como de outras obras brasilianistas, está relacionada ao seu ineditismo no que se refere à abordagem do passado republicano a partir de 1930, mas sua análise interna permite captar seus posicionamentos em relação às várias correntes presentes no campo como a teoria da modernização.

Palavras-chave: historiografia, brasilianismo, Thomas Skidmore.

## ABSTRACT

CARRIJO, M. V. S. **Brazil and the brazilianists in the North American academic circles: Thomas Skidmore and the contemporary history of Brazil.** 2007. 185f. Dissertation (master's degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

The interest in North American Hispanic antecedents was one of the reasons that originated the North American historiography about Latin America, at the beginning, very dedicated to regions of frontier. The subsequent extension of studies and approach in themes of all countries keep in touch with motivations, many times, derivated from worries about foreign policies with the area. Immersed in this group, the firsts studies about Brazil came to life in the United States about 1930 and had a great vigor from 1959 due to Cuban Revolution. The aim of this current work is to analyze the development of researches about the Brazilian history produced in the United States, here known as “brazilianismo”, trying to reflect, mainly, about its position in relation to the others Latin American countries and, at the same time, to understand the work on Brazil of larger repercussion of an important member of the group: the historian Thomas Elliot Skidmore. Such study justifies itself in proportion to the mentioned author was one of the fundamental elements at the consolidation process of the Brazilian studies in the United States. He was the representative more known among the brazilianists who came to Brazil after the Cuban Revolution impulse, Thomas E. Skidmore wrote, in 1967, his first work about Brazilian policy from 1930 to 1964. The importance of his book to the historiography and the Brazilian reader, as other brazilianists books, is related to his unpublished work in that it refers to the approach of the republican past starting from 1930, but its internal analysis allows to capture its positionings in relation to the several present currents in the field as the modernization theory.

Keywords: historiography, brazilianism, Thomas Skidmore.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Distribuição de teses sobre assuntos brasileiros na Universidade de Wisconsin 1950-1972.....	95
Gráfico 2 – Distribuição anual de livros de autores brasilianistas .....	179

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do número de cursos sobre a América Latina em instituições norte-americanas por áreas em função dos períodos.....	40
Tabela 2 – Distribuição das páginas por área estudada, “The Hispanic American Historical Review” (1918-1948) .....	46
Tabela 3 – Distribuição das páginas por recorte temporal, “The Hispanic American Historical Review” (1918-1948) .....	47
Tabela 4 – Distribuição das páginas por temática abordadas, “The Hispanic American Historical Review” (1918-1948) .....	49
Tabela 5 – Distribuição dos artigos por recorte temporal, “The Hispanic American Historical Review (1955-1967) .....	60
Tabela 6 – Distribuição dos artigos sobre o Brasil por recorte temporal, “The Hispanic American Historical Review” (1955-1967).....	61
Tabela 7 – Dissertações sobre o Brasil produzidas nos Estados Unidos.....	63
Tabela 8 – Distribuição dos artigos por área estudada, “The Hispanic American Historical Review” (1955-1967) .....	65
Tabela 9 – Distribuição dos artigos por enfoque temático, “The Hispanic American Historical Review” (1955-1967) .....	67
Tabela 10 – Distribuição dos artigos sobre o Brasil por enfoque temático, “The Hispanic American Historical Review” (1955-1967).....	68
Tabela 11– Distribuição das teses sobre o Brasil em universidades norte-americanas, 1950-1972.....	94



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2</b>	<b>O BRASIL E A AMÉRICA LATINA PARA A HISTORIOGRAFIA NORTE-AMERICANA: ORIGENS E CONSOLIDAÇÃO</b> .....	28
2.1	LATIN AMERICAN STUDIES: OS PRIMEIROS PASSOS .....	28
2.2	ANOS 50, PASSOS CURTOS SOLITÁRIOS, ANOS 60, PASSOS RÁPIDOS COM O COMUNISMO. ....	52
<b>3</b>	<b>A HISTÓRIA DE UM BRASILEIRISTA E SUA HISTÓRIA DO BRASIL</b> .....	81
3.1	THOMAS SKIDMORE: DE “HARVARD UNIVERSITY” A “UNIVERSITY OF WISCONSIN” .....	81
3.2	THOMAS SKIDMORE: DE “POLITICS IN BRAZIL, 1930-1964. AN EXPERIMENT IN DEMOCRACY” A “BRASIL: DE GETÚLIO VARGAS A CASTELO BRANCO (1930-1964)” .....	95
3.3	VOLTANDO AO CAMPO: DIVERSIFICAÇÃO DAS POSSIBILIDADES. ....	104
3.4	UM BRASILEIRISTA, UMA OBRA .....	114
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	154
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	164
<b>6</b>	<b>APÊNDICE – A CHEGADA NO BRASIL</b> .....	172

## 1 Introdução

O termo brasilianista foi usado pela primeira vez no Brasil por Francisco de Assis Barbosa na apresentação do livro “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” de Thomas Skidmore em 1969, como uma maneira de identificar um estudioso de outra nacionalidade que se interessou pelo Brasil. Entretanto, naquele momento, o termo contemplava mais especificamente uma corrente de estrangeiros: os norte-americanos. A partir de 1960, o interesse dos Estados Unidos pela América Latina se intensificou, possibilitando um aumento considerável dos seus intelectuais em diversas áreas das humanidades pesquisando e visitando o Brasil. Os motivos deste súbito aumento atrelam-se tanto à política exterior norte-americana como ao modelo de funcionamento por qual passava a sua academia.

Em 1970, a presença dos brasilianistas em maior número no mercado editorial principiou as reflexões da academia e de alguns meios de comunicação acerca do caráter de suas atuações. A ditadura militar e a repressão à intelectualidade local, as diferenças institucionais, ou mesmo, teóricas entre a academia brasileira e a norte americana, trouxeram à tona, por parte dos brasileiros, olhares diversos sobre os brasilianistas: de um lado as análises enfatizaram, muitas vezes com tom de denúncia, a relação entre os pesquisadores e o desenvolvimento do capitalismo, enquadrando-os como verdadeiros agentes do imperialismo norte-americano – visão que desqualificou os estudos e responsabilizou os brasilianistas por pesquisas utilizadas para uma melhor implantação da política de dominação norte-americana; de outro, uma postura que se manteve atenta à relação financiamento acadêmico e interesse político, ao mesmo tempo em que buscou aprofundar a análise de outros elementos dessa produção, observando, por exemplo, as especificidades do código historiográfico norte americano ou então os brasilianistas como portadores de uma estrutura institucional

extremamente diversa da brasileira – rejeitando, em alguns casos, uma depreciação generalizada das obras dos norte-americanos.

Alguns trabalhos foram feitos no sentido de discutir esta questão, alguns acompanhavam a primeira opinião que apresentamos acima, outros, a segunda. No primeiro grupo pode-se observar, por exemplo, o trabalho de Paula Beiguelman (1987), que criticou a escolha dos temas pelos pesquisadores, incompreensíveis apenas na aparência, pois, de fato, o objetivo dos brasilianistas era tumultuar, criar as “effective gossips” ou “fofocas eficientes”<sup>1</sup>. Para Beiguelman, nas universidades norte-americanas onde se analisava a situação brasileira discutia-se, sob os auspícios das fundações financiadoras, melhores estratégias em termos de ingerência. A autora ainda criticou a forte tendência empirista por parte dos norte-americanos, dada a ligação entre o interesse pelos dados e a coleta de informações úteis para facilitação do projeto “imperialista” estadunidense.

Há também as reflexões de Janice Theodoro da Silva (1979), em artigo onde criticou o livro “Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro” de Thomas Skidmore, caracterizado pela autora como exemplo do processo no qual a figura “alienante e alienada” do historiador utiliza-se de uma “falsa ciência” para eliminar versões que não apreende em seu universo conceitual. Atenta à “lógica burguesa”<sup>2</sup> que fez dos brasilianistas

---

<sup>1</sup> “Assim, por exemplo, um pesquisador *doublé de manager* de mineradora e ligado à CIA até por laços familiares dedicava-se a levantar com estranha minúcia a antiga história das esquerdas brasileiras, reabrindo feridas, reprisando divergências e querelas, enfatizando aspectos que, embora tivessem ocorridos e devam ser sempre repudiados, não constituem evidentemente a essência do projeto getulista – mas que, entretanto, com tal focalização se buscava desqualificar. E essa tarefa era executada enquanto a ditadura intensificava a tenebrosa repressão do pós-68, num processo cujo alvo precípua consistia justamente em desmontar o projeto do trabalhismo-nacionalista, iniciado a 1930, golpeado em agosto de 1954 e ferido de maneira devastadora em 1964. Considerando que, por uma série de razões, há ainda entre nós resistências para perceber a ruptura que representou o 24 de agosto de 1954, imagine-se o alto fator de perturbação introduzido por procedimentos desse tipo. Pois, em última análise, o objetivo era contribuir para aprofundar a dissociação dos menos avisados com respeito ao referido projeto antiimperialista” (BEIGUELMAN, 1987, p.201). Beiguelman não citou o nome do pesquisador mas, provavelmente, se referiu neste trecho a W. J. Foster Dulles, formado em filosofia e em metalurgia. Dulles veio ao Brasil em 1959 para trabalhar na Hanna Mining Co. (MG) e em 1961 tornou-se professor da Universidade do Texas, pesquisando e publicando livros sobre vários tópicos da política brasileira do século XX.

<sup>2</sup> “Os impasses políticos e a massificação foram responsáveis, em grande parte, pelo desaparecimento de uma linhagem de pensamento crítico, cuja importância é vital para a nossa Historiografia, ansiosa por apreender e atuar sobre nossos impasses culturais, sociais, políticos e econômicos. É frente a esta conjuntura que temos que

estudiosos apenas das aparências nacionais, propôs, ao final, uma retomada da produção historiográfica européia pelos estudiosos brasileiros.

O segundo grupo congrega um número maior de pesquisadores, entre eles estão os trabalhos de Dulce Ramos (1972, 1974), que fez um levantamento de pesquisas sobre o Brasil em universidades norte-americanas entre 1960 e 1970<sup>3</sup>. Em suas conclusões relacionou a maior importância que os brasilianistas deram à história recente do Brasil aos interesses das Fundações e ao governo norte-americano – financiadores de muitas pesquisas – mas, apesar de enfatizar esta constatação, não deixou de notar tendências gerais da historiografia estadunidense. José Honório Rodrigues (1976), entre outras afirmações, demonstrou suas preocupações com a não profissionalização da historiografia brasileira em face da alta produção norte-americana; a ausência de professores de nível superior nas universidades, por conta do abandono político sofrido durante a ditadura militar no Brasil, a inexistência de um mercado de trabalho, o não reconhecimento da profissão de historiador e pesquisador em História levavam a um problema, gravíssimo para ele, de descaracterização e desnacionalização da cultura brasileira, uma vez que ninguém devia saber mais sobre o Brasil do que os próprios brasileiros. O problema se agravava na medida que, além de escrever sobre a “nossa” História, os brasilianistas eram convidados para ensinar aos brasileiros os problemas do Brasil, e, até certo ponto, para José Honório Rodrigues, faltava aos americanos a “consciência nacional”, indispensável à missão do historiador.

---

analisar a produção dos conhecidos brazilianists que, carregados de boas intenções, compõem a ‘última explicação da realidade brasileira’. Produção que trata, em geral, das aparências de que se reveste uma determinada configuração social e cujo substrato está, inevitavelmente, vinculado ao desenvolvimento do capitalismo. Circunscritos inteiramente dentro da lógica burguesa, incapazes de perceber outro tempo e outro espaço, tais historiadores retomaram os ‘fatos’ de maneira a não se escapar à visão cronológica da história” (SILVA, 1979, p.210)

<sup>3</sup> O trabalho de 1972 de Dulce Helena Ramos é uma dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. A autora justificou seu extenso levantamento das teses através de alguns conceitos, entre eles o de “Pesquisa Pública”, que, grosso modo, enfatiza a preservação, organização e interpretação de grandes conjuntos históricos dispersos para oferecer novas fontes de informação ao historiador. Boa parte da dissertação tornou-se o artigo “Levantamento das Pesquisas sobre assuntos brasileiros feitas em Universidades Norte Americanas (1960-1970)” publicado na Revista de História em 1974.

Nesse mesmo campo, Francisco de Assis Barbosa (2000), que atuou em 1968 como professor visitante na Universidade de Wisconsin, na generosa apresentação ao livro de Thomas Skidmore avaliou o quadro acadêmico brasileiro, deficiente na sua estrutura e em determinadas concepções do trabalho histórico quando pensado à luz da “sofisticação” dos estudos do norte-americano<sup>4</sup>. Enquanto, nas primeiras páginas do livro “A locomotiva. São Paulo na federação brasileira” do brasilianista Joseph Love, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais (1982) assinaram uma apresentação que clamou contra a “rejeição xenófoba” e a necessidade de uma “assimilação crítica” da História do Brasil escrita por norte-americanos.

Outro autor que podemos englobar nesta corrente é Sérgio Miceli que, em obra publicada em 1989, fez um mapeamento das bases materiais e institucionais que apoiaram os estudos dos brasilianistas, com foco especial na Fundação Ford, analisando os interesses políticos, comerciais e acadêmicos que moldaram o “intercâmbio” entre os diferentes “sistemas de produção intelectual”, caracterizando os perfis que fizeram parte desse relacionamento. Do mesmo modo, Heloísa Pontes (1990), atenta às relações entre “centros de produção intelectual” e “periferias”, realizou um exame da produção editada no Brasil em todas as áreas das ciências humanas, observando que o Brasil foi, muitas vezes, uma área de especialização profissional, um espaço para trocas institucionais e local para “escoamento” da produção desenvolvida nos Estados Unidos. José J. A. Arruda e José M. Tengarrinha (1999), bastante apoiados nos dados levantados por Pontes (1990), buscaram aprofundar a análise das temáticas presentes nas obras editadas pelos brasilianistas, com enfoque especial nos historiadores. Regina da Luz Moreira (1990), também atenta à historiografia, traçou a relação

---

<sup>4</sup> “Os arquivos e bibliotecas brasileiros – não só no Rio de Janeiro e São Paulo, como em Porto Alegre, Belo Horizonte, Bahia, Recife, Belém do Pará – estão repletos de estudantes estrangeiros, americanos e ingleses na maioria, que estudam o Brasil, em proporção bem maior que de brasileiros. Poucos são os estudantes brasileiros dedicados a pesquisas, que freqüentam os arquivos, por culpa sem dúvida dos professores que não lhe dão assistência. Ao contrário do que acontece entre nós, o estudante americano não é desamparado material e intelectualmente. Desde que demonstre aptidões, recebe logo uma bolsa que lhe garante a manutenção e o pagamento do ensino (Nada se faz de graça nos Estados Unidos!)” (BARBOSA, 2000, p.6).

da atuação brasilianista com o desenvolvimento de centros de documentação voltados para a pesquisa histórica. A pesquisadora Fernanda Massi (1990), por sua vez, fez uma análise dos discursos relacionados ao brasilianismo em órgãos da imprensa (grande imprensa e imprensa alternativa) e dos meios acadêmicos (especialmente em alguns periódicos de história e das ciências sociais), discurso “escandaloso” marcado por denúncias, críticas e também assimilações<sup>5</sup>. Já o historiador Marcos A. da Silva (1996), no artigo “Notícias do brasilianismo. Saudades da historiografia brasileira” fez uma reflexão acerca do ensaio bibliográfico da norte-americana Barbara Weinstein, publicado nos periódicos “Latin American Research Review” e na “Revista Brasileira de História”, procurando, ao longo do texto, rever ou indicar certas tradições historiográficas brasileiras ausentes nas proposições de Weinstein<sup>6</sup>. Podemos citar ainda as considerações de Astor Antônio Diehl presentes no livro “A cultura historiográfica brasileira”, onde, após reconhecer como brasilianista o estrangeiro que se dedica à temática brasileira, seja para a busca do conhecimento científico, ou “[...] para a busca do conhecimento científico a partir de questões político-estratégicas” (1999, p.189), demonstrou o desenvolvimento dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, realizando, assim como Ramos (1972, 1974), um levantamento das teses dos brasilianistas e das universidades às quais estes eram vinculados.

---

<sup>5</sup> Os artigos de Pontes (1990), Massi (1990) e Moreira (1990) foram publicados no mesmo número da Revista “Estudos Históricos”, intitulado: “História e Ciências Sociais”. O número ainda contou com o artigo “Distância e diálogo: história e ciências sociais nos Estados Unidos” de Gerson Moura, que traz importantes reflexões sobre a historiografia norte-americana, esboçadas novamente no livro “História de uma história. Rumos da historiografia norte americana no século XX” publicado em 1995. O livro e o artigo são frutos da primeira parte de um projeto maior de Moura: “A leitura brasilianista da história do Brasil”, interrompido pelo seu falecimento em 1992. Nas palavras do próprio autor: “[...] procurei realizar um mapeamento geral da historiografia norte-americana, como contexto e ponto de partida para entender o trabalho dos brasilianistas americanos. Creio que os debates, inflexões e rumos dessa historiografia interessam *per se* aos pesquisadores brasileiros, razão pela qual produzi este texto, antes de desenvolver a segunda parte da pesquisa” (MOURA, 1995, p.13).

<sup>6</sup> “As observações sobre o original livro de Graham são igualmente estimulantes e ele parece menos vinculado por Weinstein à dicotomia bom império/má república. Falta entender melhor seus vínculos – mesmo que seja por negação – com alguns clássicos brasileiros sobre relações de poder no Brasil do século XIX, como Maria Sylvia Carvalho Franco (caracteriza impressionantes redes de mando e submissão), Maria Isaura Pereira de Queiroz (trabalha a questão do mandonismo desde a colônia, passando pelo império e com intensas projeções para a república) e Victor Nunes Leal (usando o conceito de coronelismo, mais preocupado com o período republicano, discute mesclas de relações pessoais e poder estatal).” (SILVA, 1996, p.84-85)

Ainda nesse grupo, José Carlos Sebe Bom Meihy (1984, 1990, 1991), um dos acadêmicos brasileiros que mais se dedicou ao tema, buscou nos seus trabalhos a conceituação do termo e das fases de recepção<sup>7</sup>. Com relação ao termo ressaltou as diferenças entre o “brasilianismo histórico” e o “brasilianismo político” (ou somente brasilianismo), o primeiro menos relacionado com um “conjunto temático político, institucional e ideológico”<sup>8</sup>, e o segundo, em cena a partir de 1959, foi favorecido por “um projeto de instrumentalização” a partir de Washington (1991, p.136), com um elemento político em sua ação – acionado após a percepção do desconhecimento acerca da realidade latino-americana em virtude da Revolução Cubana –, advertindo, ao mesmo tempo, que a cultura acadêmica tem ritmos próprios e que sua “instrumentalização”, em qualquer conjuntura, não se faz sem “contradições, giros e negações” (1991)<sup>9</sup>. Para o referido autor: “Por comunidade científica dos brasilianistas norte-americanos entendemos o conjunto dos acadêmicos que se exercitam no mesmo contexto temático de área de estudos” (1990, p.8), as diferenças dos métodos, das

---

<sup>7</sup> Meihy (1984, p.90) definiu quatro fases: “fase conceitualista” (1968-1972), “fase de rejeição absoluta” (1972-1975), “fase de rejeição parcial” (1975-1978) e “fase de avaliação” (1978-1983). Nas proposições de Massi (1990) encontramos essas barreiras temporais propostas por Meihy um pouco mais frouxas. Segundo a autora: “Os discursos sobre o brasilianismo começaram a se delinear mais claramente a partir de fins dos anos 60, começo de 70. A partir de 70, então, observa-se uma simultaneidade de discursos pró e contra o fenômeno. Enquanto a imprensa alardeia o perigo da invasão brasilianista, intelectuais fazem apresentações elogiosas a livros aqui editados. O mesmo José Honório Rodrigues, por exemplo, que escreve o já mencionado artigo sobre a questão, faz uma orelha favorável ao trabalho de Richard Graham, ‘Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850-1914’. Os ecos de tal debate se fazem presentes nos anos 80 com o mesmo tom veemente, ainda que de modo circunscrito.” (MASSI, 1990, p.39).

<sup>8</sup> Em relação ao “brasilianismo histórico” Meihy afirma: “Nascido no século passado, desde os interessantes relatos de viagem de Ewbank até os estudos de “comunidades” desenvolvidos por acadêmicos do porte de Stanley J. Stein nos anos 40, o brasilianismo histórico era mais suave, flexível, menos comprometido com um conjunto temático político, institucional e ideológico. Por aquele tempo, o tom geral dominante exibiu-se mais cultural e universalista porque se mesclava com trabalhos de estudiosos de muitos outros países” (1990, p.44).

<sup>9</sup> O texto de 1991 “Decifra-me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico X brasilianismo” publicado por Sebe na Revista “Estudos Históricos” tem a intenção de criticar os artigos já citados de Heloísa Pontes e Fernanda Massi, também publicados na Revista “Estudos Históricos” em 1990. Pontes em seu texto, assim como Massi, esboçou algumas noções distintas das de Meihy sobre o fenômeno. As noções de brasilianismo histórico e brasilianismo político propostas pela primeira vez por Meihy em obra publicada em 1984, por exemplo, sofreu a seguinte crítica de Pontes: “Uma leitura atenta dessa nova produção estrangeira sobre o país sugere cautela em relação a explicações globalizantes. Se alguma visão de conjunto deve ser oferecida, é preciso, no entanto, atentar para as suas particularidades internas. O risco de diluir a diferença nela mesma é grande, mas pior seria eliminá-la em prol de sínteses abrangentes que enxergam coisas iguais, quando de fato são várias. Exemplo? Tratar a produção estrangeira como um contínuo, onde os franceses, americanos, alemães, ingleses (africanistas uns, americanistas outros, cientistas sociais ou historiadores, todos) são vistos como antepassados recentes dos “brasilianistas históricos” (PONTES, 1990, p.47).

gerações e das abordagens são aceitas – uma multiplicidade de recortes dentro de um tema comum, pois, ao fim, todos dizem algo sobre o Brasil<sup>10</sup>.

A interpretação desenvolvida por historiadores norte-americanos também pode ser evocada. A questão dos brasilianistas foi entendida por alguns como mais uma especialidade acadêmica que, ao longo do tempo, teve variações na intensidade de sua produção de acordo com os apoios institucionais e a importância do Brasil e da América Latina no cenário mundial, como é o caso da análise de Judy Bieber (2002); nesse quadro, também se encontram as afirmações do brasilianista Robert Levine (2002), que traçou características gerais deste campo de estudos nos Estados Unidos<sup>11</sup>, e as de Russel-Wood (1985), mais preocupado em analisar o histórico da produção sobre o Brasil colonial, quantitativamente menor em relação à do período imperial e republicano. Destoantes desse grupo foram as afirmações feitas por Richard Morse, crítico severo da postura temática e metodológica da vertente acadêmica estadunidense dedicada aos países latinos americanos. Após as alterações no campo de estudo em 1960 Morse publicou três artigos onde refletiu sobre a questão. No Brasil foram reunidos no capítulo “A formação do latino americanista” do livro “A volta de Macluhanaíma. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria”, publicado em 1990. Fundamental na argumentação do autor é a idéia de que as lacunas da historiografia norte-americana sobre o continente foram causadas por “um desentendimento fundamental” existente entre as duas Américas<sup>12</sup>. Para Morse, algumas das deficiências dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos guardam relação com uma certa hostilidade subconsciente

---

<sup>10</sup> Essa conclusão é apresentada no livro “A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica”, no qual Meihy se atentou para as “histórias de vidas acadêmicas”, procurando atingir a subjetividade por meio das experiências pessoais – os traços institucionais, curriculares ou legais tornaram-se detalhes complementares nas trinta e duas entrevistas realizadas com brasilianistas de várias gerações (1990, p.17).

<sup>11</sup> Os artigos de Bieber (2002) e Levine (2002) estão inseridos no livro “O Brasil dos brasilianistas. Um guia de estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos” organizado por Rubens A. Barbosa, embaixador brasileiro nos Estados Unidos nesse período, Marshall Eakin, historiador estadunidense, e Paulo. R. Almeida, diplomata e sociólogo. Fruto de reuniões na embaixada brasileira entre 1999 e 2000, a obra traz uma parte dedicada ao desenvolvimento dos estudos brasileiros nos Estados Unidos e uma série de artigos destinados à história de cada disciplina em relação ao tema. Assim, por exemplo, Bieber ocupou-se do Brasil na área da História, Janet M. Chernela sobre a Antropologia e Werner Baer e Roberto Guimarães dedicaram-se à economia.

<sup>12</sup> Essa reflexão foi aprofundada posteriormente no livro “O espelho de Próspero” publicado no Brasil em 1990.



que os pesquisadores sentem pela América Latina ao estudá-la, causada pelo fato de que as duas culturas em questão seguiram “trajetórias espirituais” que são diametralmente opostas, uma série de fatores históricos e culturais específicos que inibiram a mobilização dos melhores recursos acadêmicos estadunidenses para estudar o sul do continente. Segundo Morse, o contato dos norte-americanos com a América Latina se deu pelas portas dos fundos, a outra metade do continente foi vista como culturalmente marginal. Os jovens norte-americanos não conseguiram ver nenhum mistério nobre no sul do continente – criou-se um balizamento dentro da própria cultura.

Entre os pesquisadores norte-americanos não foram muitas as análises que trataram exclusivamente dos trabalhos sobre o Brasil. Como em alguns artigos de Richard Morse, suas reflexões, na maioria dos casos, abordaram as pesquisas feitas sobre toda América Latina, tendo como recorte o campo de estudos que foi denominado por alguns como latino-americanismo. De modo geral, analisaram o desenvolvimento de toda produção, estabelecendo, como nas pesquisas sobre o brasilianismo, certas relações entre a política exterior norte-americana e a produção dos pesquisadores. Essa bibliografia traz algumas contribuições importantes na medida em que permite a compreensão do fenômeno em termos mais gerais, já que o brasilianismo nasceu dentro dos estudos latino-americanos e manteve, por causa dessa percepção que se apóia numa espécie de unidade da região para a pesquisa e o ensino, fortes vínculos com as linhas de pesquisa sobre os outros países do sul do continente ao longo dos anos. Nesse sentido, os trabalhos de Eakin (1998), Gibson e Keen (1957), Hanke (1967), Skidmore (1998b) e Johnson (1985) revelam, além das origens das preocupações com a região – iniciadas a partir do México e dos territórios anexados pelos EUA –, as mudanças nas tendências temáticas, nas abordagens e nos enfoques. Nesse quadro, determinados trabalhos oferecem instrumentos para pensarmos o trajeto das temáticas brasileiras dentro da especialidade, mesmo que não fosse esse o seu objetivo principal. Nos referimos,

especialmente, aos estudos de Simpson (1949) e Bergquist (1972), que fazem uma análise dos artigos publicados no periódico “The Hispanic American Historical Review”, fornecendo dados sobre temas de estudo, períodos mais pesquisados e, mais importante para esse trabalho, sobre o espaço ocupado pelo Brasil em meio aos artigos de todos os países da região. Simpson (1949) fez um levantamento dos primeiros trinta anos do periódico, ou seja, de 1918 a 1948, e Bergquist (1972) trabalhou com os anos de 1965 a 1972.

Com relação à produção estrangeira, podemos ainda destacar o trabalho do historiador australiano Mark T. Berger (1995): “Under northern eyes: latin american studies and United States hegemony in the Americas, 1898-1990”. De modo mais abrangente e denso do que outros pesquisadores, Berger debruçou-se sobre a relação academia e política exterior estadunidense. Inovando nas reflexões sobre o assunto a partir de elementos da análise do discurso, sobretudo de Michel Foucault e Edward Said, defendeu a proposição de que por todo o século XX o discurso dominante nos “Latin American Studies” foi moldado por noções defendidas pela política externa norte-americana. O discurso liberal, segundo Berger (1995), foi dominante entre a produção dos pesquisadores da área, o que implicou, por exemplo, em estudos com uma concepção de história como uma progressão linear da condição de subdesenvolvimento para o industrialismo democrático liberal e a modernidade. De acordo com o autor, os Estados Unidos e outras nações desenvolvidas da Europa Ocidental foram os modelos a partir dos quais as histórias dos países foram, muitas vezes, medidas e avaliadas. Tais concepções, ao longo do século, contribuíram, por um lado, para a difusão da hegemonia norte-americana na região e sua posterior administração, e, por outro, colocaram limites para a compreensão da América Latina. Seu estudo focaliza, principalmente, a produção de historiadores e cientistas políticos.

Nas análises feitas sobre o brasilianismo e o latino-americanismo, um número considerável focalizou o geral, refletindo, freqüentemente, a respeito dos pesquisadores de

diversas disciplinas acadêmicas ou sobre toda produção historiográfica. Nas pesquisas que centraram o foco nos historiadores faltam, a nosso ver, principalmente nos autores brasileiros, uma reflexão mais pormenorizada sobre a posição dos estudos brasilianistas dentro da temática latino-americana e, do mesmo modo, a atenção ao específico, que, entre outros, pode ser interpretado como a observação da atuação desses intelectuais na sua individualidade. Esses dois importantes pontos para a compreensão do fenômeno são alvos de nossa atenção nesse trabalho. Se até o momento nos detemos em apresentar os autores e as principais discussões acerca do brasilianismo e do latino-americanismo, a partir de agora iremos tratar de alguns elementos do desenvolvimento dessa produção, destacando aqueles que serão abordados nas páginas dessa dissertação.

Os primeiros estudos sobre a história de alguns países latino-americanos nos Estados Unidos surgiram ainda no século XIX e estão enquadrados dentro do pensamento historiográfico com características românticas. Entre o fim do XIX e o início do século XX, com o processo de profissionalização dos historiadores e a divulgação dos métodos científicos de pesquisa histórica – altamente influenciados pela historiografia alemã e motivadores de muitas mudanças no cenário historiográfico estadunidense –, a institucionalização desse campo de atuação, seguindo outras áreas de pesquisa, começou a tomar corpo. Foi, principalmente, a partir da segunda década do século XX que uma série de medidas ganhou vida e consolidou a existência dessa linha de pesquisa na academia norte-americana. Além da publicação do primeiro periódico dedicado região, o “Hispanic American Historical Review”, cresceram os números dos cursos de graduação, alunos e professores, ao mesmo tempo em que foram criados grupos de discussão no interior da “American Historical Association” (AHA), centros de pesquisa, institutos especializados e ferramentas bibliográficas. Dentro desse processo de crescimento das pesquisas e, sobretudo, de distribuição de estudos por todo continente, que ocorreu, dentre outros fatores, a partir da expansão dos interesses comerciais e

políticos dos Estados Unidos pela região, estão os primeiros estudos sobre o Brasil, lançados por volta da década de 1930 e sempre atrelados a esses órgãos dedicados às pesquisas sobre a América Latina.

Os vínculos dos historiadores norte-americanos dedicados à temática brasileira com os especialistas de toda região foram tão decisivos que eles não chegaram a possuir associações acadêmicas independentes ou periódicos destinados especificamente à história do Brasil. Optaram por publicar sua produção em periódicos com definição mais ampla, especialmente naqueles dedicados a América Latina, e em periódicos interdisciplinares, como o “Luso-Brasilian Review” ou a “Latin American Research Review” (BIEBER, 2002, p.195). Esse quadro demonstra a necessidade de um esforço para compreensão das possíveis similaridades ou diferenças entre os trabalhos dos historiadores dos temas brasileiros e dos especialistas dos outros países latinos, uma vez que essas especializações cresceram juntas e dividiram os mesmos espaços. A realização de um levantamento dos artigos de historiadores norte-americanos publicados num dos principais periódicos sobre a região, o “Hispanic American Historical Review”, entre os anos de 1955 a 1967, período ainda não abordado pela bibliografia, mas de muita importância, por ser, justamente, o momento de maior intensificação dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos – e, para esse trabalho, da entrada de Thomas Skidmore no campo –, levando em conta, de maneira especial, os principais temas, períodos, autores e áreas estudadas permite, sobretudo, uma interpretação do posicionamento e da importância dos temas históricos brasileiros em relação aos outros países latino-americanos, auxiliando a contemplação de uma carência dos estudos dedicados aos brasilianistas no Brasil.

Como já deixamos evidenciado, a constituição e propagação dessa especialidade acadêmica nos Estados Unidos teve fortes relações com apoio vindo do Estado e de outras instituições privadas. Essa relação fez com que o crescimento do número de brasilianistas e

latino americanistas sofresse uma queda significativa depois da segunda guerra mundial em virtude da importância que alguns países da Europa, África e Ásia adquiriram na política exterior estadunidense. O campo, sem muitos financiamentos por pouco mais de dez anos, voltou a ser estimulado a partir de 1958 pelo “National Defense Education Act” e seu importante “Title VI” – medida que munuiu as universidades com recursos federais destinados a pesquisa sobre questões e temas das relações internacionais. O comunismo foi um dos principais responsáveis por essa e outras medidas que ocasionaram mudanças significativas nos quadros educacionais norte-americanos, tornava-se cada vez mais urgente o tratamento das questões referentes à proteção continental. Sua sombra fez-se mais forte com a Revolução Cubana em 1959, momento no qual o conhecimento acerca dos vizinhos situados ao sul do hemisfério passou a ser muito incentivado. Dentre as “regiões estratégicas” estava a América Latina, fazendo com que bolsas de estudos colocassem o Brasil e os brasilianistas no rol das pesquisas e dos pesquisadores que recebiam grandes fomentos do Estado. A base governamental combinou-se com a adesão de fundações educacionais e filantrópicas. Houve o apoio do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais da Fundação Ford, e da Fundação Werner–Gren, que auxiliou trabalhos de alguns antropólogos. A Fundação Guggenheim, a National Geographic Society e a Rockefeller Brothers Fund também subvencionaram estudos – e não só na área das ciências humanas, como, por exemplo, estudos médicos e “correlatos no campo da saúde” (LEVINE, 2002).

Nesse ensejo se insere o historiador Thomas Elliot Skidmore, que visitou o Brasil pela primeira vez em 1961, após ter realizado seu doutorado sobre a Alemanha do século XIX, no mesmo ano, na Universidade de Harvard – onde analisou a postura do chanceler Caprivi, o sucessor de Bismarck. Skidmore era professor assistente naquela universidade quando recebeu o convite para mudar sua especialidade, numa tentativa da instituição em fortalecer o Departamento de Estudos Latino-Americanos após a revolução cubana de 1959. Em 1967,

ano em que deixou a Universidade de Harvard para exercer a função de professor assistente na Universidade de Wisconsin, Skidmore publicou nos Estados Unidos o seu primeiro livro sobre a história política brasileira com o título “Politics in Brazil, 1930-1964. An Experiment in Democracy” pela Oxford University Press, dois anos depois a obra ganhou uma edição brasileira pela editora Saga, sob o título: “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964”. A partir de então o historiador aprofundou seus estudos nos temas brasileiros, publicando outros artigos e obras sobre o país; dentre elas: “Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro” (1976), “Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves” (1988), “O Brasil Visto de Fora” (1994c) e “Uma História do Brasil” (1998a).

Thomas Skidmore é representante do que se convencionou chamar de brasilianista, como um dos ícones do fenômeno norte-americano sua trajetória e obra são significativas para compreensão das formas de aproximação por parte dos brasileiros a uma história do Brasil produzida no estrangeiro. Adquirindo sucesso no mercado editorial, podemos afirmar que ele tornou-se um brasilianista de relevância pública, o que lhe permitiu, enquanto historiador, ser utilizado como fonte portadora de um discurso legítimo sobre a história do Brasil. A influência de Skidmore nos estudos políticos alcançou até os livros didáticos brasileiros: a obra “História das cavernas ao terceiro Milênio” de Myriam Beco Mota e Patricia Ramos Braick (1997) oferece ao leitor um longo trecho de “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” e excertos da obra em outros capítulos; Olavo Leonel Ferreira, autor do livro “História do Brasil” (1996), também introduziu reflexões de Skidmore como apoio para compreensão do período Vargas e a obra “Nova História Crítica”, de Mario Schmidt (2002), trouxe como texto complementar um trecho de “Uma História do Brasil” referente à Independência<sup>13</sup>. Além disso, a análise de importantes jornais e revistas revelou uma

---

<sup>13</sup> Na nota introdutória ao texto complementar Schmidt explicou, em poucas palavras, aos alunos da 7ª série do ensino fundamental o que foi o brasilianismo: “A partir dos anos 70 do século XX, vários historiadores norte-americanos passaram a estudar o passado brasileiro. Foram chamados de brazilinizistas. Um dos mais conhecidos é Thomas Skidmore. Embora tenha se especializado no estudo do Brasil do século XX, Skidmore escreveu uma

participação significativa do brasilianista fora dos muros universitários em território brasileiro. Entre os materiais encontramos entrevistas, artigos de sua autoria e também citações de outros autores que mencionaram os seus trabalhos. Identificado sempre como um dos maiores brasilianistas, foi abordado pelos brasileiros como um ponto de partida para o entendimento da imagem do Brasil nos Estados Unidos.

Tomando como base sua primeira obra, “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”, percebemos que a relevância do brasilianista Thomas Skidmore nos estudos políticos está relacionada, entre outros fatores, pelo seu envolvimento com um tempo pouco estudado pelos historiadores brasileiros até meados de 1969. Os historiadores do político, até os anos 70, colocavam como limite temporal à década de 30 e dificilmente avançavam para além deste período, prevalecia à concepção de que era fundamental o distanciamento no tempo para uma boa reconstituição historiográfica, havendo uma divisão entre o trabalho dos historiadores e dos cientistas sociais (CAPELATO, 2000, p.190). Nesse sentido, percebemos que para a historiografia brasileira a obra de Thomas Skidmore mostrou ser uma inovação no estudo da história nacional. Essa capacidade de escrever a história recente foi estimulada por uma série de fatores, entre eles: a sua formação, o ambiente interdisciplinar dos estudos de área nos Estados Unidos depois de 1950 e a motivação presente em todas disciplinas do universo acadêmico norte-americano de refletir sobre as questões postas pela teoria da modernização. Esse último item, inclusive, é central na estrutura da sua interpretação dos fatos que ocasionaram a queda do presidente João Goulart em 1964. No interior da obra, ao lado da preocupação em narrar e documentar os principais eventos da política nacional, encontramos um autor em diálogo com alguns problemas e insucessos enfrentados por uma teoria da modernização clássica muito difundida nas interpretações dos latino-americanistas e nos programas do governo norte-americano para os países “subdesenvolvidos” do hemisfério.

---

boa síntese do que representou, para nós brasileiros, a Independência alcançada em 1822” (SCHIMIDT, 2002, p.130).

O presente trabalho foi estruturado a partir da constatação desse quadro, pois, apesar da importância adquirida pelo historiador Thomas Elliot Skidmore, reconhecido, muitas vezes, como uma autoridade em conhecimentos sobre a história brasileira, faltam estudos sobre sua obra e vida, sua trajetória. Como já afirmamos, a intelectualidade brasileira, muitas vezes, se dedicou a discutir temas referentes ao brasilianismo genericamente, apresentando dados e discussões de grande valia, contudo, interpretações presas somente a esse enfoque não permitiram que fossem notadas as particularidades das obras e da atuação desses intelectuais especialistas no Brasil.

O caminho que seguiremos aqui para a compreensão da atuação brasilianista não deixará de passar pelas características gerais da produção historiográfica norte-americana a respeito da temática brasileira, uma vez que sua compreensão nos auxilia na análise do fenômeno no específico, ou seja, por meio da trajetória e de uma obra de um integrante. Desse modo, o trabalho foi dividido em duas grandes frentes que se interagem ao longo dos capítulos: a primeira, mais ligada ao geral, trata de entender, além das principais características que cercaram esse grupo de pesquisadores e seus trabalhos, a inserção dos estudos brasileiros dentro do espaço acadêmico dedicado à temática latino-americana; a segunda, mais atenta ao específico, busca compreender a participação de Thomas Skidmore dentro desse espaço, com enfoque especial em sua primeira obra: “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”. Entre os principais documentos utilizados para efetivar os propósitos da primeira etapa estão os números da “The Hispanic American Historical Review” publicados entre 1955 e 1967. Para a segunda fase contamos com as principais obras de Skidmore, ganhando destaque, logicamente, “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”. Na delimitação de alguns pontos da sua trajetória foram utilizados artigos e entrevistas publicadas em importantes órgãos da imprensa nacional e, especialmente, a entrevista publicada por José



Carlos Sebe Bom Meihy (1990) no livro “A colônia brasilianista. História oral de vida acadêmica”.

A estrutura desse trabalho, ou seja, partir da historiografia latino-americanista e brasilianista, passar ao historiador brasilianista e, finalmente, chegar a uma obra brasilianista, foi pensada com o auxílio de algumas noções elaboradas pelo sociólogo Pierre Bourdieu, que nos conduzem a refletir sobre a vida dos indivíduos de forma relacional<sup>14</sup>. Da sua vasta produção, foram às reflexões sobre “campo científico” e “trajetória” que nos subsidiaram na estruturação desse caminho.

A idéia de “campo científico” como um universo social relativamente autônomo, portador de uma história, onde os profissionais da produção simbólica se enfrentam, como em qualquer outro “campo”, para obter o monopólio da competência científica, estabelecendo, para quem está dentro dele, um espaço de possíveis, que, em certa medida, orienta a busca do autor e define seu universo de problemas, de referências e de marcas intelectuais<sup>15</sup> (BOURDIEU, 1996), motivou o primeiro momento de nossa reflexão, quando fixamos o olhar nas origens e em características gerais dos estudos históricos sobre o Brasil e América Latina nos Estados Unidos. Entendemos que só por meio do que pode ser visto como uma reconstrução histórica dos principais pontos da estrutura deste campo de estudos que

---

<sup>14</sup> Segundo Roger Chartier (2002), uma das principais lições de Pierre Bourdieu está ligada à necessidade de pensar os indivíduos dentro do espaço global e específico no qual se encontram, ou seja, a trajetória individual está vinculada a um mundo social inteiro.

<sup>15</sup> Bourdieu (2004) afirma ter criado a noção de *campo* como uma alternativa à oposição presente nas análises das produções culturais que, segundo ele, se fixava entre a posição que pode ser chamada de internalista, onde o texto é o alfa e o ômega e não há nada mais a ser conhecido, e a postura denominada externalista, onde a análise relaciona o texto ao contexto e propõe-se a interpretar as obras colocando-as em relação ao mundo social ou econômico. Para Bourdieu, a compreensão de uma produção cultural não pode ser apoiada somente no contexto textual da produção ou no seu contexto social, é preciso levar em conta a existência de um universo intermediário entre esses dois pólos no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Tal universo é chamado campo – um universo social como os outros, que jamais escapa as imposições do macrocosmo, mas que mantém em relação a este uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. Nesse sentido, não devemos pensar em ciência pura, livre do social, nem em ciência escrava, presa ao social; o campo científico faz imposições que são relativamente independentes do mundo social global que o envolve, ele é dotado de leis próprias. Uma das diferenças entre os campos científicos vem do seu grau de autonomia, difícil de medir. “Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas.” (2004, p.21)

poderíamos compreender as possibilidades, ou mesmo, impossibilidades, que lhes eram inerentes, a ponto de vislumbrar com maior clareza a posição em que emergiu Thomas Skidmore em diferentes momentos.

Depois da atenção dispensada ao campo partimos para o exame de um de seus agentes, onde as reflexões sobre o percurso do historiador brasilianista e sobre sua obra estão conectados entre si e ao primeiro momento dessa pesquisa por meio da concepção de “trajetória” (BOURDIEU, 1996), entendida como uma série de posições ocupadas pelo autor dentro dos estágios sucessivos da história do “campo científico” em que se estabeleceu, ou seja, a delimitação do itinerário pessoal de Thomas Skidmore dentro desse “campo”, a interpretação das marcas e referências intelectuais que o brasilianista se vinculou ao longo do tempo e, especialmente, na ocasião da edição de sua primeira obra, momento no qual o autor deixou registrado parte do diálogo que estabeleceu com o passado e com o presente do “campo” onde circulava. Dessa maneira, acreditamos poder analisar o individual sem excluir a coletividade, uma vez que essa percepção do universo acadêmico nos permite observar a relação de forças externas com a subjetividade do autor.

Para abordarmos o brasilianismo a partir dessa percepção sobre o fenômeno aqui sintetizada estruturamos esta dissertação em dois capítulos e um apêndice. No primeiro capítulo, “O Brasil e a América Latina para a historiografia norte-americana: origens e consolidação”, abordaremos o desenvolvimento dos estudos brasileiros e dos demais países latino-americanos na historiografia estadunidense desde o início do século XX até 1967. Trataremos da origem dos estudos, sua institucionalização e as principais tendências. Nos dedicaremos, especialmente, a realização de um levantamento dos artigos publicados num dos principais periódicos sobre a América Latina, o “Hispanic American Historical Review”, entre os anos de 1955 a 1967, período de intensificação dos estudos e da entrada de Thomas

Skidmore no campo, levando em conta os principais temas, períodos, autores e áreas estudadas.

No segundo capítulo, “A história de um brasilianista e sua história do Brasil”, delimitaremos a trajetória intelectual do brasilianista Thomas Skidmore até o momento em que editou sua primeira obra sobre a história brasileira (1967). Nesse ponto, procuraremos verificar, sobretudo, a influência dos apoios institucionais para a transferência dos seus estudos sobre a Alemanha do século XIX para o Brasil do século XX. Num segundo momento, tendo como pano de fundo o quadro delimitado nos tópicos anteriores, o principal objetivo é compreender a interpretação de Skidmore da história brasileira no livro “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”. Para tanto, depois de realizarmos uma análise comparativa entre a versão original e a tradução para o português, já que o autor afirmou ter retirado certos trechos da edição brasileira, faremos uma análise minuciosa dos principais pontos da obra, observando a maneira em que o autor circulou entre as referências intelectuais que haviam contemplado seu objeto de estudo, bem como da documentação que utilizou.

O apêndice, “A chegada no Brasil”, é fruto de uma pesquisa preliminar feita com o intuito de compreendermos melhor algumas características do quadro geral da produção dos historiadores brasilianistas, especialmente daqueles que conseguiram publicar suas obras no Brasil. Nele, amparados em dados fundamentais já disponibilizados por autores que trabalharam o tema e na análise do que pode ser visto como uma importante fonte de pesquisa: o “Guia Bibliográfico dos Brasilianistas” de autoria de Fernanda Massi e Heloísa Pontes (1992), traçamos alguns pontos dos perfis dos pesquisadores e das suas obras, observando, principalmente, a importância dessas no cenário historiográfico brasileiro nos anos em que as traduções se intensificaram. Essa espécie de mapeamento da forma como alguns trabalhos chegaram no Brasil e de alguns elementos que moldaram a recepção dada aos seus autores foi muito importante para compreendermos e localizarmos algumas

especificidades da trajetória de Thomas Skidmore, no entanto, foi definida como apêndice nessa dissertação por entendermos que foi além de alguns limites dos objetivos centrais de nossa análise, ou seja, ultrapassou a idéia de entender os principais elementos dos estudos brasileiros e latino-americanos nos Estados Unidos até o momento específico em que Thomas Skidmore escreveu a sua primeira obra sobre o Brasil. A partir da bibliografia e das fontes utilizadas trabalhamos com dados que atingiram o ano de 1989 e focalizamos questões, como, por exemplo, o tempo médio de tradução das obras, que são importantes para compreensão do fenômeno e podem cooperar com análises posteriores, mas que contribuíram apenas indiretamente para a interpretação de “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” e por isso estão fora dos tópicos centrais dessa dissertação.

## **2 O Brasil e a América Latina para a historiografia norte-americana: origens e consolidação.**

### **2.1 Latin American Studies: os primeiros passos.**

Já na primeira metade do século XIX, antes mesmo da consolidação da historiografia acadêmica estadunidense, foram publicadas algumas obras sobre a história latino americana nos Estados Unidos. Denominados por Eakin (1998, p.540) como “gentleman scholars”, esses intelectuais, detentores de grandes riquezas, escreveram sobre as viagens de Colombo, a conquista do México e sobre as culturas dos povos meso-americanos. Washington Irving, William Hickling Prescott e Hubert Howe Bancroft<sup>16</sup> estão entre os nomes que podem ser citados. O último, ainda segundo Eakin (1998), foi um dos mais importantes para o período. Sua fortuna possibilitou a aquisição de livros e documentos referentes ao México e a porção ocidental dos Estados Unidos. Sua vasta coleção tornou-se a base da biblioteca latino americana da Universidade da Califórnia (Berkeley), que hoje ostenta o seu nome.

Esses autores, dentro de uma concepção romântica da história, de longa tradição nos Estados Unidos, trabalharam temas ligados principalmente ao período colonial. Descoberta, conquista e exploração casavam perfeitamente com uma história pautada na imaginação e na criação. Heróis, grandes homens e eventos eram corporificados com valores e idéias no intuito de apresentar pedagogicamente o passado para o presente (MOURA, 1995, p.15). William H. Prescott chegou a comparar seus trabalhos a romances e poemas épicos, enfatizando que o

---

<sup>16</sup> Irving: “A History of the life and voyages of Christopher Columbus”, 3 vols. (1828); Prescott: “History of the Conquest of Mexico, with a preliminary view of the ancient Mexican civilization, and the life of the conqueror, Hernando Cortés”, 3 vols. (1843) e “History of the conquest of Peru, with a preliminary view of the Civilization of the Incas”, 2 vols. (1847); Bancroft produziu 39 volumes, entre eles: “The native races”, 5 vols. (1883), “History of Central America”, 3 vols. (1883-1887) e “History of México”, 6 vols. (1883-1888).

historiador devia organizar sua pesquisa em torno de um “pervarding principle” para dar a história um significado moral e um arranjo artístico (LEVIN, 1959, p.20). As temáticas trabalhadas ajustavam-se a um sentimento de admiração nostálgica pelo passado hispânico (GIBSON; KEEN 1957, p.855), uma verdadeira veneração pelos “heróicos exploradores” espanhóis, a ponto de caracterizarem Colombo e Cortez como os representantes da “civilização” que lutaram contra a “barbárie” nativa. Não obstante, esses trabalhos também foram manchados por fortes preconceitos anglo-americanos e protestantes (EAKIN, 1998, p. 540).

Fortemente influenciados pela historiografia alemã, os historiadores norte-americanos do fim do século XIX e início do XX passaram a contestar certas características do pensamento romântico. Em 1884 foi fundada a “American Historical Association”, um importante símbolo do início da profissionalização dos historiadores estadunidenses. Da Alemanha foram importados modelos para o desenvolvimento dos cursos de graduação; de Leopold Von Ranke, o primeiro membro honorário da “American Historical Association”, foi extraído um suposto desprezo pela dimensão literária da narrativa histórica e o zelo com a pesquisa das fontes primárias<sup>17</sup>. A neutralidade, o factual, o empírico e a não formulação de hipóteses eram os objetivos perseguidos para acabar com os “vícios” dos historiadores amadores. O novo grupo dos historiadores acadêmicos buscou instaurar os padrões do

---

<sup>17</sup> Sobre a recepção de Leopold Von Ranke nos Estados Unidos, Moura (1995, p.17) afirma que ele foi reinterpretado à luz do realismo e do pragmatismo norte-americano. Peter Novik (1992) em “That Noble Dream. The “Objectivity Question” and the American Historical Profession” também refletiu sobre essa interpretação; partindo do princípio de que a compreensão de Ranke nos Estados Unidos foi influenciada pela distância cultural entre os dois países afirma que, apesar de muito utilizado, foi mal compreendido. Para os estadunidenses Ranke era a “ciência empírica encarnada”, contudo, essa veneração foi respaldada em alguns equívocos, causados, entre outros motivos, pela confusão na tradução de sua mais famosa frase: “wie es eigentlich gewesen”, traduzida como “as it really was”. “Eigentlich” no século XIX possuía uma ambigüidade: também podia significar “essentially” – justamente o sentido empregado por Ranke, o que significava, junto a outras características, como, por exemplo, o desejo de abrir-se a uma “percepção intuitiva”, a presença de alguns lampejos românticos na sua obra. Novik lembra que na Alemanha todos historiadores viram Ranke como uma antítese de um empirismo não filosófico, tendo os norte-americanos o admirado pelo que não foi. Novik afirma ainda que: “Ranke’s epistemology was “naturalized” into a English empiricist idiom. His “wie es eigentlich gewesen” was read as meaning that truth was accurate representation – the merest common sense in the English-speaking world, but a view not held in Germany since Kant” (NOVIK, 1992, p.31)

moderno método científico de pesquisa para construir uma “história definitiva” e constituir uma “profissão” (NOVIK, 1992).

Tais mudanças no cenário historiográfico logo refletiram nos estudos dos países latinos. O campo em formação acompanhou o lento processo de profissionalização ocorrido nas principais linhas da historiografia estadunidense. Entre os primeiros historiadores acadêmicos a escrever sobre o sul do continente perto da virada do século estão Edward Gaylord Bourne e Bernard Moses, ambos estudiosos do período colonial<sup>18</sup> e pioneiros nos cursos universitários que enfatizavam aspectos da área. Bernard Moses introduziu em 1895 na Universidade da Califórnia (Berkeley) o curso “Spanish America History and Institutions” e Edward Bourne, vinculado a Universidade de Yale, ofereceu cursos sobre a história da América Espanhola desde o início do século até a sua morte, em 1908. Um trecho de uma carta de Hiram Bingham, substituto de Bourne em Yale, para Jorge Basadre, na ocasião diretor da Pan American Union<sup>19</sup>, descrevendo os passos para o doutorado e suas primeiras atividades na universidade no início do século auxilia nossa percepção a respeito de algumas características do ambiente acadêmico inicial dos estudos latinos americanos. A falta de cursos e de especialistas e um certo desinteresse por aqueles que existiam foi bem destacada no fragmento:

In 1889 I was a student of Professor Bernard Moses in the Graduate School of the Univ. of California and took his course on Spanish American History, then, the only one, so far as I know, in any American university. It led me to adopt that subject as my specialty and I then went to Harvard University to get my Ph. D., hoping to be able to teach it. In conducting the final oral examination for my doctorate, Harvard called in the late Prof. E. G. Bourne of Yale, who had recently started giving a brief course on Spanish Am. History, to examine me, as no one at Harvard felt competent. After securing my doctor's degree I went to Princeton as a Preceptor in History and Politics because no one wanted a teacher qualified to teach Spanish American History!

After teaching there for a year I secured a year's leave of absence to permit me to go to South America to follow the route of General Simon Bolivar across Venezuela and Columbia to the battle field of Boyaca, which I described in my book “The

---

<sup>18</sup> Bourne publicou “Spain in America” (1904) e Moses “The railway revolution in Mexico” (1895), “The establishment of Spanish Rule in America” (1898), “The Spanish dependencies in South America” (1914) e “Spain's declining power in South America, 1730-1806” (1919)

<sup>19</sup> A Pan American Union foi uma secretaria da União das Repúblicas Americanas, predecessora da Organização dos Estados Americanos (BERGER, 1995).

Journal of an Expedition Across Venezuela and Columbia”, published by the Yale Univ. Press in 1909. This led to my being offered a chance to teach Spanish American History at Yale [...] (BASADRE, 1949, p.13).

Nos primeiros anos da historiografia científica os temas trabalhados pelos românticos foram mantidos, continuaram preponderantes os trabalhos sobre o período colonial com ênfase em áreas mais próximas dos Estados Unidos. As chamadas “borderlands”<sup>20</sup>, o Caribe e o México eram os principais focos das pesquisas nesse período. Tal fato está relacionado a uma das causas que impulsionou o surgimento e o desenvolvimento dos estudos sobre os países latinos: a ampliação da história americana em novas e variadas direções. Gibson e Keen (1957, p.858) viram fortes tons regionalistas nos trabalhos apresentados até a primeira década do século XX, uma verdadeira busca pelos antecedentes hispânicos dos Estados Unidos. Essa característica pôde ser percebida, segundo os dois autores, em algumas listas bibliográficas do período, onde foi bem evidente a busca por documentos relacionados à história estadunidense em arquivos latino-americanos e espanhóis<sup>21</sup>.

Até então não foi dada muita atenção para a história brasileira. Das poucas manifestações que demonstraram interesse no Brasil podemos destacar as atividades de Percy Alvin Martin, que instituiu na “Stanford University” em 1913-14 um curso de um semestre sobre México, Califórnia e Brasil. Antes, encontramos algumas atividades desenvolvidas por brasileiros. Em 1912, também em Stanford, Manoel de Oliveira Lima realizou uma série de palestras comparando Brasil, América Espanhola e Anglo-Saxã – essas palestras foram reunidas no livro “The Evolution of Brazil compared with that of Spain and Anglo-Saxon

---

<sup>20</sup> Região localizada na fronteira ou próxima a ela.

<sup>21</sup> Entre seus exemplos estão: William Sheperd: “Guide to the Materials for the History of The United States in Spanish Archives” Carnegie Inst. of Washington Pub. No. 91 (Washington, 1907); J. A. Robertson: “List of Documents in Spanish Archives relating to the history of the United States, which have been printed or of which transcripts are preserved in American libraries” Carnegie Inst. of Washington Pub. No. 124 (Washington, 1910) e Herbert Bolton: “Guide to materials for the history of the United States in the principle archives of Mexico” Carnegie Inst. of Washington Pub. No. 163 (Washington, 1913)



America” com introdução e notas de Percy Alvin Martin, publicado em 1914<sup>22</sup>. Além de Oliveira Lima, o embaixador Joaquim Nabuco também passou por Stanford; segundo Basadre (1949, p.14) as visitas dos brasileiros foram possíveis por causa de John Casper Branner, geólogo especialista em Brasil que ocupou o cargo de presidente da “Stanford University” entre 1913 e 1915. Branner, nas suas vindas ao Brasil, estabeleceu relações com vários sócios do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), onde esteve pela primeira vez em 1889; Capistrano de Abreu, Theodoro Sampaio e o próprio Oliveira Lima estão entre as amizades feitas pelo geólogo ao longo de sua trajetória<sup>23</sup>.

A fragilidade e desinteresse nas discussões sobre a história do Brasil dentro da academia norte-americana nesses primeiros anos estavam vinculadas também a questões políticas. De acordo com Russel-Wood (1985), além da força do legado cultural e histórico espanhol para os norte-americanos, decorrente da anexação de territórios que inicialmente estiveram sob a hegemonia espanhola, as ações políticas relacionadas com intervenções militares diretas ou interesses econômicos em áreas mais próximas do país reivindicaram grande atenção dentro e fora da academia – o forte papel da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto nas disputas com o México, a Diplomacia Dollar na América Central e as intervenções na independência cubana são exemplos de eventos que mantiveram a América Espanhola mais presente na consciência estadunidense.

As relações dos estudos latino-americanos com o crescente poder dos Estados Unidos no hemisfério foram fortes e determinantes, a ponto de contribuir não só para definição de linhas de pesquisa e lugares estudados, mas também por guiar percepções e conclusões sobre a situação da região – muitas vezes alinhadas com a política exterior dos EUA. Ainda dentro

---

<sup>22</sup> Almeida (2002a, p.35) considera Oliveira Lima um dos primeiros e o mais importante “founding father” dos brasilianistas, “[...] não apenas em virtude de suas numerosas conferências e palestras nos meios acadêmicos dos EUA (e ali publicados), como também pelo fato de se ter engajado, segundo os mais rigorosos cânones universitários, em pesquisas de natureza comparada sobre a evolução do Brasil em face de seus vizinhos hemisféricos”.

<sup>23</sup> Em 1918, após mais duas visitas ao país (1907 e 1911), Branner publicou o primeiro mapa geológico completo do Brasil. Sobre Branner ver: Iumatti (2006) “Epistemologia, política e instituições no Brasil (1889-1934)” e Guimarães e Araújo (2004) “O sistema intelectual brasileiro em John Casper Branner”.

do fraco contexto institucional que caracterizou os estudos nos anos anteriores à primeira guerra, as histórias sobre o período colonial, ou mesmo a nascente história diplomática das relações interamericanas – que começou a ganhar força nesse momento –, foram marcadas por apologias nacionalistas, legitimação da expansão norte-americana no continente e concepções racistas. Essas concepções foram trazidas do ideário que integrou as atitudes norte-americanas em direção as outras nações e que, em geral, também fizeram parte do repertório da historiografia dedicada aos Estados Unidos, que traçou a história do país a partir do triunfo da raça anglo-saxã em direção a liberdade, estabilidade e consolidação nacional. O “anglo-saxonism”, que dotou os americanos de virtudes especiais e responsabilidades, ganhou poder dentro do processo de profissionalização da história, poucos foram os historiadores que divergiram dessa concepção no fim do século XIX e início do XX. Num tempo em que o racismo biológico e científico chegou ao seu ápice, os primeiros historiadores profissionais conseguiram ser mais sistemáticos em suas considerações racistas do que seus predecessores amadores (BERGER, 1995, p.29-30). Bernard Moses e Edward Bourne, citados anteriormente, estão enquadrados dentro desses referenciais, Eakin (1998, p.541) considerou os trabalhos de ambos moldados pelo Darwinismo Social e o colonialismo da época, influenciados por Prescott e Bancroft viram o catolicismo e a mistura racial como as principais razões para o atraso da América Latina frente o avanço do vizinho ao norte.

O processo de profissionalização da historiografia trouxe vínculos antes não vistos no mundo dos historiadores amadores. A licença para a pesquisa e o ensino da história passou a depender de cargos na universidade ou de bolsas do governo e de fundações educacionais. Essas esferas envolvidas exerceram influência direta na liberdade dos pesquisadores, muito limitada no início do século XX, na medida em que as contratações e demissões de professores estavam nas mãos de reitores e corpos administrativos que contavam com a presença de representantes de organizações e fundações privadas – financiadoras das

atividades da universidade (NOVIK, 1992, p.64-65). Aprovando ou reprovando abordagens, esses corpos administrativos exerceram controles não só através de sanções diretas, mas também por meio de políticas salariais e de programas financiadores de bolsas de estudo, incentivadores dos “pesquisadores preferidos”. Para Berger: “nowhere was conformity greater than among historians of Latin America” (1995, p.34), ao passo que um dos aspectos chave para a constituição do discurso profissional sobre o território foi o desenvolvimento de fortes ligações entre a academia, o Departamento de Estado e fundações privadas. Muitos foram especialistas em América Latina que passaram parte de suas carreiras vinculados a órgãos do governo e a organizações e fundações filantrópicas. Dessa união resultou um compartilhamento de idéias sobre a América Latina em muitas questões.

O processo de institucionalização e constituição de uma especialidade em torno dos estudos latino-americanos tomou grande fôlego com a criação do primeiro periódico dedicado às pesquisas sobre a região em 1918. As primeiras idéias para a criação da revista foram discutidas no “American Congress of Bibliography and History” na Argentina em 1916. Em seguida, os historiadores Charles Chapman e William Spence Robertson apresentaram, com objetivos menos amplos do que os discutidos em Buenos Aires, a proposta da criação do periódico nos Estados Unidos. Nesses dois anos os organizadores enviaram cartas a outros especialistas para divulgar a idéia e colher opiniões, discutiram o projeto em sessões da “American Historical Association” e solicitaram apoio financeiro de instituições e pessoas<sup>24</sup>. Segundo Chapman (1918, p.16), houve muita discussão em torno da escolha do nome do periódico. Sobre o uso de “American”, “Historical” e “Review” existiu um consenso geral, quebrado pelas dúvidas sobre o uso do termo “Hispanic” ou “Latin”. A escolha do termo “Hispanic” foi baseada nas razões apresentadas aos organizadores por J. C. Cebrián, espanhol residente nos Estados Unidos que foi um dos maiores patrocinadores para o lançamento da

---

<sup>24</sup> Todo processo de criação da revista foi descrito com detalhes por Charles E. Chapman (1918) no primeiro número do periódico.

revista<sup>25</sup>. Na justificativa apresentada por Cebrián percebemos a intenção de demonstrar por meio do título a inclusão que os temas relacionados aos territórios um dia pertencentes à coroa portuguesa também teriam no periódico. Sua preocupação consistiu em adotar um termo que fizesse referência àqueles que, na sua visão, foram os principais responsáveis por “descobrir”, “colonizar” e “civilizar” grande parte do continente: os espanhóis e portugueses. A palavra que melhor se encaixava a esse objetivo era “Hispanic” e não “Latin”, uma vez que a última incluía, além de Espanha e Portugal, França e Itália; já o termo “Hispanic”, uma antiga denominação que remontava aos romanos, restringia-se apenas a Península Ibérica e por isso devia compor o título<sup>26</sup>. Para Russel-Wood (1985, p.688), a escolha representou a identificação da contribuição de Portugal para a história das Américas e o reconhecimento de que o estudo do Brasil era tão valioso quanto o da América Espanhola, antecipando o fato de que a revista seria um fórum onde os acadêmicos contribuiriam para a historiografia do Brasil.

O período em que a revista foi estruturada e lançada – já no final da primeira guerra – foi marcado pelo início do declínio de formas extremadas do racismo anglo-saxão e o surgimento gradual das idéias pan-americanas na política exterior norte-americana (BERGER,

---

<sup>25</sup> Cebrián doou a quantia de \$2500, enquanto outros patrocinadores doaram valores abaixo de \$1175 (CHAPMAN, 1918, p.16).

<sup>26</sup> “An initial error, followed by thoughtless routine, has caused many people to believe that “Hispanic” means “pertaining to Spain”, whereas its true meaning is “pertaining to Spain and Portugal”. Hispania was from beginning, and always has been, the name of the whole peninsula. The Romans divided Hispania into Tarraconensis and Betica; Augustus subdivided the latter into Betica and Lusitania; later, there were five provinces, but the Hispania was the name of the whole. During the Middle Ages there were several Kingdoms, one of which came to be Portugal, but the name Hispania was retained in European literature. The Greek name Iberia might also be applied, but with less justice than Hispania, since Iberia extended into France, while Hispania was restricted to the peninsula. On other hand, the term “Latin” means “pertaining to France, Italy, Spain, and Portugal”. It is a fact that neither France nor Italy discovered, settled, or civilized the lands south of the United States. Spain and Portugal, unaided by the others Latin countries, fashioned the new world after their own image. The few spots where Danish, Dutch, or French is spoken, in the West Indian Islands, are negligible quantities compared with the huge mainland areas. The few thousand negroes and negroids who spoil the French language in Hayti can hardly be considered Latin. Furthermore their land was originally and for many years under Spanish control. If we choose to call the southern peoples “Latin” because their language is derived from the Latin, then we ought to call the North Americans “Teutonic”; indeed, there is much more German, Scandinavian, and Dutch blood in the United States and Canada than there is French and Italian blood in the other Americas. The world very wisely has not adopted “Teutonic America” for the United States and Canada, and in like manner it should not employ “Latin America” for the countries which are not Latin but Hispanic. The term “Latin America”, with its fourfold implication, is ambiguous, misleading, and unscientific, while “Hispanic America”, with its twofold significance, is unambiguous, complete, truthful, scientific, and just.” Trecho da carta de Cebrian citado por Chapman (1918, p.16-17)

1995, p.30). O volume um, número um, de 1918, traz uma carta do presidente Wilson enviada a Charles Chapman, nela foi enfatizada a importância dos possíveis resultados do projeto da revista tanto para a academia como para o aumento dos “sentimentos cordiais” por todas as Américas:

I learn with a great deal of interest of the plans for an Ibero-american historical review and beg that you express to all those interested my very sincere approval of the project, It is a most interesting one and ought to lead to very important results both for scholarship and for the increase of cordial feeling throughout the Americas. (HAHR, 1918, p.1)

A carta estampada na primeira página revela como os discursos acadêmicos sobre a região ganharam autoridade de sua associação com o governo e ainda destaca o compromisso internacionalista liberal da revista para com o emergente pan-americanismo<sup>27</sup> (BERGER, 1995, p.32). A “Hispanic American Historical Review” tornou-se o mais importante periódico da área. Suas sessões permitiram a publicação de artigos e documentos, além de contar com um grande espaço para pequenas resenhas dos principais livros editados sobre a região. As dificuldades orçamentárias impediram a publicação da revista de 1922 até 1926, quando retornou no mesmo formato sob os cuidados da “Duke University”.

Além da influência do Estado, o clima internacionalista liberal que começou a ganhar força e espaço nos discursos dos historiadores também foi impulsionado pela atuação de organizações de pesquisa privadas e fundações filantrópicas constituídas no transcorrer da primeira guerra com intuito de melhorar a compreensão internacional e avançar o progresso da civilização através da cooperação entre as nações. A “Rockefeller Foundation”, a “John Simon Guggenheim Foundation” e a “Carnegie Endowment for International Peace”, entre

---

<sup>27</sup> Robert Lansing, Secretário de Estado, também enviou a um dos organizadores do projeto uma carta com o mesmo teor em 1917: “It would also serve the purpose for which all of us have been striving both in the past, and, particularly, in the present, namely the foundation of closer relationship between all of the Americas”. (CHAPMAN, 1918, p.23). As intervenções de forças não científicas podem ser pensadas como indícios da falta de autonomia do campo. Para Bourdieu, quanto mais autônomo o campo maior sua capacidade de refração, a ponto das imposições externas tornarem-se irreconhecíveis. A refração é um indicador do grau de autonomia do campo. “Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. Isso significa que a politização de uma disciplina não é indício de uma grande autonomia [...]” (BOURDIEU, 2004, p.22).

outras, foram fundadas até 1920 e, ao mesmo tempo em que complementaram a política exterior dos Estados Unidos, contribuíram para consolidação dos estudos latinos americanos. A “Carnegie Endowment for International Peace” foi uma das mais importantes fundações para o campo nesse período; otimista de que a expansão da civilização ocidental traria progresso e prosperidade mundial, apoiou a pesquisa e ensino de historiadores e cientistas sociais para a educação do público sobre as relações internacionais, objetivando o aumento da compreensão entre povos e nações e o declínio dos conflitos internacionais (BERGER, 1995, p.33-34).

A liderança norte-americana por conta da superioridade de seu modelo e a validação dos pressupostos capitalistas foram alguns dos fundamentos sobre os quais a compreensão mundial almejada repousou. Para a América Latina esse ambiente resultou na premissa de que havia uma relação especial e um laço familiar entre norte e sul do continente, alicerces das idéias de história e destino comum hemisférico do pan-americanismo; tal concepção complementou as poderosas noções sobre o papel civilizador dos Estados Unidos, contribuindo para que, a partir da década de 20, o “anglo-saxonism” – que dava o direito aos Estados Unidos de intervir diretamente em algumas regiões com base em termos de supremacia racial –, perdesse força, mas não desaparecesse totalmente, sendo substituído em alguns pontos pela idéia de que a América Latina também era capaz de alcançar progresso econômico e político, para tanto, bastava seguir as linhas definidas pelo modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos. A emergência da Política da Boa Vizinhança, marcada pela substituição das políticas de intervenção político-militar direta pelas que enfatizavam a política hemisférica, a integração, a modernização e a estabilização econômica sob a liderança estadunidense, representou o poder crescente da concepção pan-americana (BERGER,1995).

Os trabalhos de alguns acadêmicos que escreveram durante todo esse período compartilharam dessas percepções. Dana Munro, o mais importante intelectual a escrever

sobre a América Central até 1945, segundo Berger (1995), tem presente em suas obras referências ao “anglo-saxonism”, a missão norte-americana na região, e a importância crescente do pan-americanismo e das idéias liberais sobre progresso econômico e político. Sua carreira, como a de outros, revela o alto grau de dependência dos acadêmicos dos auxílios do governo e de fundações e o papel legitimador que muitos intelectuais cumpriram para expansão da hegemonia norte americana na região. Munro fez seu doutorado na “University of Pennsylvania”, durante o qual, com uma bolsa da “Carnegie Endowment for International Peace”, esteve de 1914 a 1916 na América Central; em 1918 publicou sua tese sobre a região: “The five republics of Central America: their political and economic development and their relations with the United States”. Após o doutorado, além dos cargos na universidade, ocupou uma série de posições em órgãos governamentais: em 1919 tornou-se o economista regional responsável pelo México e América Central no “State Department’s Foreign Trade Adviser’s Office”, de 1921 até 1925 ocupou postos na “Latin American Division of the State Department”, posteriormente exerceu funções diplomáticas no Panamá e na Nicarágua, chegando a embaixador no Haiti em 1930. No seu primeiro trabalho, ainda visto como clássico, Munro responsabilizou os fatores raciais e histórico-culturais pela falta de progresso na América Central. Entretanto, também defendeu que a região poderia alcançar um grau de civilização mais ou menos equivalente ao dos Estados Unidos, sendo sua abordagem, nesse momento, um pouco menos racista do que a de muitos intelectuais e oficiais do governo, que continuavam a ver na raça o obstáculo permanente para o progresso econômico e político. O otimismo de Munro vinha da crença no papel positivo que os Estados Unidos desempenhava, suas considerações enfatizavam que o principal motivo das intervenções norte-americanas era trazer a prosperidade econômica e a estabilidade política para a região. Na sua perspectiva, um dos pilares da influência benéfica da “civilização norte-americana” para a América Central era a educação. Institutos de ensino superior apoiados por fundações filantrópicas

norte-americanas seriam um dos principais fatores para alcançar o progresso e demonstrar as intenções amistosas do seu “grande vizinho” (BERGER, 1995, p.37-38). Além de Munro, outros especialistas da região legitimaram a posição hegemônica dos Estados Unidos no continente<sup>28</sup>. Oscilando entre concepções racistas do “anglo-saxonism” e idéias de cooperação hemisférica sob a liderança dos EUA do pan-americanismo – soma-se também as relações estabelecidas com outras concepções que se fortaleceram ou surgiram, como a de segurança hemisférica, a Política da Boa Vizinhança e a tese da Grande América –, o discurso dominante no campo acompanhou, em muitas ocasiões, a política exterior norte-americana (BERGER, 1995).

A partir da década de 20 foram vistos outros esforços para a consolidação do campo. Perto de 1925 um grupo começou a organizar suas próprias sessões nos encontros anuais da “American Historical Association”, denominando-se “Hispanic American History Group”. Em 1928 eles criaram a “Conference on Hispanic American History”, que em 1937 tornou-se “Conference on Latin-American History”. O primeiro livro didático sobre a região, intitulado “A history of Latin America”, foi lançado em 1919 por William W. Sweet. Em 1922, William Spence Robertson, fundador da “Hispanic American Historical Review”, publicou o segundo: “A history of the Latin American Nations”, que, posteriormente, recebeu novas edições e revisões. Obras com materiais de apoio ao ensino também surgiram, como é o caso

---

<sup>28</sup> No final da década de 20 alguns especialistas optaram por traçar as similaridades e não as diferenças entre as histórias e culturas da América hispânica e a do Norte. Esta interpretação ficou conhecida como a “tese da Grande América”, que, combinada com o pan-americanismo, apoiou a presunção dos norte-americanos de que compreendiam todo o hemisfério, logo, tinham o direito de guiar o continente em direção ao progresso. Um de seus maiores proponentes foi Herbert Eugene Bolton, importante historiador da fronteira espanhola. Em 1932, como presidente da “American Historical Association”, Bolton pronunciou o discurso “Epic of Greater America”, onde defendeu aspectos que todos os americanos tinham em comum; essas características incluíam a origem colonial, a transposição da cultura européia, a exploração e marginalização dos povos indígenas, a exploração dos recursos naturais e também o que acreditava ser uma luta contínua e compartilhada por todo o continente pela estabilidade política e progresso econômico. Bolton, professor da “University of Califórnia” (Berkeley), além de produzir muitos artigos e livros, orientou, ao longo de sua trajetória, cinquenta e quatro *Phds* em história Latino Americana. Muitos de seus alunos seguiram carreira acadêmica e tornaram-se importantes latino-americanistas, entre eles: J. Fred Rippy, Charles Chapman (fundador da HHR), Irving A. Leonard, Lawrence Hill e J. Lloyd Mecham (BERGER, 1995, p. 52-54). Eakin (1998, p.543) viu o período de 1920 a 1960 como a idade de ouro dos “boltonians”, quando seus estudantes se espalharam pelos Estados Unidos criando cursos e programas sobre as regiões de fronteira, com ênfase nos Estados Unidos e na América Latina.



de “Readings in Hispanic American History”, publicado em 1927 pelo professor N. A. N. Cleven da University of Pittsburg (BASADRE, 1949). A edição desses materiais tornou-se mais comum na década de 30, quando os “Latin American Studies” foram consolidados institucionalmente.

Tabela 1 – Distribuição do número de cursos sobre a América Latina em instituições norte-americanas por áreas em função dos períodos.

Curso	1935-1936	1938-1939
História	395	476
Literatura	199	193
Geografia	145	165
Relações Internacionais	48	58
Antropologia, Etnologia, Arqueologia	34	38
Economia (incluindo comércio)	27	31
Biografia	1	5
Artes	-	4
Ciência Política	19	4
Educação	1	2
Sociologia	1	2
Geologia	2	1
Medicina	-	1
Agricultura	-	1
Jornalismo	1	-
Zoologia e Botânica	2	-
Total	875	981

Fonte: BASADRE, 1949, p.31.

Dentro das universidades a importância dada a América Latina pode ser observada pelo surgimento de institutos especializados e cursos sobre a região. De acordo com Jorge Basadre (1949), o número de faculdades e universidades norte-americanas que ofereciam cursos sobre a América Latina em 1926 era de 175, em 1930 passou para 209, entre os anos de 1935 e 1936 alcançou o número 335 e no período que vai de 1938 a 1939 este número subiu para 381. A soma dos cursos de todas as áreas do conhecimento entre os anos de 1935 e 1936 demonstrou um total de 875 cursos oferecidos nestas instituições, com o registro de 578 professores, avançando um ano, ou seja, de 1938 a 1939, esse número passa para 981, com um total de 729 docentes. Os cursos de história representam a grande maioria, seguido por Literatura, Geografia e Relações Internacionais (a distribuição dos cursos por área pode ser

observada na tabela 1). A Universidade do Texas, em 1939, desenvolveu o “Institute of Latin American Studies” e até 1940 Michigan e Los Angeles também possuíam os seus.

O surgimento de políticas culturais oficiais contribuiu e complementou a onda de interesse sobre a região. Em 1938 foi criado no Departamento de Estado a Divisão de Relações Culturais, que contou com o apoio de universidades e organizações privadas, tais como a Carnegie, a Guggenheim e a Rockefeller Foundation. Entre os objetivos da Divisão destacava-se a busca por intercâmbio de professores e estudantes, junto com a cooperação no campo da arte, música, literatura e outras atividades culturais e intelectuais. O programa da Divisão também visava à disseminação no exterior de trabalhos culturais e intelectuais representativos dos Estados Unidos, com a pretensão de melhorar as relações culturais com outros países, tendo, nesses planos, a América Latina forte presença, por conta da Política da Boa Vizinhança. Foi a primeira vez que a política de compreensão cultural internacional entrou diretamente na agenda do Departamento de Estado e da política exterior, solidificava-se a visão sobre as relações culturais como meio de transmissão da influência norte americana (BERGER, 1995). Nesse sentido, foi criado, em 1940, o “Office of the Coordinator of Commercial and Cultural Relations”, depois modificado para “Office of the Coordinator of Inter American Affairs” (CIAA), que nos próximos anos foi um importante financiador de universidades e institutos que organizaram palestras, discussões e cursos que enfatizaram a América Latina. O CIAA organizou em conjunto com faculdades e universidades cursos de verão que ficaram conhecidos como “Inter-American Workshops”, com o propósito de treinar professores não vinculados ao ensino superior nos temas das relações interamericanas. Também com o apoio do CIAA foi fundado em 1941 um instituto de ensino intensivo de espanhol e português na Universidade de Wyoming, e, em 1942, um destinado somente ao ensino da língua portuguesa na Universidade de Vermont (BASADRE, 1949).

Em 1939, sob a chefia de Lewis Hanke, foi criada na Biblioteca do Congresso a Fundação Hispânica, destinada aos estudos do espanhol, do português e da cultura latino-americana. O Congresso, funcionários do governo, acadêmicos, estudantes universitários e o público geral podiam desfrutar dos seus serviços. Com auxílio do “Inter-Departmental Committee on Scientific and Cultural Cooperation” e de fundações privadas a sessão da biblioteca se tornou na década de 40 um importante espaço para a pesquisa, devido as constantes aquisições de periódicos, bibliografias básicas e documentos relacionados às artes, música, leis e história da região. Apoio à compra de materiais, novas publicações e importantes ferramentas de pesquisa em outros centros também surgiu nesse momento. A “Rockefeller Foundation” até 1940 doou fundos a “University of North Carolina”, Tulane e Duke para a compra de livros sobre a América Latina. Para a North Carolina foram disponibilizados \$25,000 anuais, num período de cinco anos, para se especializar em Argentina, Chile, Paraguay e Uruguai. Em 1936, passou a ser publicado o anuário bibliográfico “Handbook of Latin American Studies” impulsionado por um Comitê de Estudos Latino-Americanos, criado em 1935, no âmbito do “American Council of Learned Societies”. O “Handbook”, ainda editado, trata de todas publicações importantes nos países da América Latina. Em entrevista cedida a Silveira Peixoto (1941), Lewis Hanke, ex-diretor e conselheiro do “Handbook”, revelou suas preocupações referentes à inclusão do Brasil e a delimitação das diferenças entre a América Espanhola e Portuguesa. Questionado sobre a participação do Brasil no anuário responde:

– Nada menos de seis secções lhe são dedicadas. A arte, a economia, a educação, a história, a geografia e a literatura de seu país são aí carinhosamente tratadas. Contamos, para isso, com a colaboração de três brasileiros eminentes e que honram sobremodo o Brasil: Roberto Simonsen tem a seu cargo a secção de economia; Lourenço Filho incumbe-se da parte referente a educação; o padre Leonel da Franca está encarregado de tudo o que diz respeito à filosofia. Quero acentuar que estou satisfeitiíssimo com os redatores brasileiros de Hand-book.

Não aceita o cigarro que lhe ofereço, dizendo-me, amável, que não fuma. Explica-me agora:

– Confesso que na América do Norte, em regra, quando se fala em América Latina... Bem... América Latina, nos Estados Unidos, até há pouco, era quase sinônimo de América Espanhola. Mas já se vem fazendo uma reação contra o erro

desse conceito. Desejando cooperar nesse movimento, Hand-Book tem procurado dar ao Brasil a importância que realmente o Brasil merece. Assim, ainda em 1939, o nosso anuário foi dedicado ao seu país e com ele prestamos a nossa homenagem ao primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Divulgamos, em português, trabalhos da lavra de escritores brasileiros de nomeada. Tudo fizemos para dar o merecido destaque ao centenário que ocorrera no ano imediatamente anterior, isto é, em 1938.

Uma ligeira pausa e acrescenta:

– Hand-Book sempre teve e tem o maior empenho em manter as melhores relações com o Brasil. (PEIXOTO, 1941, p.354-355)

A percepção de Lewis Hanke não foge ao panorama do período, pois, apesar de alguns lampejos anteriores, é justamente nas décadas de 1930 e 1940 que o Brasil tornou-se um pouco mais presente entre os temas pesquisados. Foi em 1930 na “Duke University” que Alan K. Manchester defendeu a primeira tese de doutorado sobre a América Portuguesa nos Estados Unidos: “The Foundation of British Pre-Eminence in Brazil” – publicada em 1933 como “British Preeminence in Brazil: Its rise and Decline, a study in european expansion”<sup>29</sup>. Em 1932 surgiu o estudo de Lawrence F. Hill “Diplomatic Relations between the United States and Brazil” e em 1937 o de Mary W. Williams “Don Pedro the Magnanimous, Second Emperor of Brazil”<sup>30</sup>. Manoel Cardozo – que nasceu em Açores –, defendeu, em 1939, a tese “A History of Mining in Colonial Brazil” na “Stanford University” e, em 1941, na “Johns Hopkins University”, Alexander N. D. Marchant, natural do Rio de Janeiro, obteve seu Ph.D com “The Economic Relations of Portuguese and Indians in the Settlement of Brazil, 1500-1580”<sup>31</sup>. Nas páginas da “Hispanic American Historical Review”, apesar do uso do termo “Hispanic” referir-se a inclusão da América Portuguesa, contribuições mais importantes surgiram somente em fins de 1930. Cardozo e Marchant, junto com Percy Alvin Martin e

<sup>29</sup> No Brasil: “Preeminência inglesa no Brasil”. Tradução de Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973. Por meio de pesquisas em arquivos brasileiros, norte-americanos e ingleses o autor trabalhou a contínua supremacia britânica no Brasil, trazendo à tona aspectos políticos e econômicos do comércio escravo e do reconhecimento da independência; focalizou, sobretudo, o século XIX, porém, recuou a interpretação das relações diplomáticas anglo-portuguesas até 1642. (RUSSEL-WOOD, 1985, p.693).

<sup>30</sup> Antes, em 1922, publicou The treaty of Tordesilhas and the Argentine-Brazilian boundary settlement no volume cinco da “Hispanic American Historical Review”.

<sup>31</sup> Publicado nos Estados Unidos em 1942 como “From bater to slavery; the economic relations of portugueses and indians in the settlement of Brazil, 1500-1580”; no Brasil em 1943: “Do escambo a escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580”. Tradução de Carlos Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

Charles E. Nowell compuseram o quadro de autores que publicaram artigos sobre temas brasileiros<sup>32</sup>. De acordo com Russel-Wood (1985, p.693), do lançamento do periódico em 1918 até 1945 quatrocentos e um artigos foram publicados, desses, trinta se referiram à história do Brasil. Na sessão de documentos a atenção dispensada ao Brasil teve quase a mesma proporção – perto dos 7% do total –: dos sessenta e nove documentos publicados cinco foram relativos à história brasileira.

A “Hispanic American Historical Review”, como principal periódico da área, é um bom espaço para a percepção do que foi produzido em termos de área estudada, temas e recorte temporal. Para a compreensão desses anos iniciais podemos contar com o levantamento dos primeiros trinta anos da revista feito por Lesley Bird Simpson em 1949 – vale lembrar que por cinco anos sua edição foi interrompida, o que significa que o trabalho de Simpson pesquisou vinte e cinco anos de publicação. Nas suas tabulações, Simpson (1949, p.188) optou por contabilizar somente os artigos e o que chamou de “documentary pieces”, pequenos artigos sobre documentos, excluindo “reviews” e outras sessões. Sua abordagem consistiu em dividir o número de páginas e traçar a percentagem do espaço ocupado por elas de acordo com o recorte das tabelas. Mesmo ciente da variação nos tamanhos dos artigos, confiou que a média traria bons resultados. Tal abordagem ficou mais suscetível a erros, uma vez que a presença de artigos que ultrapassaram em muito a média de páginas ocorreu. O próprio autor afirmou que a média girou em torno de vinte e duas, vinte e três páginas, todavia, um dos artigos, alcançou o número significativo de cento e cinquenta, o que, provavelmente, alterou bastante as configurações dos quadros (SIMPSON, 1949, p.189). Uma análise que contabilizasse as contribuições através do número de artigos, se furtando ao

---

<sup>32</sup> Manoel S. Cardoso: The Collection of the fifths in Brazil, 1695-1709. “The Hispanic American Historical Review”, n.20, 1940 e The Guerra dos Emboabas, Civil War in Minas Gerais, 1708-1709. “The Hispanic American Historical Review”, n.22, 1942; Alexander Marchant: Tiradentes in the Conspiracy of Minas, “The Hispanic American Historical Review” n.21, 1941 e Feudal and Capitalist Elements in Portuguese Settlement of Brazil, “The Hispanic American Historical Review”, n.22, 1942; Percy Alvin Martin: Portugal in America, “The Hispanic American Historical Review”, n.17, 1937; Charles E. Nowell: Vasco da Gama – First Count of Vidigueira, “The Hispanic American Historical Review”, n.20, 1940.

número de páginas, minoraria erros e possibilitaria uma análise comparativa dos enfoques de pesquisa mais adequada. Não obstante, a pesquisa de Simpson cobre um período importante e traz contribuições significativas que trabalharemos a seguir.

Para a área geográfica de interesse dos estudos sua tabulação é mais completa do que a citada anteriormente, feita por Russel-Wood (1985), na medida em que analisa quatro anos a mais e mostra a presença dos outros países no periódico (ver tabela 2). Na tabulação não foram enquadrados os artigos denominados por ele como “general application”, 22% do total. Apesar de não definidos, tais trabalhos provavelmente abordaram toda a América Latina, grandes regiões da América Espanhola ou estudos sobre mais de um país. Cabe ressaltar a não especificação dos países estudados na América Central – após sua divisão – e nas Antilhas (Caribe), não se sabe precisamente o número de estudos sobre Cuba, Guatemala ou Panamá. A presença das Filipinas na tabulação provavelmente tem relação com o fato de ter sido colonizada pelos espanhóis.

Na distribuição de páginas por área estudada (tabela 2), observa-se na ponta da tabela os estudos sobre a história mexicana, com a quantia notável de 24% das páginas, mais que a soma da segunda e da terceira posição, Brasil e Antilhas respectivamente; a tabela ainda conta com os territórios anexados pelos EUA, denominado por outros autores como “Borderlands”, na quarta posição, com 10% do total. A presença dessas três regiões mais próximas dos Estados Unidos entre as quatro mais estudadas, ou seja, México, Antilhas e territórios anexados pelo EUA – que juntas somam 45.5% do total –, mostra a continuidade da maior importância dessa área para os estudiosos do campo por quase toda primeira metade do século XX. Segundo Simpson (1949, p.193), além da proximidade e conseqüente facilidade no acesso a documentação, evidente no caso dos territórios anexados pelos Estados Unidos, esse quadro também resulta, entre outras coisas, dos interesses e das intervenções políticas e econômicas na região, que acabavam por influenciar o seu grau de importância ou mesmo a

existência de materiais de pesquisa nos próprios arquivos norte-americanos. De acordo com o autor, a intervenção no canal do Panamá e Nicarágua, por exemplo, fez com que a taxa dos estudos da América Central fosse maior que a do Chile e Colômbia juntas. Esse fato, da maior quantidade de estudos acompanhar as regiões da esfera de interesse dos Estados Unidos, não foi visto com bons olhos por Simpson, que a considerou uma “premissa difícil de se defender”, já que os estudiosos da região deviam escrever sobre a história da América Latina e não sobre a dos Estados Unidos (1949, p.193).

Tabela 2 – Distribuição das páginas por área estudada, “The Hispanic American Historical Review” (1918-1948)

Área estudada	Porcentagem das páginas ocupadas na revista (1918-1948)
México	24%
Brasil	11.5%
Antilhas	11.5%
Territórios anexados pelos Estados Unidos	10%
Argentina	9%
Espanha	8%
América Central	6%
Peru	5.5%
Venezuela	5%
Chile	2.5%
Colômbia	2%
Portugal, “Pacific Basin” (Filipinas), Paraguai, Equador, Guiana, Bolívia	5%

Fonte: SIMPSON, 1949, p.192

Vale lembrar que os anos trabalhados nas tabulações foram marcados pela consolidação de uma visão mais geral da política exterior norte-americana em todo continente, refletindo a ascensão dos Estados Unidos como um poder hemisférico e mundial. O pan americanismo e a Política da Boa Vizinhança, entre outros fatores, auxiliaram a expansão gradativa do olhar político e dos investimentos estadunidenses para além da América Central e Caribe. Na primeira metade da década de 30, por exemplo, esta posição foi reforçada pela visão do “Council of Foreign Relations” de que as economias Latino-americanas, particularmente a de grandes repúblicas como o Brasil, representavam uma

possível solução para a depressão dos Estados Unidos (BERGER, 1995, p.48). Nesse sentido, as presenças de Brasil e Argentina entre as cinco primeiras posições mostraram, de certo modo, um indício da maior atenção que os outros países da América do Sul e Central receberiam nos próximos anos, confirmando a percepção de Simpson sobre a relação entre interesse político-econômico e interesse acadêmico.

Tabela 3 – Distribuição das páginas por recorte temporal, “The Hispanic American Historical Review” (1918-1948)

Recorte Temporal	Porcentagem das páginas ocupadas na revista
XIX	44%
XVIII	15%
XVI	14%
XX	10%
Artigos gerais (sem recorte temporal)	6.5%
Período colonial como um todo	4.5%
XVII	4%
XV	2%

Fonte: SIMPSON, 1949, p.189.

Nesses primeiros trinta anos, outras alterações nas principais linhas dos estudos latino-americanos podem ser percebidas nos quadros feitos por Simpson. Como dito anteriormente, a preferência dos estudiosos da área pelo período colonial sobreviveu à transição da historiografia romântica para a científica. A mudança dessa tendência começou a ocorrer no final da década de 1930, quando o período nacional ascendeu como importante tópico de pesquisa. A distribuição feita por Simpson (1949, p.189) da porcentagem de páginas dedicadas a cada século evidenciou a consolidação dessa trajetória, já que os números dos estudos sobre colônia – 39.5% quando somamos as porcentagens dos séculos XVIII, XVII, XVI, XV e a categoria período colonial como um todo – estão em menor quantia do que os do período nacional – 54% quando somamos os séculos XX e XIX. (ver tabela 3). Nos próximos anos, como veremos posteriormente, o número de pesquisas sobre período colonial caiu expressivamente, aumentando ainda mais à distância das porcentagens.



Destacam-se entre os séculos mais pesquisados o XIX com 44%, o XVIII com 15% e o XVI com 14% (ver tabela 3). Esses números indicam que as décadas anteriores e posteriores às independências, representadas pelo número expressivo de estudos fixados nos séculos XIX e XVIII, tiveram grande importância dentro do periódico. Por outro lado, é possível observar reminiscências dos temas românticos na tabela, a maior presença do século XVI na tabulação evidencia que os momentos da conquista e do descobrimento receberam uma atenção maior que o restante do período colonial. A reflexão de Simpson (1949, p.189-191) sobre o recorte temporal salientou a menor significância dos eventos mais distantes dentro do campo. A supremacia do século XIX – três vezes maior que o XVIII e o XVI e onze vezes maior que o XVII – era fruto de uma espécie de “time-myopia”. Para o autor, era necessário revisar essa concepção, uma vez que os “séculos esquecidos” tinham muito a oferecer para a compreensão da região.

No que tange ao quadro das temáticas abordadas, Simpson (1949, p.194) admitiu as dificuldades encontradas, declarando ter colocado arbitrariamente os interesses que lhe pareciam prevalentes. No início seu projeto foi seguir os campos de interesse demarcados pelo periódico em 1926 – ano em que voltou a ser publicado –: história política, diplomática, econômica, social e narrativa; porém, ao observar que a complexidade temática era maior, adicionou áreas não visualizadas na retomada das publicações. Ao nosso ver, o autor não trabalhou bem com as categorias gerais, subdividindo excessivamente tópicos que poderiam ter sido agrupados em denominações amplas, como, por exemplo, o grupo da “história social”, onde poderiam ter sido inclusos artigos de demografia e da história médica (ver tabela 4). Nota-se também a falta da categoria “história política”, que poderia, certamente, ter enquadrado artigos da história institucional, da biografia ou da história militar, logo, representando uma força importante do campo.

Tabela 4 – Distribuição das páginas por temática abordadas, “The Hispanic American Historical Review” (1918-1948)

Temática abordada	Porcentagem das páginas ocupadas na revista
História Diplomática	28%
Biografia	16%
História Econômica	13%
História Social	12%
História Institucional	10%
História Militar	9%
Geografia	8%
Historiografia	2%
Demografia	1.5%
História Médica	0.5%

Fonte: SIMPSON, 1949, p.194.

Pela tabela 4, clara está a predominância dos estudos de história diplomática, com 28% do total de páginas da revista. Aqui, novamente, as causas são encontradas nas relações estabelecidas entre os Estados Unidos e a região, mira preferida de muitos pesquisadores. William Spence Robertson, Arthur P. Whitaker e J. Fred Rippy, especialistas nas relações interamericanas, ocuparam cargos importantes nas comissões editoriais da revista, foram alguns dos principais nomes dos estudos latino-americanos e figuraram entre os cinco pesquisadores que mais editaram artigos no periódico, possuindo cada um, respectivamente, onze, dez e seis publicações nos trinta anos (HACKETT, 1949, p.214). De acordo com Berger (1995), muitos autores desse grupo durante esse período sustentaram as premissas e discurso da política exterior estadunidense<sup>33</sup>. Para Simpson (1949, p.195), como na distribuição por área estudada, o problema repousava na disponibilidade da documentação, em maior número e de mais fácil acesso do que em outras áreas, no entanto, na sua opinião, nem sempre confiáveis, porque enquanto documentos diplomáticos oficiais poderiam, muitas vezes, obscurecer determinadas causas das controvérsias. Na sua visão, os historiadores das relações exteriores deveriam se precaver e não permanecer somente na análise dos documentos

<sup>33</sup> Para Berger (1995, p.55-57) os trabalhos de J. F. Rippy no final da década de 1930, além de conter elementos racistas, revelaram claramente a visão de que a América Latina devia ser incorporada dentro de um sistema de defesa hemisférico liderado pelos Estados Unidos. Em “The Caribbean Danger Zone”, publicado em 1940, Rippy afirmou que na América Central e no Caribe, zonas de perigo e pontos extremamente estratégicos, não podiam ser tolerados o domínio de qualquer poder agressivo.

oficiais. Isso se relaciona a sua proposta final para ascender à qualidade dos estudos, onde enfatizou a necessidade de rompimento com os “rígidos padrões da pesquisa”, que poderiam levar o campo a atrofia e a futilidade (SIMPSON, 1949, p.203-204). A correção das distorções observadas dependia do aumento do questionário sobre a história latino-americana e, sobretudo, do estabelecimento de um maior contato com as disciplinas das ciências sociais – suas técnicas capacitariam os historiadores nas análises de seus achados de acordo com Simpson.

Refletindo sobre as afirmações e dados expostos por Simpson, Howard Cline (1949) apresentou considerações importantes ligadas a uma certa falta de inovação metodológica e temática dentro dos estudos latino americanos nesse período que vai até pouco depois da segunda guerra<sup>34</sup>. De acordo com Cline (1949, p.205), nitidamente na defesa do periódico e da história da especialidade, muitos dos seus professores foram os pioneiros nos estudos latino-americanos e, de algum modo, estiveram ligados à fundação da “Hispanic American Historical Review”. Era importante, para Cline, não subestimar seus importantes feitos: eles criaram um respeitável campo de estudos e o tornou autônomo do domínio de outras áreas de pesquisa. Em resumo, durante três décadas, forneceram o que era necessário para suportar e dar continuidade ao trabalho histórico: bibliografias essenciais, sólidas monografias, cursos superiores e seminários acadêmicos para aqueles que quisessem se especializar na região. As avaliações de Simpson (1949), que sentiu a falta de temas e metodologias menos tradicionais nos primeiros trinta anos da revista, foram totalmente refutadas por Cline (1949, p.208), que considerou as abordagens desenvolvidas justificáveis na medida em que “consciente ou inconscientemente” o principal objetivo do periódico era auxiliar na criação de uma unidade interna no campo, na construção de uma doutrina comum, no recrutamento de seguidores e na consolidação de uma tradição suficientemente distinta para assegurar o reconhecimento de

---

<sup>34</sup> John. J. Johnson (1985), anos depois, caracterizou a história escrita entre 1920 e 1940 como convencional, mantendo-se muita atenta ao papel de figuras notáveis, sem atender as minorias e as questões políticas e sociais mais explosivas.

uma “província” separada, de modo que conseguisse manter sua autonomia em um universo acadêmico “indiferente” e “hostil”. Amparado em metáforas concluiu:

It seems to me unreasonable to castigate a Spartan band for lack of Athenian characteristics. Thirty years ago was not exactly a propitious time for risky experiments and the luxury of heated controversy when the major need was for unquestioned and unquestionable orthodoxies: simple, broad, workable concepts inherent in narrative and descriptions (CLINE, 1949, p.208).

Aparte a afirmação da tradição, clara no esforço para justificar as atitudes metodológicas ortodoxas dos membros do campo, certa dose de razão há de ser dada a Cline, principalmente no que se refere aos importantes passos para a institucionalização do campo pelos pioneiros, que, em certa medida, foi refletida no projeto e nas páginas da revista<sup>35</sup>. Espaços para a divulgação, discussão e formação de especialistas foram criados, no entanto, certa autonomia não significou muita respeitabilidade. Para Berger (1995, p.54), até 1945 muitos historiadores da América Latina permaneceram isolados e marginais ao “mainstream” dos historiadores profissionais dos Estados Unidos; apesar dos esforços, continuaram a ocupar uma posição subordinada em relação aos historiadores da diplomacia, da Europa e da própria história norte-americana. É com esse quadro em mente que podemos entender a tomada de posição de Cline (1949, p.208) na proposição do caminho que julgava ser ideal seguir a partir daquele momento, quando a situação, segundo ele, havia mudado e as trocas nas estratégias estavam liberadas. Dois objetivos deveriam ser perseguidos: o primeiro se referia à reintegração da “subtradição” dos “hispanic-american historical studies” dentro da tradição histórica geral, restabelecendo relações mais próximas com linhas de pesquisas cujos problemas e métodos fossem paralelos e reforçassem os dos estudos sobre a história latino-americana; o segundo consistia em enfatizar os estudos intensivos ao invés de extensivos, aqui, embora não definido precisamente o que seria esse enfoque intensivo, tem-se a impressão de uma abordagem presa a um tema específico, menos geral, menos descritiva e

---

<sup>35</sup> Sobre a afirmação da tradição nos estudos historiográficos ver Blanke (2006, p.27-64).

mais problematizada. Por fim afirma: “In short, put an end to parochialism and produce historians able to grapple with serious problems of some significance, at a sophisticated level of ideas” (CLINE, 1949, p.209). Howard Cline, especialista em México e figura importante na captação de fundos do governo e de fundações privadas nos anos subsequentes, argumentou para animar uma reação contra o isolamento e a falta de reconhecimento pelas outras correntes da academia e da historiografia estadunidense. A proposta de Simpson da articulação com as outras ciências sociais também pode ser vista sob essa óptica.

## **2.2 Anos 50, passos curtos solitários, anos 60, passos rápidos com o comunismo.**

Howard Cline e Lesley B. Simpson escreveram num momento em que a marginalização dos estudos latino-americanos tinha ganhado a pouco seu principal impulso: a segunda guerra mundial. Com o eixo do conflito fora da região durante a guerra e nos anos posteriores minimizou-se a importância da América Latina no cenário acadêmico, apesar do crescimento dos investimentos e da intensificação das ligações político-militares da região com os Estados Unidos. A falta de grandes ameaças à hegemonia norte-americana até a Revolução Cubana deixou a região em segundo plano, o que, conseqüentemente, provocou a diminuição dos recursos passados pelo governo e agências privadas às universidades atuantes na especialidade nesse período de pouco mais de dez anos.

Seguir a linha de crescimento dos “area studies”, desenvolvidos junto da profissionalização dos estudos latino-americanos e da história diplomática, é um caminho para percebermos o declínio que marcou o campo na década de 50. Podemos definir os estudos de área como o resultado da união de especialistas de várias disciplinas através de

projetos de departamento ou de institutos especializados para tratar de uma região do mundo a partir de um enfoque que privilegiasse a abordagem multidisciplinar. A área, dependendo do caso, poderia ser uma unidade geográfica, um continente, um grupo cultural, ou uma nação (BASADRE, 1949, p.61). Em um trecho de uma apresentação feita em 1949 em honra a visita do presidente Eurico Gaspar Dutra na ocasião do lançamento oficial do Instituto de Estudos Brasileiros da “Vanderbilt University” – estabelecido com o apoio da “Carnegie Foundation” –, observam-se algumas características e funções que moldavam os estudos de área:

The Institute for Brazilian Studies of Vanderbilt University is a center of research and studies on the social, economic, political and cultural life of Brazil, and of the teachings of specialized courses and of the publications of the results of the studies for the American public. It forms an integral part of the University. The teachers give, each in his own department, several courses, some related to the work of the Institute, other without direct relation. [...]

One of the most important purposes of the Institute is the preparation and publication of original studies concerning the social and political institutions, the history, the economics, the literature, and the language of the country, and it is hoped that more fields will be added in the near future.

Along with this purpose exists that of preparing persons who will be students of the culture of Brazil, professors in the American universities, or candidates for the Foreign Service. In the courses designed for undergraduates, the field of studies includes the nations of Latin America in general, but with special attention to Brazil, the largest and most populous of these nations. The similarity of language and culture, of history, and of problems, along with the variety of interests of the students themselves, indicates the propriety of this arrangement. In order to interest these students in the culture and people of Latin America, informative and descriptions courses are offered. [...]

Finally, an important part of the work is and will continue to be dissemination, in and out of school, of informative material concerning Brazil, and the creation of an atmosphere of friendliness and understanding of that country among the American people. (BASADRE, 1949, p.62-63)

Percebe-se a ênfase nos vários aspectos da área, ou seja, não só a história, mas também a linguagem, a economia, a literatura, o social e o político estavam sob a mira dos estudiosos – evidenciando o tratamento multidisciplinar. A apresentação ainda traz outros elementos que valem ser ressaltados: o primeiro diz respeito à preparação de estudantes para o trabalho nos órgãos de relações exteriores, posição que se fortalecerá na década de 50 entre os especialistas dos “area studies” das várias partes do mundo, e, mais uma vez, também relacionado à

política exterior estadunidense, a afirmação da contribuição dos estudos para a criação de uma atmosfera de compreensão e amizade do Brasil entre o povo americano<sup>36</sup>.

Lewis Hanke (1967) e Basadre (1949) defenderam o pioneirismo dos especialistas em América Latina no desenvolvimento desse conceito de pesquisa no entre guerras. Basadre (1949), por exemplo, viu no trabalho do “Joint Committe on Latin American Studies”, criado em 1942 com apoio do “Social Science Research Council”, do “American Council of Learned Societies” e do “National Research Council”, uma das primeiras tentativas para formação do que passou a ser chamado “area studies” depois da segunda guerra mundial. Esse comitê, que teve como foco o encorajamento da pesquisa interdisciplinar, operou em duas frentes: como órgão de consultoria para diferentes agências governamentais envolvidas com a América Latina, contando, inclusive, com tarefas desenvolvidas para o Departamento de Estado e, ao mesmo tempo, de maneira mais independente, como promotora de atividades de treinamento, pesquisa e publicação (MICELI, 1990).

Após a segunda guerra, especialmente durante os anos 50, os estudos de área, junto com programas sob rubricas como, por exemplo, “International Affairs” e “Defense Studies”, tiveram um crescimento significativo por conta das preocupações estratégicas e de defesa nacional. Enquanto no início dos anos 50 existiam vinte e nove programas de estudos de área espalhados pelas universidades norte-americanas, no início dos anos 60 esse número triplicou: foram contabilizados mais de cem programas. Entretanto, nesses números, a América Latina tornou-se menos representada em relação a outras áreas: em 1951 a região ainda era a área mais estudada nos Phds provenientes dos programas, porém, no final da década, foi ultrapassada por Rússia, Europa Oriental e o Sul da Ásia. Em termos gerais caiu de 30% do total para 18% (BERGER, 1995, p.72). Resultado, por certo, do desinteresse e declínio dos

---

<sup>36</sup> Vale ressaltar que a apresentação enfatiza o ensino sobre outras nações latino americanas dentro Instituto, o que é justificado, entre outras coisas, na similaridade de seus problemas e cultura, expondo a vida conjunta que as pesquisas sobre o Brasil tiveram com os estudos do restante da região. Essa articulação se fez ainda mais forte e certa, já que na década de 50 o então “Institute for Brazilian Studies” passou a intitular-se “Center for Latin American and Iberian Studies”, representando o aumento do escopo de pesquisa e ensino.

financiamentos aos programas, mantendo os especialistas da região fora do alto escalão de pesquisa até 1960<sup>37</sup>. Tal ambiente pode ser observado pela história do “Joint Committee on Latin American Studies”, citado anteriormente como um dos precursores dos estudos de área. Fundado em 1942 interrompeu suas atividades logo após a segunda guerra, em 1947, permanecendo desativado até 1958, quando retornou suas atividades com apoio da “Carnegie Corporation”, priorizando bolsas de pós-doutoramento e pesquisas sobre o período nacional (MICELI, 1990). Em Basadre (1949) encontramos ecos da falta de recursos para os estudos latino-americanos e da prioridade dada às áreas mais importantes para a política exterior norte-americana nesses anos:

However, despite this comparatively early activity, there are very few well financed and well staffed area institutes for Latin America in the United States today – none which compares in financial backing and staff resources with the Columbia University Russian Institute, with the Harvard Regional Program on Asia or with the University of Michigan Center for Japanese Studies. There is certainly the need to continue the development of Latin American Area Institutes (BASADRE, 1949, p.64).

Historiadores, cientistas políticos e especialistas em relações-internacionais estabeleceram vínculos com o governo durante e depois da Segunda Guerra. Essa relação se deu através de postos em agências especiais ou na influência consciente dos imperativos da guerra fria nas pesquisas. Os postos mais conhecidos e importantes para os historiadores dos estudos de área depois de 1945 eram os do “Office of Strategic Services” (OSS), precursor da “Central of Intelligence Agency” (CIA)<sup>38</sup>. Entre os poucos latino-americanistas que trabalharam no “Office of Strategic Services” podemos citar Donald M. Dozer, que depois se

---

<sup>37</sup> Lewis Hanke escreveu em 1967 (p.43): “Less than ten years ago a gathering of scholars at the Newberry Library in Chicago lamented the lack of support for their disciplines, and drew up an impressive list of tools and monographs needed to advance the field. Presumably the specialists returned to their campuses refreshed by this heady and cathartic experience of thinking adventurously, but they found no change there in the attitudes of their university administrators or the majority of their colleagues, who still believed that Latin America was an area of peripheral value; the professors were not discharged, of course, for they had tenure, but the promise of the early flurry of Latin American area developments that had occurred in the 1940’s was not fulfilled”.

<sup>38</sup> Muitos dos historiadores que ocuparam cargos no governo durante a guerra alcançaram notoriedade dentro da profissão depois do conflito, entre os presidentes da AHA (American Historical Association), por exemplo, sete ocuparam cargos dentro do OSS.



tornou professor de história na Universidade da Califórnia<sup>39</sup>. A ausência dos especialistas em América Latina repousa no fato de que seus estudos voltaram-se especialmente para a Europa, Oriente Médio e Ásia, principais arenas de atuação da política exterior norte-americana nesse período. Entretanto, apesar do baixo número de especialistas da região em agências prestigiadas, a vinculação de importantes latino-americanistas ao governo não deixou de existir, podemos encontrar a presença desses pesquisadores no Departamento de Estado e no “Office of the Coordinator of Inter American Affairs” (CIAA) exercendo as funções de secretários culturais, analistas políticos e econômicos ou assistentes especiais. Arthur P. Whitaker, Robert J. Alexander e Bryce Wood podem ser citados entre os que ocuparam cargos nesses dois órgãos (BERGER, 1995, p. 70-73).

Esse quadro de negligência e subestimação às pesquisas e aos estudiosos da área se alterou nos dois últimos anos da década de 50, acompanhando as preocupações políticas de Washington. As mudanças que provocaram a alta proliferação dos estudos latino americanos podem ser rastreadas a partir de 1958, quando o governo, justificando-se em termos de defesa nacional, como uma resposta as ameaças comunistas, promulgou o “National Defense Education Act” e seu importante “Title VI”, assumindo a falta de conhecimento sobre inúmeras áreas do globo. Esse famoso título abasteceu ainda mais as universidades e centros de estudos com recursos federais destinados a pesquisa, treinamento e ensino em questões internacionais<sup>40</sup>. Os fundos dos títulos VI-NRC, uma das categorias dos programas do Título VI<sup>41</sup>, segundo Young (2002, p.95), ainda são os maiores e mais procurados e “[...] cobrem uma extensa gama de atividades incluindo educação no nível de graduação, pós-graduação e de pós-doutoramento, extensão e pesquisa” em vários campos do conhecimento. Para Meihy

---

<sup>39</sup> Donald M. Dozer escreveu livros sobre a história das relações interamericanas e da América Latina, entre eles: “Are we good neighbors: three decades of inter-american relations 1930-1960”, publicado em 1959; e “Latin America: an interpretative history”, publicado em 1962.

<sup>40</sup> O NDEA, de acordo com Bieber (2002, p.199), promoveu entre suas atividades o ensino do português falado no Brasil, “como parte de sua visão estratégica mais ampla do país”.

<sup>41</sup> Outra subdivisão do Título VI são os fundos do Título VI-D, destinados somente a educação no nível de graduação.

(1991), o “National Defense Education Act” foi fundamental para as transformações estruturais do ensino superior norte-americano, que se reformulou na década de 1960 em consequência da grande quantidade de jovens que ingressaram nas universidades após o crescimento populacional proporcionado pelo fim da Segunda Guerra. Os “baby-boomers”, como ficaram conhecidos, ocasionaram uma expansão no número de cursos, faculdades e, igualmente, uma ampliação das áreas de pesquisa nos departamentos de história, que necessitaram ir além dos tradicionais campos da história norte-americana e européia.

Fundamental para os estudos da América Latina foi a Revolução Cubana em 1959, quando a região entrou definitivamente no centro da disputa pela hegemonia mundial. A aparente tranqüilidade do domínio estadunidense no continente foi abalada, o grupo de Fidel Castro acionou a percepção do desconhecimento acerca da realidade latino-americana. O temor de que a “sombra” do comunismo se espalhasse por todo hemisfério fez com que os programas governamentais passassem a olhar com mais atenção a região, disponibilizando um número maior de fundos para as pesquisas. Esse ambiente proporcionou o crescimento meteórico dos “Latin American Studies” durante a década de 1960. John J. Johnson (1985, p.750) sintetizou o fenômeno em três bases: por parte do governo havia a já citada preocupação com a segurança nacional, entre as fundações privadas e filantrópicas persistia o gosto pelo “exótico” e nas faculdades e universidades reafirmava-se a proclamada dedicação para o serviço público – todos apressados em completar o vazio deixado nos últimos anos. Um trecho da entrevista do brasilianista Warren Dean, transcrita por Meihy (1990), permite vislumbrar esse contexto de mudanças na academia e uma interface com o ambiente cultural, político e ideológico em território norte-americano:

Dada a fascinação que os movimentos sociais em curso no Sul do continente exerciam sobre mim naqueles dias do início dos anos 60, principalmente pela Revolução Cubana, inclinava-me ao estudo do que se passava por aqui... Parecia que alguma coisa nova se inaugurava na América Latina e isto merecia atenção pois acreditava-se que a Revolução poderia se alastrar por todo continente... Felizmente para mim, o governo repartia comigo a mesma percepção, ainda que motivado por razões diferentes... Havia então muitas bolsas disponíveis para jovens como eu, que

naqueles dias se dispuseram a explicar como prevenir tais ocorrências no futuro... (MEIHY, 1990, p.273).

Com o crescimento do apoio novos programas de estudos foram implementados nas universidades. Programas de doutorado sobre tópicos e áreas outrora ignorados foram instituídos e as universidades que anteriormente dispunham de disciplinas relacionadas somente à linguagem aumentaram suas grades curriculares iniciando cursos sobre outros aspectos da região. Programas latino-americanos de graduação entre 1961 e 1966 foram criados nas universidades de Miami, Antioch, Virginia, New México e Wiscosin (Milwaukee), e de pós-graduação nas universidades da Califórnia (Los Angeles), Colúmbia, Flórida, Texas, Tulane, Wisconsin (Madison), Yale, Cornell, Illinois, Nova York e Stanford (MICELI, 1990, p.8). A “Latin American Studies Association” (LASA), uma organização que reunia pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, foi fundada em 1966, fazendo da “Latin American Research Review”, lançada em 1965 por um grupo de universidades, seu órgão oficial. De acordo com Hanke (1967, p.44), o orçamento da publicação dos dois primeiros anos da “Latin American Research Review” ultrapassou os quarenta e oito anos da “Hispanic American Historical Review”. Para Richard Morse (1990, p.212), a partir de 1960, vários dos seus desejos de caráter utilitário e específico de quando começou lecionar foram realizados: mais história Latino-americana nos currículos, mais professores especializados no continente, mais bolsas para alunos e professores, mais publicações e aquisições de livros pelas bibliotecas e, por fim, um maior reconhecimento do campo por especialistas de outras áreas.

Nessas duas décadas, que compreendem tanto o declínio dos apoios institucionais como o posterior surto e fim de todas as carências, no que tange aos temas, áreas e abordagens dos estudos, são vistas em processo certas continuidades e, certamente, algumas inovações e alterações dentro das principais tendências do campo. Para uma análise mais pormenorizada da produção durante parte desse período trabalharemos com os artigos publicados na

“Hispanic American Historical Review” entre 1955 e 1967, que, como já dito anteriormente, foi um dos espaços mais importantes de discussão da história latino-americana em território estadunidense e nos serve como um termômetro do que estava sendo produzido pelos pesquisadores<sup>42</sup>. A escolha desse recorte também se justifica por tratar-se dos anos próximos da entrada de Thomas Skidmore no grupo de pesquisadores da América Latina, permitindo a compreensão das tendências gerais com as quais se deparou. Como veremos posteriormente, seus primeiros contatos com o tema ocorreram em 1961 e a publicação da primeira obra em 1967.

Durante os treze anos, foram publicados na “Hispanic American Historical Review” 135 artigos por 118 autores, sendo que 14 deles publicaram mais que 1 artigo<sup>43</sup>. Dentro do periódico o número de artigos publicados aumentou após 1960, seguindo a expansão do campo de um modo geral. Enquanto nos primeiros cinco anos, ou seja, 1955-1959, foram publicados 36 artigos, nos próximos cinco, entre 1960 e 1964, são vistos 57 artigos nas páginas da revista; a soma dos artigos publicados nos últimos três anos do período abordado – 1965, 1966 e 1967 –, que perfazem um total de 42 artigos, também é maior que o total dos primeiros cinco anos<sup>44</sup>.

Durante os anos 50 e 60 o período nacional manteve sua predominância com relação ao período colonial. Pela revista é possível verificar que a distância entre os dois grupos aumentou expressivamente. Enquanto na tabela de Simpson (1949, p.189) – que segue o periódico de 1918 a 1948 – a soma dos séculos que comportam o período nacional contabilizou 54% do total e dos séculos referentes ao período colonial 39,5%, entre 1955 e 1967 (ver tabela 5) a soma de artigos que trabalharam com o período nacional atingiu 72%,

---

<sup>42</sup> Em alguns momentos seguimos nas tabulações a abordagem de Charles W. Bergquist (1974), autor de uma análise que trabalha com os artigos publicados no periódico entre 1965 a 1972.

<sup>43</sup> Onze autores publicaram dois artigos: Howard Cline, Richard Graham, C. Harvey Gardiner, Robert S. Smith, Herbert S. Klein, Charles Gibson, Joseph R. Brown, Robert Louis Gilmore, Frederick B. Pike, Ruth Pike, Mario Rodriguez; e três publicaram três artigos: Dauril Alden, James L. Tigner e James R. Scobie.

<sup>44</sup> A quantidade de artigos por ano é a seguinte: 1955: 7; 1956: 5; 1957: 7; 1958: 9; 1960: 9; 1961: 13; 1962: 9; 1963: 16; 1964: 10; 1965: 14; 1966: 13; 1967: 15.

ficando o período colonial com 23% do total; artigos que trabalharam os dois períodos conformaram 5%. O século que mais contribuiu para afirmação desse quadro foi o XX, que de 10% do total passou a 27%. Por outro lado, mantêm-se muito baixo o número de pesquisas referentes ao século XVII, decaindo em importância o XVIII e, principalmente, o XVI, mostrando o abandono dos temas românticos – conquista e descoberta. Esse quadro é fruto da constante expansão do período nacional e, sobretudo, pela maior atenção dispensada às questões do desenvolvimento econômico e político nos séculos XIX e XX pelos pesquisadores, motivados, entre outras questões, pelas agências financiadoras após a Revolução Cubana, que viram nesse período as raízes e os fatores explicativos para as revoltas da década de sessenta nos países do continente (EAKIN, 1998).

Tabela 5 – Distribuição dos artigos por recorte temporal, “The Hispanic American Historical Review” (1955-1967)

Séculos	Números de artigos sobre toda região	Porcentagem	Número de artigos sobre o Brasil <sup>45</sup>	Porcentagem
XX	36	27%	5	24%
XIX e XX	7	5%	1	5%
XIX	54	40%	9	43%
Total Nacional	97	72%	15	71%
XVIII e XIX	3	2%	1	5%
XVIII	13	10%	3	14%
XVII e XVIII	1	1%	1	5%
XVII	3	2%	1	5%
XVI e XVII	1	1%	-	-
XVI	6	4%	-	-
XV e XVI	1	1%	-	-
Colonial como um todo	3	2%	-	-
Total Colonial	31	23%	6	29%
Colonial e Nacional	7	5%	-	-
Total	135	100%	21	100%

Fonte: Hispanic American Historical Review, 1955-1967.

Os artigos que tratam de algum aspecto da história do Brasil encontram-se imersos dentro dessa tendência. Nos estudos o maior enfoque é para o período nacional (ver tabela 5). Se atentarmos novamente a tabela 5, observamos que não existem estudos sobre os séculos

<sup>45</sup> Como será visto posteriormente, apesar da ênfase em aspectos do Brasil, três desses artigos trabalharam as ligações entre a sua história e a de outros países.

XV e XVI e somente um sobre o século XVII. A grande maioria dos artigos trabalhou com a segunda metade do XVIII, com o XIX e com a primeira metade do século XX, ou seja, de 1750 a 1950.

Tabela 6 – Distribuição dos artigos sobre o Brasil por recorte temporal, “The Hispanic American Historical Review” (1955-1967)

Anos	Colônia	Colônia e Império	Império	Império e República	República
1955	-	-	-	-	-
1956	1	-	-	-	-
1957	-	-	-	-	-
1958	1	-	-	-	-
1959	1	-	-	-	-
1960	-	-	2	-	-
1961	2	-	-	-	1
1962	-	-	2	-	-
1963	1	-	-	-	-
1964	1	-	-	-	3
1965	-	-	-	-	1
1966	-	-	1	2	-
1967	-	-	1	-	1
Total	7	0	6	2	6

Fonte: Hispanic American Historical Review, 1955-1967.

Pela impossibilidade de precisar uma data de independência comum a todos os países da região, optamos, para conseguir estabelecer a construção de um quadro geral, como feito por Berquist (1974), colocar como período nacional todos estudos fixados nos séculos XIX e XX, levando em conta que grande parte dos processos de independência, marco que dá início a esse período, se iniciaram em fins da primeira ou durante a segunda década do século XIX. Para contemplar as especificidades do Brasil, que tem em 1822 a data de sua emancipação, e enquadrar os estudos num recorte mais comum à historiografia brasileira, separamos as pesquisas dedicadas a algum aspecto da história do país em três períodos: Colônia, Império e República. Nesse novo quadro houve uma alteração: o número de estudos sobre colônia ganhou mais uma pesquisa, de um total 6 foi para 7, por conta de um artigo que trabalhou os

vinte primeiros anos do século XIX<sup>46</sup>. Além disso, houve um equilíbrio maior, os números estão bem próximos: são 7 artigos sobre colônia, 6 sobre o império, 2 sobre império e república e 6 somente sobre república (ver tabela 6). O bom número de estudos sobre colônia é influência da presença marcante de dois colonialistas: Dauril Alden, que publicou três artigos, e Mario Rodriguez, autor de dois estudos.

Esse equilíbrio, principalmente entre república e império, ambos dentro do período nacional, não se manteve entre o grupo de pesquisas dedicadas ao Brasil, o que pode ser atribuído à importância cada vez maior dada pelos estudos ao século XX. Tal fato pode ser percebido quando olhamos nos números de teses defendidas. Segundo Bieber (1995), que fez um levantamento de todos os doutorados sobre a história brasileira defendidos entre 1930 e 2000, praticamente metade trabalhou com temas posteriores a 1889. É na década de 60, quando o número de teses sobre o Brasil teve um crescimento extraordinário, sobretudo a partir de 1965 (ver tabela 7), que o período republicano se consolidou como o mais pesquisado, passando a frente do Império. Astor Diehl (1999, p.206), que trabalhou com a distribuição por período das teses de doutorado defendidas de 1950 a 1972, observou que para as teses do período colonial e do imperial não houve um crescimento constante, sendo que o último teve alguns aumentos vertiginosos e quedas bruscas. O contrário aconteceu no número de teses sobre o período republicano, que apresentou uma estabilidade crescente, principalmente a partir de 1960. Nas páginas da “Hispanic American Historical Review” entre 1955 e 1967, surgiram trabalhos de alguns desses novos pesquisadores do Brasil República com doutorados que haviam sido muito recentemente finalizados ou estavam em andamento. Um bom exemplo é “Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930” publicado por John

---

<sup>46</sup> O artigo é o de Anida Marchant: Dom Joao's Botanical Garden. “Hispanic American Historical Review”, vol.41, n.2, 1961.

Wirth em 1964, nesse tempo ainda cursando o doutorado em Stanford<sup>47</sup> e os artigos de Warren Dean, que se doutorou em 1964, e June Hahner, que obteve o título em 1966, ambos recém formados e no cargo de “Assistant Professor”<sup>48</sup>.

Tabela 7 – Dissertações sobre o Brasil produzidas nos Estados Unidos

Ano	Número	N. Public. Como livros	% publ
Década de 1930	3	1	33%
Década de 1940	5	2	40%
Década de 1950	14	8	57%
1960 a 1964	8	4	50%
1965 a 1969	31	19	61%
1970 a 1974	61	17	28%
1975 a 1979	48	10	21%
1980 a 1984	33	13	39%
1985 a 1989	24	12	50%
1990 a 1994	17	11	65%
1995 a 2000	40	10	23%
Total	284	107	37%

Fonte: BIEBER, 2002. p.202.

Com relação às áreas estudadas, quando separamos os 107 artigos dedicados a um único país, fica evidente a continuidade do grande número de estudos sobre o México, que obteve 25% dos trabalhos, seguido de Brasil, Argentina, Chile, Cuba e territórios anexados pelos Estados Unidos (ver tabela 8). Com relação aos dados expostos por Simpson (1949), referentes aos primeiros trinta anos do periódico, entre as principais mudanças estão a diminuição do número de estudos sobre os territórios anexados pelos Estados Unidos, as chamadas “bordelands”, que caiu de 10% do total para 6%, e do Caribe, visto que a soma de suas áreas, ou seja, Cuba, Porto Rico e República Dominicana, resultou em 7,5% das pesquisas, enquanto na tabela de Simpson (1949) figurou com 11.5%. O Brasil ascendeu: de 11.5% foi a 16% do total; outras regiões da América do Sul o acompanharam, sobretudo o

<sup>47</sup> Nesse período foram poucos os estudantes em formação que tiveram um artigo publicado: 6 autores num universo de 118. Grande parte dos autores declarou-se como “Assistant Professor” ou “Associate Professor” – dois postos iniciais da carreira acadêmica norte americana.

<sup>48</sup> Warren Dean: “The Planter as entrepreneur: The case of São Paulo”. “The Hispanic American Historical Review”. n.2, 1966; e June Hahner: “The Paulistas rise to power: a civilian group ends military rule”. “The Hispanic American Historical Review”. n.2, 1967.



Chile – que de 2,5% do total entre 1918 e 1948 alcançou 9% nesse quadro. A América Central continental também recebeu mais estudos, se somarmos os artigos sobre a extinta “Federación de Centroamérica”, das repúblicas que daí surgiram – Guatemala, Honduras e Nicarágua – e do Panamá, de um total de 6% nos primeiros trinta anos, chegou próximo dos 15% nesse quadro. Desse modo, aparte a constante preponderância do número de estudos referentes ao México, há um fortalecimento na tendência de maior distribuição das pesquisas por todo hemisfério, menos presas a ex-territórios espanhóis e áreas do Caribe, contemplando em maior número regiões um pouco mais distantes dos Estados Unidos localizadas na América Central e do Sul. Essa tendência progrediu dentro do periódico, os dados levantados por Charles W. Bergquist (1974, p.8) entre os anos de 1965 a 1972 – avançando cinco anos em relação à nossa tabela –, mostraram que os números de artigos sobre as ilhas caribenhas e as regiões de fronteira decaíram ainda mais, sendo o total da última, por exemplo, 1%. Por outro lado, a América do Sul continuou sua ascensão, os números de Brasil, Chile e Argentina mantiveram-se praticamente estáveis, ganhando mais importância Peru e Colômbia, cada uma com 8% do total de estudos.

Como afirmamos anteriormente, os estudos latino-americanos e, de modo geral, os “area-studies”, sempre deram atenção a regiões de maior interesse para a política exterior norte americana. Nesse sentido, a ampliação dos estudos e do enfoque para temas de todos os países do continente foi um reflexo da intensificação constante dos interesses econômicos e de segurança dos Estados Unidos com o hemisfério, iniciados nas primeiras décadas do século e reanimados depois da Segunda Guerra, notadamente após a Revolução Cubana. Junto a isso, o declínio de estudos sobre certas regiões está relacionado com a importância adquirida pela história recente e o desinteresse cada vez maior no período colonial; as ilhas do Caribe, por exemplo, eram áreas privilegiadas em pesquisas que trabalhavam aspectos da descoberta, do mesmo modo, as “borderlands”, também desfrutavam de maior destaque, já que durante boa

parte do período estavam sob o domínio espanhol. Entre 1955 e 1967, por exemplo, dos seis estudos sobre as “bordelands” cinco trabalharam com o período colonial, principalmente o século XVIII.

Tabela 8 – Distribuição dos artigos por área estudada, “The Hispanic American Historical Review” 1955-1967

País	Número de artigos	Porcentagem
México	27	25%
Brasil	18	16%
Argentina	10	9%
Chile	9	8%
Cuba	6	5%
Territórios anexados pelos EUA	6	5%
Colômbia	4	4%
Peru	4	4%
Federação Centro-Americana	4	4%
Espanha	4	4%
Bolívia	3	3%
Guatemala	3	3%
Equador	3	3%
Nicarágua	2	2%
Panamá	1	1%
Porto Rico	1	1%
Honduras	1	1%
Republica Dominicana	1	1%
Uruguai	1	1%
Venezuela	1	1%
Total	109	101%

Fonte: Hispanic American Historical Review, 1955-1967

Os estudos sobre colônia foram bem representados nas pesquisas sobre áreas geográficas maiores. Nos vinte e seis artigos que contemplaram mais que um país os estudos desse período estão fortemente presentes. Em alguns casos, por exemplo, tais trabalhos abordaram a história da população nativa, certas regiões dos vice-reinos, ou então apresentaram alguma discussão sobre a relevância e possibilidades referentes a documentação, muitas vezes não se atentando as fronteiras nacionais contemporâneas. Ainda com relação a esse grupo de artigos gerais podemos afirmar que existe a mesma tendência dos estudos dedicados a um único país. Tanto nos que se propuseram trabalhar a região como um todo, como nos que se dedicaram a áreas mais restritas, pesquisando dois ou mais países,

houve uma boa distribuição dos estudos pelo continente, não sendo negligenciadas as regiões mais distantes dos Estados Unidos. Entre os artigos com áreas menores destacam-se alguns estudos sobre regiões de fronteira, como é o caso do artigo “Rubber, rebels, and Rio Branco: The contest for the Acre” publicado por Lewis A. Tambs em 1966, que analisou as disputas entre Brasil e Bolívia pela região amazônica.

As dificuldades na separação dos artigos publicados na revista por tipo de enfoque temático, como foi enfatizado por Simpson (1949) e por Bergquist (1974), são imensas, dadas as demarcações tênues existentes em alguns estudos. Os artigos, muitas vezes, trabalham com temas onde as questões políticas, sociais ou econômicas são muito imbricadas, ou então, pela própria proposta do autor, foram combinadas para propiciar uma nova interpretação, o que torna os enquadramentos dentro de categorias uma tarefa bastante complicada. Os caminhos tomados por Simpson (1949) e Bergquist (1974) foram bem parecidos, apesar de apresentarem nas tabulações alguns grupos diferentes. Ambos utilizaram categorias bem específicas, como, por exemplo, biografia, história urbana, demografia, história militar ou história médica, o que enfraqueceu o potencial de categorias mais amplas, também utilizadas por eles, como história política ou social. Vale ressaltar que, provavelmente, esses padrões eram comuns no cenário historiográfico norte-americano. Nesse trabalho, na tentativa de montarmos um esboço mais geral e menos fragmentado dos principais temas postos em foco, optamos por excluir categorias específicas, ou seja, trabalharemos aqui somente com definições amplas. Os artigos, de acordo com o tom preponderante, foram divididos nas seguintes categorias: história política, história econômica, história cultural, história da historiografia e história social.

Entre 1955 e 1967 os trabalhos trataram de inúmeros objetos, contudo, mesmo com a diversidade, predominaram os estudos que enfatizaram os aspectos políticos nos temas tratados, com 44% do total das pesquisas, seguido por artigos mais vinculados à história

social, que obteve 28% dos trabalhos, e dos estudos mais preocupados com aspectos econômicos, 12% do total (ver tabela 9). Dentro do grupo dos estudos políticos estão pesquisas sobre líderes, partidos, grupos com atuações importantes – especialmente os militares – e sobre a atuação do Estado em diversas questões. Entretanto, boa parte das pesquisas referiu-se a assuntos vinculados à história diplomática. Vinte e três estudos trataram das relações entre os Estados Unidos e os países do continente, principalmente México e Cuba; sobressaem também artigos que abordaram a atuação Inglesa no hemisfério, sete ao todo. Na sua grande maioria os trabalhos avaliaram as atuações de embaixadores ou de políticas para a região. Com relação aos estudos ligados aos temas da história social foi observado a presença de artigos com objetos e enfoques bastante variados: migração, demografia, história das cidades, epidemias e educação estão incluídos nessa categoria; o que acontece, do mesmo modo, nos estudos econômicos, onde são vistos alguns trabalhos que trataram, por exemplo, das relações entre política e economia, sobre a recepção e a influência do pensamento e dos modelos econômicos da Europa na região ou sobre ferrovias e aspectos da produção de alguma mercadoria. Nos estudos historiográficos foi dada importância à própria historiografia norte-americana sobre a região, junto da discussão e divulgação de fontes e arquivos. Por fim, dentro dos estudos culturais, em menor número, destacaram-se pesquisas sobre intelectuais – suas influências e obras, e artigos dedicados, por exemplo, à imprensa ou a música.

Tabela 9 – Distribuição dos artigos por enfoque temático, “The Hispanic American Historical Review” 1955-1967

Enfoque	Número de artigos	Porcentagem
História Política	59	44%
História Social	39	28%
História Econômica	16	12%
História da Historiografia	14	10%
História Cultural	7	6%
Total	135	100,00%

Fonte: Hispanic American Historical Review, 1955-1967.

Quando separamos os artigos que trataram de algum aspecto da História do Brasil esse quadro permanece praticamente o mesmo: são predominantes os estudos sobre temas políticos, porém, existe um equilíbrio maior entre as outras categorias, principalmente entre o grupo de pesquisas que abordou a economia e o social (ver tabela 10). Ganha destaque nos estudos políticos o papel representado pelos militares durante o período republicano, enquanto o tema das relações entre o país e os Estados Unidos, forte tendência do quadro geral, não foi objeto de pesquisa em nenhum artigo, em contrapartida dois estudos se dedicaram a aspectos da atuação Inglesa na região. Nos outros estudos foram retratadas questões de fronteira, a atuação de “empresários” na política e na economia durante a colônia e império, a aristocracia cafeeira, migração japonesa, demografia, viajantes norte-americanos e ingleses e também um estudo sobre Varnhagem, publicado em 1967 por Stuart B. Schwartz, na ocasião cursando o doutorado em Columbia<sup>49</sup>.

Tabela 10 – Distribuição dos artigos sobre o Brasil por enfoque temático, “The Hispanic American Historical Review” 1955-1967.

Enfoque	Número de artigos	Porcentagem
História Política	10	47%
História Social	4	19%
História Econômica	4	19%
História Cultural	2	10%
História da Historiografia	1	5%
Total	21	100,00%

Fonte: Hispanic American Historical Review, 1955-1967.

Durante os anos 50 e 60 no campo de estudos como um todo foram vistas mudanças nas abordagens. O crescimento do número de estudos sobre a região em outras disciplinas das ciências sociais, somado a confiança depositada na abordagem multidisciplinar dos estudos de área de todas as partes do mundo, contribuíram para que os historiadores estabelecessem diálogos com especialistas de outras áreas e trouxessem dos seus campos novas questões e

<sup>49</sup> Francisco Adolfo de Varnhagem: Diplomat, Patriot, Historian. “The Hispanic American Historical Review”, n.2, 1967.

ferramentas de análise<sup>50</sup>. Na década de 50 algumas das principais mudanças ficaram por conta da história social e da história econômica. Entre os colonialistas a história social recebeu as influências da demografia e da antropologia, acompanhando e contribuindo para a mudança do enfoque nos conquistadores para a população nativa. Uma das abordagens mais influentes, conhecida como “Berkeley School”, enfatizou as pesquisas de aspectos demográficos; Lesley B. Simpson, Woodrow Borah e Sherburn F. Cook, principais nomes da corrente, produziram uma série de estudos sobre a população indígena do México Central no Século XVI (EAKIN, 1998). Charles Gibson e Howard Cline, ambos colonialistas, também produziram trabalhos importantes na área da etno-história, o último, por exemplo, publicou em 1957 na “Hispanic American Historical Review” o artigo “Problems of Mexican Ethno-history: The ancient Chinantla, a case study”, onde afirmou que essa corrente de pesquisa estava em crescimento e que bons resultados dependiam de uma compreensão sofisticada tanto das técnicas e da literatura antropológica como dos fundamentos e das práticas da metodologia da História.

A história econômica, igualmente influenciada por outras disciplinas, teve grandes progressos nessa década, Gibson e Keen (1957, p.871) viram uma grande multiplicidade em termos de temas e objetos nos estudos da região, sendo esses pesquisadores influenciados por bons trabalhos produzidos por economistas<sup>51</sup>. Uma das figuras mais influentes nesse campo foi Stanley Stein, que se doutorou em Harvard e pesquisou temas ligados ao Brasil. Em 1957 publicou duas obras sobre a história econômica brasileira: “Vassouras: A brazilian coffe country, 1850-1900” e “The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950”<sup>52</sup>. O primeiro, fruto de uma pesquisa sobre a história de uma comunidade rural, tem fortes vínculos com a antropologia e tornou-se um clássico (EAKIN,

---

<sup>50</sup> Resultado dessa relação foi o surgimento de abordagens multidisciplinares consolidadas com o lançamento de periódicos com esse caráter, como a “Luso Brazilian Review” e a “Latin American Research Review” na década de 60.

<sup>51</sup> Citou, entre outros, George Wythe, que trabalhou com o início da indústria na região, David M. Pletcher com seus escritos sobre a construção das ferrovias mexicanas e John P. Harrison, que pesquisou o início do sistema de navegação e do comércio de tabaco na Colômbia (GIBSON; KEEN, 1957, p.871)

<sup>52</sup> Traduzidos posteriormente no Brasil em 1961 e 1979.

1998, p.546). Os passos para a pesquisa, descritos na entrevista cedida a Meihy (1990), revelam o caráter interdisciplinar de sua formação e o modo que os objetivos do trabalho e a abordagem desenvolvida estavam inclusas dentro desse debate:

Ainda estudante em Harvard, fiz escolhas para não ser treinado apenas em História Política... Quis também ter preparo em economia, antropologia, sociologia e para isto freqüentei cursos nessas áreas, o que me ajudou muito em estudos futuros. Analisando hoje, diria que além da história, as aulas mais importantes para mim foram as de antropologia e Sociologia [...]

A Antropologia funcionou como uma espécie de introdução a história social... A antropologia daquele tempo estava em plena fase de estudos de comunidade, e se desenvolviam habilidades técnicas que possibilitavam resultados empolgantes... Sobre comunidades, aliás, existia um volume expressivo de excelentes trabalhos feitos no México, resultantes das pesquisas implementadas sobre aquele país, desde a Revolução Mexicana. Alguns destes estudos foram assinados por autores como Ralph Beals, Robert Redfield e pelo último membro deste grupo, que foi Oscar Lewis... O acompanhamento da evolução metodológica deste time me pareceu indicar uma via de estudo para o Brasil... Por esse caminho, partindo de uma comunidade, não seria preciso elaborar uma tese monumental, uma explicação gigantesca do país todo, nem do continente e isto era pelo menos prudente para um estrangeiro que se iniciava em estudos brasileiros (MEIHY, 1990, p.84)

Nas páginas da “Hispanic American Historical Review”, apesar dos estudos econômicos estarem em menor número com relação aos campos da política ou da história social, como dissemos anteriormente, eles não deixaram de apresentar temas e objetos variados. Convém ressaltar, por exemplo, o artigo publicado por Dauril Alden em 1959: “Manoel Luis Vieira: a Entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's Eighteenth Century Agricultural Renaissance”; que tem, como evidenciado pelo título, o foco na figura de Manoel Luis Vieira, proprietário de um engenho comercial de arroz no Rio de Janeiro do fim do período colonial. De acordo com Alden (1959, p.523), mesmo com dados fragmentados a respeito das atividades de Vieira, foi possível lançar luz sobre o início de uma nova indústria extrativa e sobre alguns dos problemas encontrados pelos empresários do século XVIII no Brasil, ainda pouco conhecidos. Esse artigo segue a esteira dos estudos sobre história empresarial nos Estados Unidos, com fortes raízes no “Center for entrepreneurial history” fundado em Harvard em 1948 e que alcançou grande sucesso na década de 50 (DE ROUVRAY, 2004). O outro livro de Stein, “The Brazilian cotton manufacture: textile

enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950”, que analisa a implantação e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, dedicando alguns tópicos a atuação do empresariado, segundo Massi e Pontes (1992, p.94) foi o resultado de uma pesquisa mais ampla sobre o Brasil desenvolvida pelos estudiosos desse centro.

Nesse momento, em Harvard, Thomas Skidmore cursava o doutorado; iniciada em 1956, a pesquisa tinha como foco a política alemã do fim do século XIX. Mantendo-se próximo das áreas mais importantes para a política exterior dos Estados Unidos pós segunda guerra, Skidmore examinou a estrutura constitucional do governo central da Alemanha no período em que Caprivi exerceu o cargo de Chanceler (1890-1994). A propósito é oportuno observar que entre os latino-americanistas os estudos de história política foram um pouco mais reticentes em relação a mudanças. A excessiva dependência quanto à narrativa e as técnicas descritivas começou a perder espaço no início dos anos 60, quando as pesquisas de grandes figuras da história e de importantes instituições passaram a compartilhar o ambiente com perspectivas mais atentas ao social e ao econômico. Segundo Johnson (1985) os historiadores do político tornaram-se mais críticos e conceitualmente preocupados, passando a traçar relações entre motivações individuais, mudanças institucionais e as grandes forças sociais e econômicas da região. O crescimento urbano, a industrialização, o desenvolvimento, o comércio internacional e o surgimento de novos grupos políticos tornaram-se importantes fatores explicativos dentro das interpretações dos latino-americanistas (JOHNSON, 1985, p.749).

É importante ressaltar que a articulação e a importância adquirida por todos esses fatores dentro dos estudos políticos e em outras áreas estão relacionados não só ao ambiente multidisciplinar que pairava nas ciências sociais e humanas dos Estados Unidos durante esses anos. A relação existente desde o início do campo entre suas interpretações e abordagens e a política exterior norte-americana continuava a vigorar. Muitos elementos do discurso oficial e



acadêmico sobre a América Latina e, nesse momento, também de outras regiões do mundo consideradas subdesenvolvidas, foram combinados com contribuições decisivas de noções que ganharam força ou que foram construídas durante e depois da Segunda Guerra Mundial<sup>53</sup>. Entre os especialistas dos estudos de área houve uma certa mobilização contra o fascismo e, sobretudo, posteriormente, contra o totalitarismo soviético, ganhando ênfase uma espécie de cruzada anticomunista. De acordo com Berger (1995, p.74-75), a idéia de que a modernização do terceiro mundo – amparada na transferência dos valores e instituições norte-americanas – seria a solução para os problemas do desenvolvimento se fortaleceu depois de 1945 e tornou-se central para alguns acadêmicos. O fim da pobreza e da possibilidade de uma Revolução Comunista foi encontrada na teoria da modernização, articulada conscientemente como uma proposta teórica alternativa ao marxismo – afastado dos “area studies” durante as primeiras duas décadas de guerra fria. As raízes dessa teoria remontam ao século XIX e início do XX, quando europeus e norte-americanos, com base na revolução industrial e na ascensão da burguesia, passaram a medir o desenvolvimento do resto do mundo a partir da alegada superioridade do industrialismo democrático ocidental. Após 1945, ganhou nova vida e linguagem, ainda que certos princípios das primeiras versões fossem mantidos. Berger (1995, p.75-77) afirmou que uma teoria da modernização clássica<sup>54</sup> alcançou o máximo de sua popularidade nos “area studies” no fim dos anos 50 e início dos 60. A história, dentro dessa

---

<sup>53</sup> As idéias já afirmadas antes da segunda guerra sobre a harmonia de interesses entre norte e sul ganharam força depois de 1945, fazendo o Pan americanismo, agora influenciado pela Guerra Fria, presente em reflexões de latino americanistas (BERGER, 1995). Como um bom exemplo podemos citar o artigo “The horsemen of the Américas” de Edward Larocque Tinker publicado no número dois de 1962 da “Hispanic American Historical Review”. O artigo é uma reafirmação dos princípios Pan-americanos. Utilizando como fonte letras de músicas Tinker afirma que nenhum grupo pode ser mais semelhante que os cavaleiros do novo mundo, da Patagônia ao Ártico. Para o autor, em todo o continente americano os cavaleiros tem os mesmos hábitos, a mesma linguagem e foram vistos como heróis em todos os cantos. Em suas conclusões levanta a hipótese de que se os países do continente americano produziram tipos tão semelhantes, podem então ter muitos fundamentos comuns que os permitem agir em união. Num outro conflito mundial, a liberdade e o futuro de todo o globo podem depender da confiança mutua e da ação conjunta dos países do continente americano, por isso "todos caminhos para promovê-las devem ser perseguidos" (p.198) e a semelhança entre os cavaleiros era um deles, na medida em que, na sua visão, demonstram a “afinidade espiritual” dessas nações e a admiração comum pelas qualidades que inspiram na sociedade: coragem, independência e amor pela liberdade; qualidades essas que têm estimulado a prosperidade e o progresso sem precedente do novo mundo.

<sup>54</sup> “The Stages of Economic Growth: a non-communist Manifesto” de Walt Whitman Rostow é uma declaração clássica da teoria da modernização para Berger (1995)

concepção, foi vista como linear, nutrindo-se da dicotomia sociedade moderna e tradicional, e a modernização, entre outros aspectos, tinha na transformação cultural um dos seus princípios essenciais; nesse sentido, foi considerada um processo, freqüentemente denominado como difusão, que abarcava toda sociedade, afetando a economia, o tipo de governo, a estrutura social, valores, religião e estrutura familiar. Dentro dessa percepção, os teóricos dessa corrente defenderam que o crescimento econômico e a urbanização estimulariam a mudança social e cultural, que, por sua vez, conduziria não só a uma economia mais desenvolvida, como também a política democrática. Assim, no início, a teoria da modernização percebeu um vínculo causal direto entre crescimento econômico, mudança social e democratização – termos que passaram a fazer parte de muitos estudos sobre a região. Nesse quadro, foi atribuída uma importância particular para a classe média emergente, da qual se esperava uma função progressiva.

Muitos aspectos da teoria adentraram nas análises e interpretações da região, com grande influência na ciência política, mas não só, uma vez que a onda interdisciplinar dos estudos de área a fez ultrapassar fronteiras e tornar-se uma forte tendência nas pesquisas sobre os países latino-americanos e do restante do mundo (BERGER, 1995, p.75-77). Antes mesmo da maior ameaça comunista na América Latina para os Estados Unidos, alguns trabalhos sobre a região escritos nos anos 50, moldados com noções vindas da teoria da modernização, procuraram a sua existência na área<sup>55</sup>; no entanto, a articulação de seus elementos tornou-se mais forte e evidente com a Revolução Cubana em 1959, que colocou fim a quase todas debilidades do latino-americanismo e animou políticas norte-americanas para a região.

---

<sup>55</sup> Segundo Berger (1995), Robert J. Alexander, por exemplo, que teve um importante papel no desenvolvimento da Aliança para o Progresso, produziu um livro sobre o comunismo na América Latina em 1957 intitulado “Comunism in Latin America”. John D. Martz, em 1956, com “Communist Infiltration in Guatemala: A study of subversion”, também contribuiu para a visão de que existia uma ameaça comunista no continente. Berger ainda citou os títulos de outros trabalhos com o mesmo teor sobre diferentes partes do mundo, deixando claro como essa questão penetrou os estudos de área de quase todas as regiões; entre eles: R. Swearingen; P. Langer: “Red Flag in Japan: International communism in Action 1919-1951” (1952); John H. Kaustsky: “Moscow and the Communist Party of Índia: A study of the postwar evolution of international communist Strategy” (1956); Frank N. Trager (ed.): “Marxism in Southeast Ásia: a study of four countries” (1959); Lucian W. Pye: “Guerrilla communism in Malaya” (1956).

Na “Hispanic American Historical Review” foram publicados no número três de 1960 dois textos que retratam bem como os problemas relativos às disputas pela hegemonia mundial adentraram no cenário historiográfico. Abriu o número “A Soviet Criticism of the Hispanic American Historical Review”, de J. Gregory Oswald, nesse tempo professor assistente de história na “University of Arizona”, seguido de “A Survey of The Hispanic American Historical Review, 1956-1958”, traduzido pelo próprio Oswald e de autoria Iosif R. Lavretskii, pesquisador russo da história latino-americana. O primeiro teve a função de apresentar e criticar o segundo. Não obstante, os argumentos apresentados nos dois textos partem do mesmo fundamento: de um lado, o pesquisador estadunidense acusa a historiografia da União Soviética de distorcer o passado latino-americano para contemplar os objetivos políticos do Partido Comunista e, de outro, o autor russo faz uma análise da “Hispanic American Historical Review” identificando falsificações da história que defendem o imperialismo norte-americano na região.

Segundo Oswald (1960), um dos meios empregados pela União Soviética para animar áreas do mundo ainda não comprometidas com o socialismo soviético era a interpretação da história dessas áreas. A história praticada pelos soviéticos foi vista por ele como um braço da política que destacava as verdades do marxismo-leninista, sua escrita tinha mais significado político do que acadêmico. A União Soviética, de acordo com Oswald, tentava trazer para o campo socialista os países subdesenvolvidos e os recém saídos do status de colônia, para isso encorajava movimentos de liberação nacional e denunciava um suposto Imperialismo, sendo justamente a crítica ao “Imperialismo Yankee” que ganhava ênfase nos apelos soviéticos aos países emergentes. Colocando-se como símbolo bem sucedido de resistência a essa força os soviéticos afirmavam que os Estados Unidos seriam uma ameaça à paz mundial, constantemente prontos para intervir com forças armadas nos assuntos internos dos países sul americanos. O artigo de Iosif R. Lavretskii, para Oswald (1960, p.339), era um exemplo da

"party-line historical writing" e da aplicação dos princípios marxista-leninistas para os problemas da história latino-americana, onde a verdade, o falso e o vago eram combinados para apresentar uma visão distorcida da escrita histórica norte-americana sobre a América Latina. Iosif R. Lavretskii, por sua vez, fez críticas duras a "Hispanic American Historical Review". Analisou toda estrutura do periódico, traçando, logo no início, ligações entre ele e os financiadores da "Duke University", local onde era publicado. Segundo ele, a família Duke era composta de poderosos empresários com negócios na América Latina, daí o interesse no periódico. Os membros do corpo editorial também mereceram comentários, Lavretskii afirmou que alguns deles, como o famoso Lewis Hanke, tinham fortes ligações com o Departamento de Estado, outros, como Arthur P. Whitaker, eram membros ativos em manifestações anticomunistas. Num outro momento do texto, suas considerações recaíram sobre alguns artigos publicados. O mote principal das críticas foi à defesa e justificação das atividades do governo norte-americano nas páginas da revista. Para Lavretskii, escondidos atrás da máscara da objetividade, os representantes da historiografia estadunidense ocultaram fatos, distorceram acontecimentos, falsificaram a história, defenderam o velho e o novo colonialismo e encobriram as orientações antiimperialistas de determinados movimentos. Em síntese: "A survey of HADR materials indicates that the official Latin Americanists of the US falsify and distort the historical truth in order to benefit imperialism." (LAVRETSKII, 1960, p.360)

As acusações de ambos os lados são parecidas, cada qual, na defesa de sua historiografia, acusou o outro de usar o passado para fins políticos. Tanto Oswald quanto Lavretskii revelaram os interesses por trás da "outra" historiografia e descreditaram completamente seus resultados sem, contudo, fazer qualquer consideração sobre a sua própria apoiada no mesmo fundamento. As acusações trocadas de falsificação do passado podem ser vistas como forma de ataque ao adversário no conflito político-ideológico. Numa época de

mais “certezas” sobre o passado, ser mais dono da “verdade” estava dentro da disputa pela hegemonia mundial. Hoje, como estamos afirmando ao longo desse trabalho, podemos afirmar que o argumento central de ambos tinha razão de ser – para seus próprios textos inclusive –: é possível encontrar nos dois sistemas historiográficos, com algumas exceções, em maior ou menor grau, a influência, o privilégio ou a defesa de pressupostos liberais ou marxista-leninistas nas interpretações tanto de soviéticos como de estadunidenses.

Do lado norte-americano, objeto desse trabalho, a articulação dos elementos da teoria da modernização ficou mais visível com a instituição e resultados da Aliança para o Progresso, organizada após a Revolução Cubana para impedir o desenvolvimento de qualquer modelo contrário ao norte-americano no restante da região. O presidente Kennedy, convencido de que o progresso econômico e social aumentaria a possibilidade do enraizamento democrático nos moldes estadunidenses, foi responsável por um dos maiores esforços para a sua promoção no terceiro mundo. Dentro do programa estavam medidas que visavam à reforma econômica – com o objetivo de aumentar as taxas de desenvolvimento anual –, alcançar maior produtividade no campo, erradicar o analfabetismo, estimular a diversificação do comércio e melhorar a distribuição de renda na região – afirmando a missão modernizadora dos Estados Unidos. Alguns latino-americanistas, amparados em elementos da teoria da modernização, não só apoiaram o programa como contribuíram para a sua formulação de acordo com as análises de Berger<sup>56</sup> (1995, p.86-88). Thomas Skidmore (1998b, p.107-111), denominando certos autores como “otimistas para a democracia”, também viu em algumas pesquisas desse período análises condizentes com os desejos que seriam expressos no programa. Entre os exemplos colocou o trabalho “Political change in Latin America: the emergence of the middle sectors” publicado em 1958 por John J. Johnson. O livro ganhou o prêmio Bolton, oferecido anualmente pela “Conference on Latin America History” e, na

---

<sup>56</sup> Para Berger (1995, p.87-88) houve a contribuição de latino-americanistas no “Task Force on Latin America”, fonte chave para a política dos EUA durante a era Kennedy.

interpretação de Skidmore, depositou confiança no desenvolvimento dos setores médios dentro dos principais países da região, endossando a transformação democrática posteriormente pregada pela era Kennedy. Johnson exerceu funções dentro do Departamento de Estado, seguido por Robert Potash, Rollie Poppino e Karl Schmitt<sup>57</sup> – todos trabalharam com temas de central importância para o governo nos primeiros anos da guerra fria, incluindo a influência comunista e o papel dos militares na região, cada vez mais importantes.

O fracasso de alguns parâmetros da Aliança para o Progresso já na primeira metade da década de 60, visto, por exemplo, no crescimento econômico com ausência de distribuição de renda, na decepção com a classe média em animar a democracia e, principalmente, nos sucessivos golpes e ditaduras militares, acarretou algumas revisões nas análises e percepções dos especialistas acerca dessas questões. Um reflexo direto desse novo quadro que se moldava pode ser vislumbrado em três textos que foram apresentados em uma das mesas de discussões do encontro da “American Historical Association” em 1962, todos publicados no próximo ano na “Hispanic American Historical Review”, são eles: “Colonial Institutions and Contemporary Latin America: Political and Economic Life” de Woodrow Borah, “Colonial Institutions and Contemporary Latin America: Social and Cultural Life” de Charles Gibson, e “Colonial Institutions and Contemporary Latin America: a commentary on two papers” de Robert Potash. Os objetos de discussão foram as inúmeras permanências na vida latino-americana, algumas, inclusive, remontavam, segundo os autores, à Idade Média e não ao período colonial. Borah, por exemplo, colocou como formas de sobrevivência nas práticas administrativas e no governo a centralização e destruição do vigor local, a preponderância do executivo em relação ao legislativo e judiciário, o suborno para alcançar serviços oficiais e a militarização da vida política. Gibson, por sua vez, considerou os aspectos culturais e sociais

---

<sup>57</sup> Entre alguns trabalhos desses autores: Robert Potash: “The army and Politics in Argentina, 1928-1945: Yrigoyen to Perón” (1969); Rollie E. Poppino: “International Communism in Latin America: A history of the movement 1917-1963” (1964); Karl M. Schmitt: “Communism in Mexico: a study in political frustration” (1965).

menos mutáveis, apresentando, muitas vezes, apenas mudanças superficiais; nas Instituições educacionais, por exemplo, ocorreram muitas alterações, mas elas também expressavam princípios constantes, como a exclusão da grande massa pobre dos seus quadros. Contudo, o que melhor deu o tom das discussões feitas no encontro foi a conclusão de Potash, que indicou uma revisão nos caminhos da Aliança para o Progresso e na percepção dos acadêmicos sobre os problemas contemporâneos, marcada, sobretudo, pela descrença no desenvolvimento e na mudança a partir de bases econômicas:

If it is true then, as these two fine papers seem to suggest, that the value system erected in the colonial era has been more impervious to change than the structure of the institutions, and if those concerned with promoting the rapid modernization of Latin America become increasingly aware that the process involves much more than directing capital flows or altering the terms of the trade, then perhaps next year's program committee could perform a real service by organizing a session to take up where this one leaves off, a session that could perhaps called "Colonial Values and contemporary Latin America" (POTASH, 1963, p. 394).

A crescente ênfase de Washington sobre os militares como meio de controlar as mudanças políticas também refletiu nos estudos de área. Eles se tornaram, nesse momento, um importante objeto de pesquisa. Dois meses depois do golpe militar no Brasil, a revista número dois de 1964 da "Hispanic American Historical Review", por exemplo, trouxe todos seus artigos sobre a História do Brasil, três deles versaram sobre aspectos da era Vargas, sendo que dois pesquisaram o tenentismo e um analisou a saída de Vargas do poder em 1954, ou seja, todos, em grande medida, trabalharam com o papel dos militares na política nacional<sup>58</sup>.

Segundo Berger (1995), uma vertente, embasando-se na força política dos militares na região, procurou alterar mais profundamente alguns elementos da teoria da modernização e da Aliança para o Progresso, objetivando justificar o apoio cada vez mais crescente dos Estados Unidos ao militarismo em troca da manutenção da "ordem", palavra que se tornou um

---

<sup>58</sup> Os artigos são: WIRTH, John. "Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930". "The Hispanic American Historical Review", v.44, n.2, 1964.; YOUNG, Jordan. "Military Aspects of 1930 Brazilian Revolution". "The Hispanic American Historical Review", v.44, n.2, 1964; SAUNDERS, J. V. D. "A revolution of agreements among friends: the end of the Vargas era". "The Hispanic American Historical Review", v.44, n.2, 1964.

elemento chave na política exterior norte-americana para os países latinos depois da morte de Kennedy. A “Rand Corporation”<sup>59</sup>, por exemplo, fez uma série de pesquisas sobre o papel dos militares na América Latina, Ásia e África, projetando sua imagem como um fator estabilizador frente à desordem e como a única força com habilidades técnicas e administrativas capazes de facilitar a modernização (BERGER 1995, p.89-91). Boris Kozolchyc, vinculado a essa instituição, tem publicado no número quatro de 1964 da “Hispanic American Historical Review” o artigo “Law and Social Change in Latin America: The Alliance for Progress”, onde, apesar de não trazer aspectos sobre o papel dos militares, deixou evidente, através da sua ênfase nas leis, a preocupação com a ordem no continente. Após traçar um breve histórico do papel e função das leis na região e, ao mesmo tempo, esboçar comparações com o padrão norte americano e inglês, sustentou que havia certas inadequações do sistema latino-americano, causadas, entre outros motivos, pela facilidade em aceitar e integrar mudanças rápidas nos códigos, geradoras da desconfiança da sociedade em relação à eficácia ou integridade do conjunto de leis e atuação de tribunais. Como principal premissa – que segundo o autor foi enviada aos oficiais da Aliança para o Progresso – defendeu que a ajuda econômica não seria suficiente para elevar o padrão de vida dos latino-americanos, sendo necessário colocar ao lado das reformas econômicas o estudo e instauração de reformas legais. Ainda dentro desse padrão destaca-se o livro organizado por John J. Johnson em 1962: “The role of the military in underdeveloped countries”, que contou com ensaios de Lucian Pye e Edward Shils, defensores, segundo Berger (1995, p.90), do papel das elites militares como chave para alcançar a ordem e o desenvolvimento. Berger (1995, p.89-91) identificou nas análises marcadas por esse teor a construção de uma “teoria da modernização militar” – apoiada na idéia de que sem ordem não haveria progresso –, influente em membros da administração Kennedy e, principalmente, nas posteriores. Berger

---

<sup>59</sup> A Rand Corporation foi fundada em 1946 pela Força Aérea Norte Americana e entre seus objetivos estava fornecer subsídios para a melhora das ações políticas através de pesquisas. É comumente aceito que o nome Rand deriva da junção das iniciais de “Research and Development”.



viu no relatório produzido em 1969 por Nelson Rockefeller, após uma série de visitas a América Latina durante governo Nixon, o ponto central na troca da aparente ênfase da política exterior norte-americana na ajuda econômica, nos setores médios e na democratização, para o apoio a modernização militar, marcada pela relação entre ordem e desenvolvimento (1995, p.105)

Muito do que foi produzido até o fim da década de 1960 foi marcado por uma idéia de história que entendeu as mudanças como uma série de sucessos ou fracassos das nações ou áreas pesquisadas em direção ao industrialismo democrático (BERGER, 1995). Com os tropeços da Aliança para o Progresso outras revisões da teoria da modernização clássica vieram à tona nesse momento e ganharam força na década de 70. Nesse quadro, algumas linhas interpretativas adotaram uma postura mais crítica, como é o caso da teoria da dependência. Não obstante, apesar dos muitos questionamentos que surgiram, a corrente predominante se restringiu a questionar mais o modo de implementação da modernização do que os seus objetivos, mantendo vivos muitos dos pressupostos liberais que sustentavam as proposições da política exterior e do ambiente acadêmico estadunidense como veremos no próximo capítulo dessa dissertação.

### 3 A história de um brasilianista e sua história do Brasil

#### 3.1 Thomas Skidmore: de “Harvard University” a “University of Wisconsin”.

Sou um brasilianista assumido... Nasci nos Estados Unidos e aqui trabalho... As motivações que me levaram a estudar o Brasil dependeram do contexto político norte-americano e de seus reflexos em nosso sistema universitário... Isto, para mim, são elementos de circunstâncias, pois sou um acadêmico do meu tempo, não um erudito no velho estilo... (MEIHY, 1990, p.268)

Thomas Elliot Skidmore nasceu no dia vinte e dois de julho de 1932 em Troy, Estado de Ohio, nos Estados Unidos. Aos seis meses de idade sua família mudou para Cincinnati, uma das mais importantes cidades da região que, como grande parte do Estado, era caracterizada pelo potencial das indústrias. Toda a sua formação básica ocorreu em instituições públicas. A carreira acadêmica foi iniciada na “Denison University”, onde obteve em 1954 seu primeiro “B. A.” (bachelor of arts)<sup>60</sup> com ênfase em ciência política e filosofia. Essa universidade, também localizada no estado de Ohio, foi fundada em 1831 e a partir de 1920 deixou de oferecer cursos de pós-graduação. Admitindo sua “ambição acadêmica”, Thomas Skidmore revelou ter no princípio interesse pela filosofia européia; por conseguinte, na busca de “bons lugares para desenvolver” seus “planos universitários” (MEIHY, 1990, p.255), obteve uma bolsa de estudos em Oxford, na Inglaterra, onde estudou filosofia política e economia, adquirindo, dois anos depois, em 1956, o seu segundo “B.A.”<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Esse título no sistema acadêmico norte-americano comumente se refere ao primeiro grau alcançado no ensino superior, em muitos casos é equivalente aos cursos de graduação no Brasil. O termo “bachelor of arts”, apesar de comportar sentidos diferentes relacionados ao país em que é utilizado ou a instituição que o emprega, geralmente é utilizado para cursos da área de humanidades, enquanto o título “bachelor of sciences” se refere a cursos de ciências físicas.

<sup>61</sup> Na entrevista cedida a Meihy (1990, p.255) Skidmore afirmou que em Oxford completou mais um B.A., não fazendo referência ao título de mestre – normalmente designado como M.A. (Master of Arts). Isso também ocorreu em uma nota que apresentou dados de seu currículo no artigo “Racial Mixture and affirmative action: the cases of Brazil ad United States” publicado na “The American Historical Review” em 2003. Não obstante, o

O interesse de Thomas Skidmore na época dos estudos em Oxford era pelos pensadores germânicos: “A Alemanha me atraía muito como área de estudo... Afinal, era um país que significava bastante em termos de modernização, de pensamento intelectual contemporâneo, de efeitos na vida da sociedade ocidental...” (MEIHY, 1990, p.255). De volta aos Estados Unidos, optou por fazer o doutorado em história européia. Em 1956, com vinte e quatro anos de idade, ingressou na pós-graduação da Universidade de Harvard, um dos mais importantes centros de estudos europeus dos Estados Unidos<sup>62</sup>.

A mudança da filosofia para a história, segundo o próprio Skidmore, ocorreu quando compreendeu que seu maior interesse era pela origem das idéias, o processo histórico, não lhe agradando mais a abordagem filosófica (CONCEIÇÃO; DÁVILA, 1998). Seguindo esse “novo” caminho, defendeu, sob a orientação do professor Franklin L. Ford<sup>63</sup>, a tese de doutorado: “The Chancellorship of Capri. A Constitutional Study”. Com bolsas do “Research Training Fellowship” e “Dissertation Completion Fellowship” do “Social Science Research Council” esteve na Alemanha entre 1958 e 1959 para fazer a pesquisa. Sofrendo os impactos da guerra fria, não lhe foi permitido consultar os arquivos da Alemanha Oriental (pessoalmente em dezembro de 1958 e por carta em agosto de 1958). Segundo Skidmore, como não pretendia escrever uma narrativa completa da história alemã nesse período, a falta

---

próprio Meihy (1990, p.253) no trecho introdutório a entrevista afirmou que Skidmore adquiriu em Oxford o título de mestre; do mesmo modo, as edições de 1966 e 1971 do “National Directory of Latin Americanists” trazem a informação de que em Oxford ele completou o B.A. e o M.A. Os significados diferentes que carrega a designação B.A., como afirmado em nota anterior, podendo, inclusive, se referir a cursos de mestrado, nos impede de afirmar com total clareza o grau equivalente no Brasil do título adquirido por Skidmore em Oxford, embora as evidências (dois anos de curso e as muitas referências que indicam o fato) nos levam a crer que ele completou algum tipo de curso de pós-graduação naquela instituição. No texto optamos por deixar a sigla B.A. – utilizada pelo próprio Skidmore em duas ocasiões –, uma vez que nos outros casos a afirmação veio de terceiros.

<sup>62</sup> “Harvard era uma escolha mais ou menos óbvia para a minha geração, pois por este tempo já estava consagrada como centro importante, muito bem aparelhado com biblioteca e laboratórios, e portanto era natural que a qualquer pessoa com vocação séria para os estudos europeus restaria optar por aquela que liderava as escolhas universitárias do país, principalmente em estudos europeus...” (MEIHY, 1990, p.256)

<sup>63</sup> Franklin L. Ford completou sua graduação na “University of Minnesota” em 1942, servindo, logo depois, no “Office of Strategic Services” (OSS). Em 1950 defendeu o doutorado em Harvard e antes de tornar-se professor nessa universidade lecionou de 1949 a 1952 no “Bennington College”. Ao longo de sua trajetória acadêmica dedicou-se a temas relacionados à história moderna da Alemanha e a história francesa no século XVII; entre seus trabalhos publicados estão: “Robe and Sword: The Regrouping of the French Aristocracy After Louis XIV”; “Strasbourg in Transition, 1648-1789”; “Europe, 1780-1830” e “Political Murder: From Tyrannicide to Terrorism”.

de acesso a essa documentação foi menos séria, já que encontrou fontes valiosas em arquivos e coleções privadas da Alemanha Ocidental (SKIDMORE, 1960).

Analisando fontes publicadas, tais como memórias e cartas, e importantes fontes inéditas, incluindo documentos pessoais de Caprivi e de outros políticos, Skidmore procurou fazer o que chamou de “história constitucional”, ou seja, examinar a estrutura constitucional do governo central da Alemanha e observar a realidade dessas práticas. Para o autor, a história constitucional na Alemanha tinha ficado mais a cargo de uma abordagem jurídica até bem depois da Primeira Guerra. Uma abordagem que enfatizava fatores políticos e históricos, como acontecia na Inglaterra, era de origem recente e relativamente pouco desenvolvida.

Na tese, antes de focalizar os principais anos do estudo (1890-1894), recuou suas considerações até a primeira metade do século XIX, no intuito de compreender certas tradições presentes no sistema constitucional do governo central da Alemanha que vinham de uma interação entre os elementos do sistema imperial e do prussiano<sup>64</sup>. Em seguida, deteve-se, por muitas páginas, no período em que Bismarck ocupou o cargo de chanceler, uma vez que, segundo Skidmore, algumas ações concretizadas nesse momento tiveram um papel importante na estruturação de alguns elementos no sistema constitucional vigente durante a era Caprivi. Nesse ponto já deixou evidente o tom geral de sua análise: depois de definir as funções e possíveis relações entre as principais instâncias de poder, ou seja, o papel do rei, do chanceler e dos ministros, entre outros, procurou demonstrar a atuação de alguns sujeitos e grupos dentro dessa estrutura, verificando se os atores políticos – nesse ponto da tese principalmente Bismarck e o monarca – estavam conscientes dos fundamentos legais dentro das disputas, procurando compreender qual lado estava numa melhor posição e se este usou ou não algum atributo legal durante o embate (SKIDMORE, 1960).

---

<sup>64</sup> “Our historical analysis will require a preliminary sketch of the general constitutional structures of Prússia and the Empire, as well as comments on their interaction in practice” (SKIDMORE, 1960, p.1)

Ao iniciar a análise do período em que Caprivi ocupou o posto de chanceler, o mais importante cargo da política alemã, por ser, segundo Skidmore, a única figura em contato com todos os outros centros de poder, observou que a concepção apresentada pelo novo ocupante foi contra a linha de atuação de Bismarck. De acordo com o autor, Caprivi buscou o apoio e a união entre os ministros e, ao mesmo tempo, procurou contar com a colaboração do monarca. Tal quadro levou Skidmore a relatar minuciosamente a posição dos ministros e do rei com relação às políticas do chanceler, ou seja, quais eram seus interesses e a quais grupos estavam vinculados. Essa análise foi feita principalmente através dos estudos de caso – “Prussian Rural Government Reform”, “The Zedlitz School Bill”, “The Army Bill”, “The Trade Treaties”. Na análise desses casos, Skidmore procurou narrar as trajetórias dos projetos de lei e as articulações feitas em torno deles, enfatizando a posição dos ministros frente aos programas e as posições de Caprivi frente à reação dos ministros. Sua conclusão sobre esses episódios foi que o chanceler não conseguiu criar o conselho ministerial unido, o que resultou em importantes derrotas no tratamento de questões bastante controversas. De acordo com Skidmore, foi a crise levantada pelo “The Zedlitz School Bill” que fez Caprivi deixar o posto de Presidente ministerial da Prússia, permanecendo apenas como chanceler e ministro das relações exteriores. Para o autor, essa posição revelou uma falta de compreensão do chanceler sobre o território constitucional e político. Constitucionalmente foi um desastre essa divisão da liderança ministerial da Prússia e do Império, a separação contradizia a lógica da evolução do executivo germânico, onde a união pessoal da chancelaria e do ministro presidente era a base indispensável a partir da qual o executivo alemão mantinha-se coeso (SKIDMORE, 1960).

Foi também através dos estudos de caso que Skidmore tratou da questão das legislaturas e do desenvolvimento de outras forças políticas na Alemanha desse período. Para o autor, foi com a saída de Bismarck – quando não havia grandes espaços para os partidos –

que a vida política alemã reviveu<sup>65</sup>. Para Skidmore, nos quatro anos em que Caprivi ocupou o cargo de chanceler houve uma transformação na estrutura da ação política: velhos partidos tornaram-se partidos de massa e a política do interesse próprio tornou-se mais evidente, o interesse de classe tornou-se mais pronunciado. Novamente atuando de maneira distinta a do chanceler anterior, Caprivi acabou incentivando essas mudanças por ser, segundo o autor, o militar mais moderado da política alemã. Utilizando o que Skidmore denominou de “técnicas pacíficas de persuasão política” procurou atrair vários partidos para seu programa reformador. A “nova política” que surgia, de acordo com Skidmore, foi um produto indireto dessa abordagem de Caprivi, já que ele deu sentido para a ação política e fez com que ela parecesse essencial. Porém, ao mesmo tempo, o fato de não ter alterado a estrutura herdada do período anterior, fez com que os políticos profissionais continuassem fora do poder final, ocasionando uma complicação na relação entre o executivo e o legislativo. Também nessa esfera, segundo Skidmore, Caprivi falhou: a estratégia de conciliar grupos foi um fracasso, não só por conta da má administração e da insuficiente habilidade política do chanceler e de seus ministros, mas também porque nesse ponto a estrutura constitucional da Alemanha foi deficiente. Para Skidmore, diferente de outros países onde ocorreram assimilações do novo no sistema partidário ortodoxo, a Alemanha estava mal preparada para tal processo. A era Bismarck deixou o sistema partidário muito enfraquecido para se adaptar as novas pressões de massa.

All across the spectrum the old leadership found itself challenged by new leaders representing new forces. This new political energy, sometimes reflecting violent or demonic impulses, could not be contained within the obsolete vessel of the old party system (SKIDMORE, 1960, p.312)

Todo esse quadro levou Skidmore a conclusão de que Caprivi fez uma tentativa de trabalhar dentro da constituição bismarckiana. Não obstante, na busca por administrar o executivo alemão de acordo com o que compreendia ser suas antigas tradições acabou

---

<sup>65</sup> Antes de adentrar na era Caprivi Skidmore retomou aspectos da política partidária na chancelaria de Bismarck. Enfatizou o fraco desenvolvimento partidário e a falta de elementos vitais no processo democrático: “The effect on party development was disastrous. The vital link in the democratic process was lacking, the final connection between the governed and the governing” (SKIDMORE, 1960, p.262).

desviando-se das táticas políticas do último chanceler, especialmente na relação com os ministros e com as legislaturas. As dificuldades e derrotas que levaram a sua substituição, além de serem resultados de sua própria inexperiência política, revelaram os enormes problemas que qualquer Chanceler encontraria sob o sistema constitucional transmitido por Bismarck. Depois de Caprivi, segundo Skidmore, a situação complicou-se ainda mais: a crescente deterioração da liderança política era resultado da falta de talento individual e de uma estrutura constitucional desajeitada que atrapalhava a designação de ministros e frustrava os políticos eleitos. A era Caprivi foi definida pelo autor como um momento de despertar político, “[...] an epoch when powerful new forces arose to strain the bonds of an obsolete constitutional system” (SKIDMORE, 1960, p.393).

Em 1960, defendida essa tese, Skidmore foi convidado a ser instrutor em Harvard, posição semelhante à do “Assistant Professor”, cargo inicial na carreira de professor universitário estadunidense na qual se exerce as tarefas da docência e pesquisa. Nesse posto, geralmente, os professores são doutores e não possuem “tenure”<sup>66</sup>.

Até então suas preocupações não haviam se aproximado da América Latina. As escolhas durante a sua formação o encaminhavam para ser um especialista em História Alemã, longe da identificação com o termo brasilianista. Na introdução da tese de doutorado chegou a afirmar seu desejo de estudar o período posterior ao governo de Caprivi:

The following dissertation is part of what I hope will be a larger study of the German Imperial chancellorship in the decade of the 1890's. I have already collected much unpublished material on the era of Hohenlohe from 1894 to 1900, which I hope to incorporate into the larger work in the near future (SKIDMORE, 1960, p.10)

Porém, não sabia Skidmore que sua trajetória também seria influenciada por aquilo que mais o encantava no estudo do passado: a contingência.

---

<sup>66</sup> O “tenure” no sistema acadêmico norte-americano é uma qualificação que torna os profissionais imunes a demissões em alguns casos. Normalmente é adquirido após o professor tornar-se “Associate Professor” e seu principal objetivo é dar liberdade aos profissionais para participarem ou se engajarem em questões geradoras ou parte de polêmicas. O tempo para a sua aquisição leva em média de três a sete anos, variando de acordo com o peso do currículo do pesquisador, ou seja, prêmios, números de pesquisas publicadas e etc.

Atraiu-me esse estudo dos processos históricos, entender porque muitas vezes acontece alguma coisa, uma revolução, e as conseqüências são completamente diferentes das que foram previstas (CONCEIÇÃO; DÁVILA, 1998).

Como afirmou Francisco de Assis Barbosa na apresentação do primeiro livro de Skidmore sobre a história brasileira: “Foi em Harvard que se deu a conversão do germanista Skidmore, que se tornaria, a partir de 1960, o que nos Estados Unidos se chama um brasilianista” (BARBOSA, 2000, p.1). A “conversão” se fez em pouco tempo: em 1961 Thomas Skidmore visitou o Brasil pela primeira vez.

A explicação do fato passa pela forte influência dos meios institucionais nas opções do novo instrutor de Harvard. Como foi posto anteriormente, a Revolução Cubana em 1959 demonstrou certa fragilidade do campo de estudos latino-americanos nos Estados Unidos. A universidade em que Skidmore dava os primeiros passos como docente, uma das instituições de maior importância no país, não fugiu ao quadro geral, sofrendo com a falta de especialistas como as outras instituições. Existiam grandes deficiências que impediam o bom funcionamento do departamento: pessoal de pesquisa fraco em temas sobre o continente, falta de especialistas com conhecimentos de línguas e história de cada país e, o que confirma melhor o quadro, a cadeira de história Latino-americana estava vaga desde de 1956. De acordo com Skidmore: “A América Latina era vista como um bloco, muito próxima do que se imaginava a África: selvagem, exótica, subdesenvolvida...” (MEIHY, 1990, p.257). Tal quadro questionava a competência e o prestígio político da instituição que “sempre se exibiu como a universidade de maior influência no país”.

Convém lembrar que a educação norte-americana se apoiava teoricamente em uma visão supostamente “instrumental” da educação, isto é, acreditavam que os departamentos universitários deveriam produzir especialistas que instruísem as políticas do governo ou fornecessem conhecimentos para promover o desenvolvimento social... Contudo, em face de um fato concreto como Cuba, esta expectativa colocava a nu um fiasco absoluto... (MEIHY, 1990, p.257)

A solução encontrada pela universidade foi incrementar o departamento. Através de um financiamento oferecido por uma instituição privada, Harvard começou uma nova



estruturação, optando por não contratar especialistas e sim por formar um novo grupo, propondo ao quadro de instrutores uma alteração nos seus campos de pesquisa e docência. Eram oferecidas bolsas de pós-graduação, em nível de pós-doutoramento, com três anos de duração, para garantir que parte do corpo docente deslocasse sua visão para os vizinhos ao sul do continente, a fim de que fosse formado um novo e eficiente Departamento de Estudos Latino-Americanos. Thomas E. Skidmore foi um dos convidados.

Como sua trajetória acadêmica foi construída sobre os estudos europeus houve, por parte de Skidmore, uma certa ponderação para girar tão bruscamente o sentido de seus estudos. Afirmando ter consultado outros docentes e a bibliografia disponível, Skidmore vislumbrou a América Latina como uma área importante a ser pesquisada, a existência de poucos especialistas, boas chances de desenvolvimento profissional, já que as agências financiadoras estavam interessadas, e o fato importante de ser um campo de estudos quase “virgem”. Assim, tendo em vista o futuro próspero que os estudos latino-americanos prometiam aceitou a proposta, porém, a esta altura, não abriu mão da sua certeza em relação aos estudos europeus, seu consentimento teve uma exigência:

Pensei muito, e depois de alguns dias resolvi aceitar o desafio, desde que pudesse vincular uma cláusula na proposta: voltaria para os estudos de História Européia se não me acostumassem com os temas latino-americanos... (MEIHY, 1990, p.258).

Embora, na sua percepção, outros países estivessem mais em voga nas escolhas dos futuros latino-americanistas, optou, ou melhor, apostou, no “desconhecido” Brasil<sup>67</sup>. Em 1961 começou o curso para aprender português com Francis Rogers, “chefe do departamento e entusiasta da língua e dos temas do mundo luso-brasileiro”, que, além da nova língua, convenceu Skidmore de que o Brasil era o “o país do futuro, original, diferente, sedutor” (MEIHY, 1990, p.258). No mesmo ano Skidmore veio ao Brasil pela primeira vez numa viagem que durou dois meses. Seu roteiro permitiu uma apreciação do Brasil de norte a sul: a

---

<sup>67</sup> “Pessoalmente, nunca havia considerado nada, absolutamente nada, em termos de estudos latino-americanos... Meus conhecimentos eram tão rasos... Só sabia que o idioma falado no Brasil não era o Espanhol e que a capital do país não era Buenos Aires...” (MEIHY, 1990, p.258)

viagem se iniciou por Belém, depois Fortaleza, Recife, Bahia, Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e, por fim, Porto Alegre. A idéia de “país do futuro” provavelmente foi abalada com essa viagem. Anos depois, em 1984, respondendo a jornalista Beatriz Marinho (1984) do “O Estado de São Paulo”, Skidmore demonstrou um pouco da sua primeira impressão do país, seus choques iniciais e o que mudara passados mais de vinte anos. O excerto evidencia que as condições do chamado subdesenvolvimento chamaram mais atenção do que as possibilidades de futuro. O pessimismo esboçado com as lotações “selvagens” e as relações “medievais” padrão/empregado, entre outras coisas, dividiram espaço com o “espanto” de que algumas coisas alteraram desde sua primeira visita:

Agora, vou tentar descrever o Brasil que conheci sem repetir o clichê de que tudo era muito precário. Para se ter uma idéia do que encontrei, lembro de freirinhas no Recife, com uma mala cheia de dinheiro tentando pagar pequenas contas ou do elevador Lacerda, de Salvador, parando porque não tinha notas de um cruzeiro para dar de troco. Isso obrigou um avião sair do Rio, cheio de notas, para resolver o problema, o que deve ter custado muito mais. A tradição de um administrador novo não completar a obra do outro andava no auge: era assim com uma rodoviária no Recife que não tinha estrada de acesso ou de um esqueleto em Goiânia que não foi completado para que o autor da obra não fosse mais lembrado. Brasília era uma obra de ficção científica, perdida no planalto central e coberta de poeira vermelha. Os lotações cariocas eram selvagens na sua cata de passageiros e as relações entre patrões e empregadas domésticas, medievais. A mendicância do Rio também me chocou muito. Quando vi “Terra em transe” achei que refletia muito bem o Brasil, da mesma forma que Gabriel Garcia Márquez sempre me pareceu que escrevia sobre esse país. Apesar disso tudo, não vejo como negar o crescimento industrial brasileiro, sua capacidade de exportar artigos manufaturados, aço, etc. Era simplesmente impossível acreditar nisso em 1961, o vezo derrotista só falava na “vocaçãõ agrária brasileira”. As cidades certamente estão mais populosas, mas suponho que as pessoas achem melhor viver nelas e, de fato, me espanta a capacidade dos governos oferecerem serviços básicos, mesmo precários a esses novos contingentes. Há mudanças físicas, sociais, compensações e descompensações, exatamente como a diferença entre meus 26 anos de antes e os 51 atuais. (MARINHO, 1984, p.12)

Denominada por Skidmore de “sondagem” ou “inspeção”, essa primeira viagem também serviu para formar uma idéia das possibilidades de trabalho e acesso a documentos. O método utilizado para localizar-se frente o desconhecido em cada estado foi entrar em contato com os consulados, embaixadas e com o pessoal da “United States Information Service”<sup>68</sup>,

---

<sup>68</sup> Esse é o nome usado no exterior para a “United States Information Agency” (USIA), uma agência fundada em 1953 que objetivava o aumento da compreensão e aceitação das políticas norte-americanas no exterior, bem como o aumento dos intercâmbios entre professores e estudantes de outros países e dos Estados Unidos.

que auxiliavam na procura por contatos com acadêmicos e pesquisadores. Tal prática tornou-se comum entre os estudiosos estadunidenses; segundo Lewis Hanke (1967), em sua primeira viagem a região em 1935 ele raramente comparecia à embaixada, mas, com o passar dos anos, esses órgãos, que num primeiro momento estranharam a presença dos acadêmicos, passaram depois a incluí-los também nas suas atividades, a ponto de afirmar: “today, our embassies can be very helpful to the visiting scholar” (1967, p.48).

Nestes dois primeiros meses de Brasil seus métodos foram eficientes. Skidmore travou relações com acadêmicos importantes para o momento e também para o restante de seu “percurso brasilianista”, entre eles podemos citar: George Boehrer, Francisco Assis Barbosa e José Honório Rodrigues. O primeiro, um brasilianista de longa data, foi a figura mais destacada por Skidmore, foi ele, inclusive, que o apresentou a vários pesquisadores e, até mesmo, aos dois últimos, que mais tarde receberam agradecimentos de Skidmore em suas obras<sup>69</sup>. Boehrer obteve o mestrado e o doutorado pela Universidade Católica de Washington em 1952 e passou parte de sua carreira na “Georgetown University” e na “University of Kansas”<sup>70</sup>. No período em que Thomas Skidmore o conheceu estava trabalhando no serviço diplomático, tinha deixado a docência para exercer a função de adido cultural no Brasil. Para o futuro brasilianista Boehrer “foi um verdadeiro embaixador da cultura latino-americana” (MEIHY, 1990, p.259)<sup>71</sup>.

Ao fim desta viagem de reconhecimento, após ouvir profissionais dos dois países, Skidmore chegou à conclusão de que era possível fazer algo de produtivo que abordasse a

---

<sup>69</sup> Francisco Assis Barbosa além de fazer a “Apresentação” do livro de Thomas Skidmore editado no Brasil em 1969: “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”, recebeu agradecimentos do autor em outros dois livros: “Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro” (1976) e “Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves” (1988). José Honório Rodrigues é lembrado no livro “Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro” dentre os “amigos que ajudaram na busca de fontes” e é novamente agradecido na obra “Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves”.

<sup>70</sup> Sua tese foi publicada em 1954, somente no Brasil, sob o título: “Da monarquia a república – história do partido republicano do Brasil, 1870-1889”.

<sup>71</sup> O agradecimento de Skidmore a Boehrer no artigo “The Historiography of Brazil, 1889-1964: Part I” reafirma a importância dessa relação: “George C. A. Boehrer, a friend from whom the author learned much about Brazil, was originally commissioned to write this article. His untimely death deprived the profession of this and other important scholarly contributions he was preparing” (SKIDMORE, 1975, p.716).

história recente do Brasil – idéia que carregava antes mesmo de conhecer o país, embora não soubesse especificamente o que seria tratado. Ao seu lado, afirmou ter, neste tempo, a “liberdade institucional de Harvard”, mesmo que parecesse mais com uma liberdade condicional, tendo-se em vista o início da carreira e um possível futuro acadêmico. Suas palavras são esclarecedoras:

Pelo menos na aparência eles não tinham nada a exigir e eu não tinha com eles nenhum tipo de compromisso, a única coisa que recorde ter-lhes apresentado foi um relatório que fiz por iniciativa pessoal, mais nada... Você deve lembrar-se também que esta liberdade era algo traiçoeiro... Não era tão absoluta assim, pois estava iniciando carreira e por certo teria que fazer boa pesquisa e apresentar resultados condizentes com a bolsa, senão... (MEIHY, 1990, p.260)

Depois dessa primeira visita ao Brasil Skidmore nunca mais se aproximaria de pesquisas sobre a história alemã. Acompanhando as preocupações da política exterior norte-americana e o intuito das instituições acadêmicas de responder ou auxiliar nas questões levantadas por ela Skidmore deixou completamente o estudo de uma região onde a guerra fria estava evidenciada desde 1949, afinal sua tese tratava de um país que naquele momento estava realmente dividido pelas influências norte-americanas e soviéticas, para dedicar-se a uma área que poderia entrar na esfera de influência comunista. As facilidades de crescimento acadêmico num campo dotado de muito financiamento e, principalmente, relativamente mais novo e menos estabilizado quando comparado ao da história Européia – o que proporcionava um número menor de concorrentes a novos postos ou mesmo de interpretações a serem combatidas – serviram como atrativo para uma mudança de rumo da sua trajetória. A tese de Skidmore sobre a Alemanha não foi editada. Dessa etapa de seu percurso acadêmico existe apenas um estudo publicado em periódico editado ainda durante o doutoramento<sup>72</sup>.

A segunda viagem ao Brasil ocorreu em outubro de 1963, acompanhado agora pela família. Sem ter definido totalmente seu objeto de estudo, Skidmore afirmou ter fixado seu olhar em duas questões: consultava a bibliografia disponível sobre a República Velha,

---

<sup>72</sup> Survey of Unpublished Sources on the Central Government and Politics of the German Empire, 1871-1918, *American Historical Review*, v. LXV, n. 4, 1960, p.848-859.

observando principalmente aspectos da elite brasileira pós 1910 e, inevitavelmente, porque estava presente em seu cotidiano, buscava a compreensão de uma crise atual configurada nos momentos difíceis da presidência de João Goulart. Na posição de um estrangeiro que queria entender o Brasil, “[...] era fundamental que tivesse uma explicação para aquilo” (MEIHY, 1990, p.260).

George Boehrer e outros funcionários do consulado eram alguns dos interlocutores com quem travava as discussões em relação aos acontecimentos. Admitindo cultivar um hobby paralelo e não um trabalho científico, Skidmore, neste período, colecionou jornais, revistas e panfletos, reconhecendo que estes o ajudaram a determinar caminhos para a pesquisa e o instruíram quanto a determinados fatos ainda desconhecidos da vida brasileira. Embora estivesse pesquisando o início do período republicano, o fato de ter sido uma “testemunha ocular” de momentos decisivos no Brasil o levou a montar explicações e hipóteses das causas daquele contexto político. Algumas questões, a seu ver, “tinham longínquos ecos históricos”. Na volta para os Estados Unidos, em abril de 1964, passou antes pela Argentina e Chile, aumentando seu campo de reflexões pela possibilidade de estabelecer determinadas comparações que permitiam um melhor entendimento do Brasil. Depois dessa viagem, Skidmore afirmou ter pensado mais seriamente na “contextualização do caso da Revolução de 1964”.

A bolsa que financiou sua pesquisa terminou em 1964 e a partir daí ele ocupou o cargo de “Assistant Professor” de história em Harvard. Nesse mesmo ano Skidmore publicou no periódico “Comparative Studies in Society and History” seu primeiro artigo sobre o Brasil: “Gilberto Freyre and the early Brazilian Republic: some notes on methodology”, que em pouco tempo ganhou tradução para o português<sup>73</sup>. Afirmando-se preocupado com os

---

<sup>73</sup> Em 1967 esse texto foi traduzido para o português e publicado na “Revista Brasileira de Estudos Políticos” com o título “Gilberto Freyre e os Primeiros Tempos da Republica Brasileira” (SKIDMORE, 1967b). Em 1994 foi publicado novamente no livro “O Brasil visto de fora” que reúne outros artigos do autor (SKIDMORE, 1994c).

problemas de quem escreve história social, fez uma espécie de resenha da obra “Ordem e Progresso” de Gilberto Freyre. Suas conclusões sobre o livro, que analisa parte da primeira República, foram reunidas no seguinte parágrafo:

Minhas notas críticas sobre *Ordem e Progresso* poderiam ser resumidas assim: Primeiro: o foco temático de Freyre parece muito estreito, mesmo para a finalidade declarada de estudar principalmente “valores” e “símbolos”. O tema “patriarcal” revela predileção regional bem como imprecisão conceitual. Segundo: os métodos de Freyre produzem um quadro excessivamente estático. Preocupado em documentar as “constantes”, o autor ignorou freqüentemente os sintomas da transformação. Além disso, limitou seu poder de explicar as causas da transformação ou da continuidade por deixar de oferecer qualquer análise institucional sistemática. Finalmente: as fontes utilizadas, apesar de ricas e variadas, refletem as limitações do tema e do método do autor. (SKIDMORE, 1994c, p.22)

Em 1967, depois de idas e vindas nas mãos de pares e de casas editoriais foi finalmente publicado o primeiro livro de Thomas Skidmore acerca da história brasileira com o título: “Politics in Brazil, 1930-1964. An Experiment in Democracy”, pela Oxford University Press, onde buscou evidenciar as principais causas que levaram a queda de Goulart e a falência do sistema democrático então vigente<sup>74</sup>. Nesse mesmo ano o agora brasilianista deixou Harvard e foi para a Universidade de Wisconsin, em decorrência de um convite que considerou “tentador”. Além de lhe oferecerem “tenure”, Skidmore considerava que esta universidade tinha um ambiente mais “vacionado” para os estudos latino-americanos, especialmente para o Brasil, podendo ascender através dos financiamentos: “Além do mais, naqueles dias, a Fundação Ford estava ofertando vultuosas somas para a formação de centros de estudos latino-americanos, e com certeza Wisconsin seria um lugar para crescer, pois reunia tudo para isto...” (MEIHY, 1990, p.262).

Entre 1950 e 1972 a Universidade de Wisconsin foi mesmo uma das grandes produtoras de assuntos brasileiros em teses de doutorado nos Estados Unidos, vinte e sete teses no total, ficando atrás, apenas, da Universidade de Colúmbia, que produziu trinta e cinco teses nesse intervalo de tempo. A Universidade de Harvard permaneceu em um grupo de

---

<sup>74</sup> Dois anos depois a obra ganhou uma edição brasileira pela editora Saga, na coleção Imagem do Brasil, sob o título de “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964”.

quarenta e oito universidades, cada uma com menos de cinco teses sobre o Brasil no mesmo período (veja tabela 11). A escolha de Skidmore pelo novo local de trabalho acompanhou nitidamente a melhor posição para o crescimento profissional através do desenvolvimento da temática brasileira. Sua entrada nessa universidade ocorreu justamente no momento em que a produção de estudos brasileiros se intensificou. De 1950 a 1963, não houve nenhuma tese de doutorado acerca de assuntos brasileiros. Em 1964, houve apenas uma tese. A partir de 1965 verifica-se um aumento considerável de estudos a respeito do Brasil (veja gráfico 1).

Tabela 11 – Distribuição das teses sobre o Brasil em universidades norte-americanas, 1950-1972.

Universidades norte-americanas	Número de teses entre 1950 - 1972
Columbia University	35
The University of Wisconsin	27
The University of Florida	15
New York University	11
University of Califórnia	11
Michigan State University of Agriculture and Applied Science	10
The Ohio State University	10
Pardue University	10
Stanford University	9
Vanderbilt University	9
Indiana University	9
University of California (Los Angeles)	8
Correl University	8
University of Illinois	8
The University of Texas	7
Michigan State University	7
Yale University	5
St Louis University	5
Tulane University	5
Quarenta e oito universidades, cada uma com menos de 5 teses.	110
Total	319

Fonte: DIEHL, 1999, p.306-313

Em Wisconsin, Thomas Skidmore alcançou a terceira categoria da carreira de professor universitário rapidamente: entre 1966 e 1967 atuou como “assistant professor”, entre 1967 e 1968 como “associate professor” e de 1968 em diante como “full professor”, o que lhe garantiu melhores salários, estabilidade e prestígio. Atuando em áreas de pesquisa como “Modern Brazilian history”, “Brazilian intellectual history” e “Economic history of

modern Latin America”<sup>75</sup> serviu tanto ao Departamento de História quanto ao Centro de Estudos Latino Americanos da universidade. Sua produção, a partir desse momento, ganhou fôlego e seu nome começou a figurar nas revistas especializadas e nos livros sobre a região organizados por outros autores.

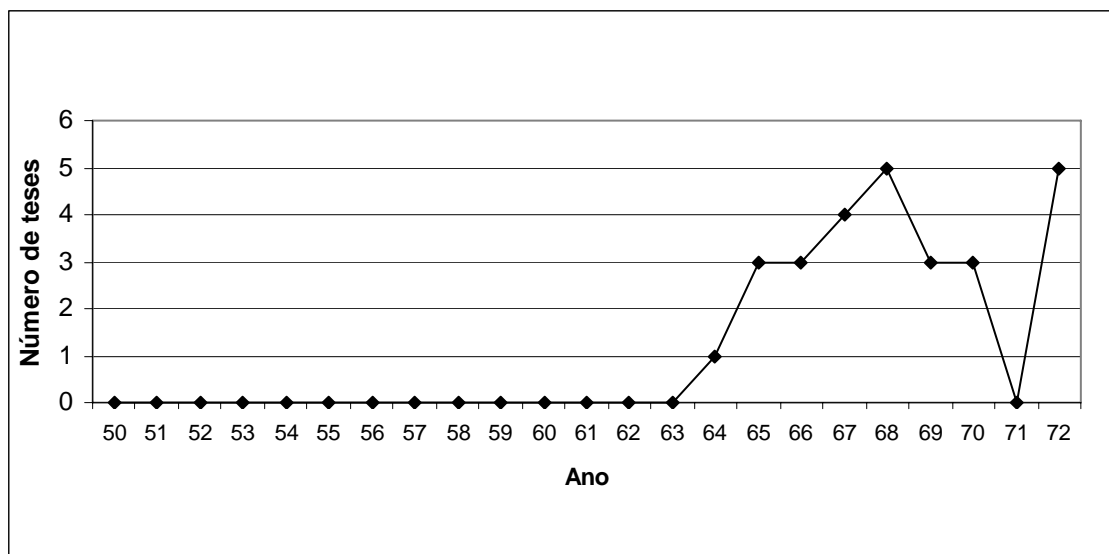


Gráfico 1. Distribuição de teses sobre assuntos brasileiros na Universidade de Wisconsin 1950-1972.

Fonte: DIEHL, 1999, p.306.

### 3.2 Thomas Skidmore: de “Politics in Brazil, 1930-1964. An Experiment in Democracy” a “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)”

Fruto de pesquisas feitas após o convite da Universidade de Harvard para o pós-doutoramento em história latino-americana, podemos afirmar que a obra “Politics in Brazil, 1930-1964. An Experiment in Democracy” nasceu mais de um impulso institucional do que

<sup>75</sup> Em Harvard as áreas de atuação de Skidmore eram “Modern Brazilian History” e “Brazilian Politics, 1889-1918”. Esses dados foram retirados do National Directory of Latin Americanists (1966, 1971).



de um interesse natural do autor pelo Brasil. Habitado a não trabalhar com a história de seu país de origem, mas, nessa ocasião, com pouca experiência e conhecimento sobre a região, as primeiras viagens de Skidmore ao território brasileiro foram marcadas pela imprecisão dos objetivos da pesquisa. Naturalmente, sua primeira proposta foi pesquisar a década de 1890, pelo fato de ter sido esse o período em que trabalhou no doutorado sobre Alemanha. Havia a intenção de estudar o liberalismo brasileiro nesse momento, logo abandonada em virtude da tomada de consciência das muitas dificuldades que encontraria. Embora o tema tenha sido deixado rapidamente de lado o período não foi. A consulta e diálogo com pesquisadores brasileiros e norte-americanos mantiveram-lhe próximo da virada do século XIX e início do XX, pesquisando a política da república velha. Porém, ao mesmo tempo, Skidmore desenvolvia um vivo interesse pelos fatos mais recentes por estar presenciando momentos decisivos para o país: “Fiquei muito tocado com o que sucedia, e sem perceber ia montando explicações mais complicadas fazendo relações com outros acontecimentos do passado, elaborando hipóteses...” (MEIHY, 1990, p.261).

Foi em 1964, depois de ter retornado de sua segunda viagem ao Brasil, que as decisões sobre o que escrever começaram a ficar mais nítidas e as primeiras versões de “Politics in Brazil, 1930-1964. An Experiment in Democracy” a tomar corpo. Ainda em Harvard, redigiu um texto onde relacionou os fatos recentes e seus possíveis vínculos com o passado brasileiro. Submetendo o texto ao exame de alguns dos seus pares obteve como resposta que havia uma certa confusão, “não tinha uma linha de raciocínio orientada”. Adotando a crítica dos leitores ampliou o texto, as sessenta páginas transformaram-se em cento e cinquenta, recuando as explicações até 1930. Tendo em vista uma provável publicação Skidmore enviou o manuscrito para a editora da Universidade de Harvard. O texto foi julgado como incompleto, a Harvard University Press deu um parecer negativo quanto a sua publicação (MEIHY, 1990, p.261). Quase trinta anos depois, em 1998, em entrevista a Fernando Conceição e Walter

Dávila para o Jornal “Folha de São Paulo”, Thomas Skidmore afirmou: “Mas o fato é que o Lincoln Gordon leu o livro e não gostou, e inclusive vetou a publicação do livro pela editora da Universidade Harvard, à qual eu tinha submetido o manuscrito. Ele achava que o livro era equivocado, que eu tinha subestimado a influência comunista”. No entanto, é interessante notarmos que quando o livro foi publicado por outra editora ele trouxe nos agradecimentos referências a Lincoln Gordon: “generoso com seu tempo e sua hospitalidade, tanto no Rio de Janeiro quanto em Washington”, cujas críticas “oportunas e detalhadas”, segundo Skidmore, foram “bem recebidas, embora nem sempre incorporadas” (SKIDMORE, 2000a, p.16). Levando em consideração a declaração acima podemos pensar que a frase, presente na edição norte-americana e brasileira, pode ser vista sob dois ângulos: indica, por um lado, uma resposta ao parecer negativo de Gordon, afirmando a independência da interpretação com relação aos seus julgamentos e, por outro, mas dentro desse mesmo princípio, responde a críticas que traçavam sua ligação com o governo norte-americano a partir da relação com o então embaixador, preocupação esboçada em outros pontos da obra como veremos adiante. Sobre esse último aspecto Skidmore afirmou em entrevistas posteriores que realmente conhecia o embaixador e que essa relação foi facilitada por conta da amizade existente entre ele e a família de sua esposa. Anos depois, em outra entrevista a “Folha de São Paulo”, satirizou a discussão: “Eu brincava com a esquerda. Eles diziam que tinham me visto na casa do embaixador Lincoln Gordon na noite do golpe, o que era um absurdo, e eu respondia que estava lá, sim, que fui o autor do manifesto dos generais” (DÁVILA, 2000).

O manuscrito recusado por Harvard ainda ganhou uma nova e decisiva oportunidade, dessa vez através de um amigo. Segue a descrição do próprio autor acerca do encontro que fez dele um livro:

Com o manuscrito em mãos, coloquei-o sobre minha mesa, sem pensar muito no destino que daria a ele... Aconteceu, contudo, que dias depois passou pelo meu escritório um amigo, representante de uma imprensa acadêmica, e me perguntou sobre minha pesquisa atual, sobre que estava fazendo... Com este sujeito, mantinha uma contínua conversa sobre questões brasileiras da Velha República, mas era uma

fala restrita, pois sabia que isto não tinha nenhum interesse para publicações destinadas aos leitores não acadêmicos americanos... Neste mesmo encontro, já na hora de terminar a conversa, ele viu o manuscrito que havia voltado da imprensa de Harvard e me perguntou o que era... Disse-lhe que se tratava de uma “bagunça”, que não servia para nada e que ia jogar fora... Ele me interrompeu e disse: “espere aí, deixe-me lê-lo e depois nós conversamos”... Pedindo uma semana para fazer seu juízo, ele levou o texto e, corrido o prazo combinado, voltou com a proposta de publicação... Frente à surpresa, disse que não, que não estava completo e faltava muita coisa... Afinal, já havia incorporado a crítica dos meus colegas e da imprensa de Harvard, e agora era eu quem queria ou destruí-lo ou refazê-lo... Começamos a conversar sobre o assunto, e o resto é o que se sabe: tornou-se um livro de quatrocentas páginas... Foi assim que se deu minha iniciação na História do Brasil... um pouco por acaso, por fortuna, por vontade de compreender o ambiente imediato que me cercava e por ter assimilado os comentários... (MEIHY, 1990, p.261-262).

Essa grande revisão do manuscrito, afinal o número de páginas praticamente dobrou, foi finalizada em 1966, sendo o livro, como já afirmamos, editado em 1967 com o título “Politics in Brazil, 1930-1964. An Experiment in Democracy” pela Oxford University Press, uma das maiores editoras universitárias do país. Em 1969, a obra ganhou uma edição brasileira através da Editora Saga, passando, posteriormente, sem nenhuma alteração entre as edições, a ser publicada pela Paz e Terra<sup>76</sup>, ambas pertencentes ao mesmo dono: o empresário e opositor do regime militar Fernando Gasparian. Para que o livro chegasse ao Brasil, Skidmore encontrou dificuldades, especialmente com a tradução. A primeira, feita para uma editora que faliu antes da publicação – Skidmore não citou seu nome –, foi “um verdadeiro desastre”. Com o auxílio de Francisco de Assis Barbosa, lecionando nesse momento como professor visitante em Wisconsin, recebeu a recomendação de ter que pagar uma outra tradução, devido à péssima qualidade daquela. Skidmore aceitou a opinião do apresentador da obra no Brasil e a nova versão foi feita por uma equipe de seis tradutores, contando ainda com a revisão técnica do escritor brasileiro Orígenes Lessa (MEIHY, 1990, p.267).

A tradução, uma questão importante por si só, chamou ainda mais nossa atenção ao nos depararmos no “Prefácio à edição brasileira” com a afirmação:

Este é um livro que foi escrito para leitores americanos. E isto explica porque muitas coisas nêle parecerão óbvias a qualquer brasileiro bem informado. Tentei, porém, suprimir as passagens que julguei serem mais redundantes para o leitor brasileiro.

<sup>76</sup> Nas outras edições do livro pela Paz e Terra, 12 no total, o texto também não sofreu nenhuma modificação. Nesse trabalho estamos utilizando a última edição, publicada em 2000.

Que me perdoem aqueles leitores para os quais eu não tenha realizado a tentativa satisfatoriamente (SKIDMORE, 2000a, p.11).

Ainda no mesmo prefácio, Skidmore agradeceu a Francisco Iglesias, Alberto Venâncio Filho, Fernando Rocha e Keneth Ericson por “chamarem a atenção para algumas incorreções que apareceram na edição norte-americana” (2000a, p.13) – indicando a possibilidade de que esses erros foram corrigidos na edição brasileira. A partir daí, instigados pela possibilidade de encontrarmos mudanças, iniciamos uma comparação minuciosa entre as duas versões, cujos resultados, mesmo que as poucas alterações percebidas não tenham alterado as hipóteses e argumentos centrais de Skidmore, serão relatados por evidenciar uma faceta do que José Carlos Sebe B. Meihy (1991) chamou de desvio no “sentido da produção”, ou seja, como a obra de Skidmore foi escrita primeiramente para o público estadunidense, houve um esforço por parte do autor para fazer com que ela se adequasse ao público leitor brasileiro.

Cumpra a nós lembrarmos que em 1988 Skidmore se contradisse com relação a sua primeira afirmação citada acima. Na entrevista cedida a Meihy afirmou:

Escrevi aquele livro mais para os brasileiros do que para os norte-americanos... claro que há um nível comum a qualquer público, mas o meu endereço sempre foi o Brasil... Parecia-me importante escrever um livro sobre aquilo, até porque eu era estrangeiro e podia dizer algumas coisas que a censura não permitiria que os brasileiros falassem naquele instante... (1990, p.267).

Essas considerações não deixam de ter sua pertinência, mas, acreditamos que a declaração anterior, que tem os Estados Unidos como primeiro público, é mais significativa. Embora o autor possa ter pensado nos brasileiros ao escrever o livro, já almejando uma possível tradução, temos que levar em conta a história da publicação: ela é resultado de reformulações em um manuscrito estabelecidas após contato com o editor norte-americano, que foi, afinal, quem a lançou no mercado editorial pela primeira vez. Ademais, a carreira de Skidmore foi toda construída nos Estados Unidos, sendo difícil que seu público preferencial nesses primeiros momentos não tenham sido os norte-americanos, que precisavam ser

alcançados para que o autor conseguisse reconhecimento. Algumas alterações relatadas a seguir também confirmam essa hipótese.

Logo nas primeiras páginas encontramos presenças e ausências dos dois lados cumprindo determinadas funções: se a “Apresentação” de Francisco de Assis Barbosa e, logicamente, o “Prefácio à Edição Brasileira”, constam apenas na edição publicada no Brasil, por outro lado, a publicação norte-americana possui uma “List of Abbreviations and Terms used in Text” e também um mapa do país que estão ausentes na tradução. A inclusão dos dois últimos itens na edição estadunidense foi uma ação de cunho didático, objetivando facilitar a compreensão do texto e, ao mesmo tempo, apresentar o país aos norte-americanos que o desconheciam, geograficamente inclusive. Nesse sentido, o mapa tem uma dupla função e por isso é dividido em duas partes: uma que mostra a localização do Brasil dentro da América Latina e depois, em maior destaque, apenas o Brasil, onde foram realçados seus Estados e capitais. A lista de abreviações e termos, por sua vez, contém uma série de traduções de siglas partidárias ou de órgãos governamentais e também definições bastante sintéticas em inglês de alguns termos ou conceitos que provavelmente não tinham tradução, por exemplo: “coronelismo: the system of political bossism (by coronels) widespread in rural areas during the Old Republic (1889-1930)” (SKIDMORE, 1967a, p.XII) ou “entreguismo: pejorative term used to describe those Brazilians (entreguistas) who are accused of favoring excessive foreign influence in their country”(SKIDMORE, 1967a, p.XIII).

Com relação à “Apresentação” e o “Prefácio” presentes na edição brasileira, além de cumprirem as funções normais dentro de uma obra, identificamos em algumas colocações um papel bastante defensivo, uma espécie de resposta antecipada do autor a críticas ou polêmicas que seriam feitas com mais vigor e prontidão no Brasil, podendo estar, até mesmo, já vagamente disseminadas. Assis Barbosa, por exemplo, após tratar de questões sobre o brasilianismo e de traçar muitos elogios à obra e ao autor, legitimando a interpretação de

Skidmore perante o público leitor brasileiro, concluiu, reafirmando a solicitação de Skidmore presente no prefácio, que os leitores não começassem a leitura pelo o apêndice do livro, referente ao papel dos Estados Unidos na queda de João Goulart. Enfatizando ser este o ponto mais polêmico da obra, pede calma aos afoitos e recomenda a leitura das entrelinhas – que ganha significação somente depois de percorridos todos os capítulos (SKIDMORE, 2000a, p.9). Skidmore foi mais longe nessa idéia e indicou que uma leitura presa somente ao apêndice revelaria que a concepção do leitor brasileiro acerca da história do país seria errônea, pois estaria subjugando a importância do papel do Brasil na sua própria história – criticando indiretamente a postura da esquerda que atacava e responsabilizava os Estados Unidos pela situação brasileira: “Espero, contudo, que não fiquem apenas nele, pois creio que não é só desmoralizante como desconcertante que os brasileiros vejam a história contemporânea de seu país tão somente como um reflexo da presença dos Estados Unidos no Brasil” (SKIDMORE, 2000a, p.13). Em outro ponto foi mais claro e rebateu possíveis acusações de vínculo com governo norte-americano enfaticamente:

Devo dizer, para concluir, que a minha condição de americano teria de influenciar, inevitavelmente, a minha interpretação dos acontecimentos que aqui são analisados. Não obstante, trabalhei como um estudioso independente, sem compromissos ou ligações com nenhum governo, quer do meu país ou qualquer outro. A insatisfação que este livro causou em certos círculos oficiais, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, talvez seja a prova mesmo disso. (SKIDMORE, 2000a, p.13)

Ao sairmos dos textos introdutórios da obra encontramos algumas alterações nos títulos e subtítulos dos capítulos que não chegaram a alterar a estrutura do livro – a mesma ordem foi mantida nas duas edições. Enquanto no original alguns são mais detalhados, trazendo referências mais precisas com datas ou nomes<sup>77</sup>, na tradução são encontrados novos subtítulos, alguns derivados de trechos que na versão em inglês estavam em itálico no corpo do texto, ganhando assim um pouco mais de destaque na edição brasileira; esse é o caso dos

---

<sup>77</sup> Dois dos subtítulos do capítulo I foram intitulados no original como “The Revolutionary coalition of 1930” e “New Political Forces: 1930-1935”, na tradução perderam a referência às datas, tornando-se: “A coalizão revolucionária” e “Novas Forças Políticas”.

subtítulos do capítulo II: “Os de dentro” e “Os de fora” – noções de grande importância para toda interpretação posterior do autor.

No transcorrer do texto, as mudanças às quais Skidmore se referiu no “Prefácio à edição brasileira” surgiram; pequenos trechos complementares foram retirados, contudo, sem alteração do sentido original da frase<sup>78</sup>. Cabe notar, entretanto, que em um ponto o motivo para a exclusão de um determinado fragmento parece não ter sido somente a redundância ou a obviedade para o leitor brasileiro e sim o significado específico que afirmação produzia para o público leitor norte-americano – podendo então, ao contrário de óbvia, não ser portadora de grande sentido no Brasil. Referimo-nos especialmente ao momento em que estabeleceu um paralelo entre uma instituição brasileira e uma estadunidense para facilitar o entendimento dos leitores norte-americanos, comparando o Departamento Administrativo do Serviço Público criado por Vargas com o “Bureau of the Budget and the Civil Service Commission” dos Estados Unidos – trecho que não consta na versão publicada no Brasil<sup>79</sup>.

Além dessa alteração, encontramos outras ausências e substituições de termos na edição brasileira que, como era de se esperar, podem estar relacionadas com as opções do tradutor, nesses casos não trazendo alterações de sentido. Por outro lado, modificações mais significativas, que de alguma forma poderiam estar relacionadas com a já citada necessidade vista pelo autor de corrigir certos erros presentes na versão original, são pontuais e praticamente inexistentes. Para corroborar essa segunda hipótese, de uma correção proposital

---

<sup>78</sup> Por exemplo, ao referir-se a posição dos intelectuais da esquerda frente a Juscelino Kubitschek na edição brasileira está: “Os intelectuais da esquerda radical, por outro lado, eram antipáticos em princípio a Kubitschek” (SKIDMORE, 2000a, p.211). Na edição original existe também uma afirmação complementar de que esses intelectuais eram atraídos pela fórmula econômica do nacionalismo radical: “Radical leftist intellectuals who were attracted to the economic formula of radical nationalism, on the other hand, were unsympathetic in principle to the Kubitschek policies” (SKIDMORE, 1967a, p.170).

<sup>79</sup> Na edição publicada nos Estados Unidos, após relatar o crescimento da burocracia no período afirmou: “The latter was institutionalized under Vargas with the creation of DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), the federal agency set up in 1938 with functions roughly equal to the combined roles of the Bureau of the Budget and the Civil Service Commission in the United States” (SKIDMORE, 1967a, p.35) Na edição brasileira a comparação foi retirada: “Esta última foi institucionalizada sob Vargas, com a criação da DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), organismo federal montado em 1938. O DASP tornou-se [...]” (SKIDMORE, 2000a, p.57).

por parte de Skidmore, como um dos poucos casos podemos destacar aqui que a maior exclusão de um trecho da versão original ocorreu no último capítulo da obra, quando analisou o período Goulart. A omissão do excerto na edição brasileira, além de significar a não reafirmação da interpretação de Skidmore através de uma espécie de estereótipo que traçou uma ligação entre ofensas à masculinidade e os resultados políticos na América Latina, pode também estar ligada a idéia de desvio no sentido da produção, de que algumas afirmações feitas nos Estados Unidos com facilidade podem não ser bem recebidas ou mesmo ditas aqui, ou seja, como uma tentativa de suavizar o texto, nesse caso tornando-o menos crítico à personalidade e à vida conjugal do presidente. Segue o trecho da edição norte-americana:

Like Quadros, he was ridden by complexes that distorted his political judgment. He could hardly fail to know, for example, that rumors of his beautiful wife's amatory adventures made him the subject of endless popular jokes. This reflection on his manhood was an important political liability in Latin country. His sense of personal confidence, always undermined by self-consciousness over his slightly paralyzed leg, suffered a further blow in July 1963 when his mother died (SKIDMORE, 1967a, p.284)

Na tradução o parágrafo foi bastante reduzido, as insinuações sobre a traição da esposa, as piadas, o risco político de tal situação e a autoconfiança abalada por uma deficiência física foram retirados. O trecho ficou assim: “Como Jânio Quadros, era ele afligido por complexos que distorciam seu discernimento político. Seu senso de autoconfiança sofreu novo golpe em julho de 1963, quando sua mãe faleceu.”(SKIDMORE, 2000a, p.344)<sup>80</sup>.

Como afirmamos, apesar dessas mudanças, as principais proposições de Skidmore não foram alteradas, tendo as duas versões, na sua essência, as mesmas hipóteses e conclusões acerca da história brasileira. Conseqüentemente, optamos por utilizar nesse trabalho a obra

---

<sup>80</sup> O mesmo acontece em um outro momento, dessa vez ao tratar do grupo de proprietários rurais. Ao descrever a reação dos “donos tradicionais do setor agrário” ao crescimento das Ligas Camponesas nos idos de 1963 a edição brasileira traz que os proprietários de terra em certos Estados “ [...] aumentaram sua oposição às medidas de reforma agrária já propostas por Jango” (SKIDMORE, 2000a, p.309); na primeira versão da obra, além de comentar sobre a oposição a reforma agrária, o trecho traz a afirmação de que tais proprietários haviam também aumentado sua reserva de armas como consequência do despertar do camponês, o que, de certa forma, relaciona o grupo a atitudes mais violentas: “In Minas Gerais, Rio de Janeiro (state), landowners increased their stock of arms and at the same time strengthened their opposition to the agrarian reform measures already proposed by Goulart” (SKIDMORE, 1967a, p.254).



editada no Brasil. Cientes das alterações operadas entre as duas versões, quando necessário nos referiremos a elas.

### **3.3 Voltando ao campo: diversificação das possibilidades.**

Antes de adentrarmos nos principais elementos da interpretação de Skidmore sobre os fatos da história brasileira entre 1930 e 1964, cumpre retomarmos e avançarmos em alguns pontos o entendimento do momento específico da história do campo de estudos latino-americanos nos Estados Unidos durante a pesquisa e escrita do livro, pois o conhecimento dos problemas, metodologias e interpretação dominantes em andamento auxiliam a compreensão das tomadas de posição de um de seus mais novos integrantes.

Podemos afirmar que Thomas Skidmore, recém atraído para um campo com objeto menos prestigiado e, por conseguinte, com menos concorrentes, mas, ao mesmo tempo, desfrutando de uma posição numa universidade de destaque, no momento em questão, à procura de desenvolvimento e crescimento profissional, ao escolher certos temas ou formas de abordagem de determinados problemas, consciente ou inconscientemente, foi afetado pelas noções dominantes no campo em voga. Seguimos, nesse particular, as formulações de Pierre Bourdieu (1983, p.124): “O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer como interessante e importante aos olhos dos outros”. Todas as “escolhas científicas” são também “estratégias políticas” para obter “lucro científico”, que é, em última instância, o reconhecimento dos pares concorrentes (BOURDIEU, 2004).

Interessado pelos temas latino-americanos a partir de 1961 e com o primeiro trabalho sobre a região terminado em 1966, Skidmore deparou-se nesse período com um campo em que determinadas linhas de pesquisa haviam se consolidado como predominantes e outras, naturalmente, sofriam transformações ou eram substituídas, ao mesmo tempo em que significativas mudanças institucionais aconteciam. Como já foi visto nesse trabalho, principalmente a partir das páginas da “Hispanic American Historical Review”, nesse e em outros momentos, o México, por uma série de razões, sempre ocupou o primeiro lugar entre os países pesquisados pelos latino-americanistas. Não obstante, o Brasil, figurando na segunda posição, vinha ganhando mais espaço, junto com outros países da América do Sul, havendo uma distribuição maior de pesquisas por todo continente. Junto dessa antiga tendência dominante com relação ao espaço estão as que se referem ao recorte temporal e aos temas das pesquisas. Na primeira, desde 1930, é o período nacional (pós-independências) que passou a ocupar a ponta das tabelas, sendo o século XIX o mais pesquisado, seguido pelo século XX – o principal concorrente em constante ascensão; para o Brasil, em decorrência disso, é o período republicano, especialmente na década de 1960, que se destaca como o principal foco de pesquisa, ultrapassando o Império. Com relação aos temas dos trabalhos, são os estudos que enfatizaram os aspectos políticos da região os que continuam em maior número, embora, é importante destacar, a partir de 1950 as abordagens dos objetos dentro de todas as áreas temáticas começaram a sofrer alterações. Tais mudanças tiveram origem em áreas menos privilegiadas pelos estudiosos, como a história social e econômica, onde o clima multidisciplinar dos estudos de área contribuiu para que os historiadores estabelecessem contato com outros especialistas e utilizassem novas ferramentas de análise. Nos estudos de história política, sempre fortes dentro da especialidade pelo menos até 1975, essas alterações ecoaram com mais força nos primeiros anos da década de 60, quando elementos mais

tradicionais, como a narração de grandes eventos ou sobre indivíduos, passaram a dividir espaço com preocupações conceituais e objetos vindos de análises sociais ou econômicas.

O campo de estudos latino americano nos Estados Unidos, como também já afirmamos nessa pesquisa, foi notadamente influenciado por fatores externos desde as suas primeiras atividades, o que significa que sempre foi dotado de pouca autonomia. Direta ou indiretamente as noções defendidas pela política exterior norte-americana acabavam adentrando nos temas, objetos e conclusões dos acadêmicos sobre a região, havendo assim uma relação entre as políticas de Washington para o sul do continente e o quadro que desembocou nessas tendências resumidas no último parágrafo. Neste capítulo, nos interessa, sobretudo, o significado dessa importante interação durante o período em que “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” foi escrito, uma vez que ela contribuiu decisivamente para o que era visto entre os latino-americanistas como algo “importante e interessante”.

Como foi afirmado por Berger (1995), o período de 1945 a 1968 foi marcado pela teoria da modernização como carro chefe interpretativo nos estudos de área de várias partes do mundo consideradas subdesenvolvidas e em todas as disciplinas das ciências humanas e sociais. Essa difusão, facilitada pelo clima multidisciplinar e pela visão sobre o mundo subdesenvolvido que articulava, teve seu ápice no fim dos anos 50 e início dos anos 60 – quando o que Berger (1995) chamou de “teoria da modernização clássica” ocupou posição central em muitas análises. Articulada como uma proposta alternativa ao marxismo essa teoria colocou em destaque uma relação direta entre elementos econômicos, sociais e políticos, compartilhando de ideais da política exterior norte-americana fortemente presentes no programa da Aliança para o Progresso, onde se pressupunha que o crescimento econômico incitaria mudanças sociais que, por sua vez, conduziriam a uma política mais democrática na América Latina e não ao comunismo. Com os fracassos da Aliança para o Progresso, algumas revisões e respostas a essa teoria da modernização clássica começaram a ganhar espaço entre

os estudiosos da América Latina já na primeira metade década de 1960, embora seja entre 1968 e 1979, quando a teoria da dependência e a “New Left Diplomatic History” tiveram seu auge e declínio nos Estados Unidos, que elas tomaram maior fôlego de acordo com Berger (1995).

Desse modo, no período em que Thomas Skidmore estava pesquisando para a construção da obra (1961-1966), os estudos latino americanos vêem a decadência de alguns elementos da tendência interpretativa forte do campo e sinais de uma nova fase que será marcada por uma maior diversificação de visões acerca da região. Nessas linhas que surgiram destacam-se as que se colocaram como contrárias à teoria da modernização e a política exterior dos Estados Unidos, logo domesticadas de acordo com as análises de Mark Berger (1995), e as que se propuseram a revisar a tendência principal, alterando-lhe alguns pressupostos e preservando alguns dos sentidos. Entre as primeiras está a teoria da dependência, que tem sua origem na abordagem histórico-estruturalista da Comissão econômica para a América Latina (CEPAL) e no marxismo de Paul Sweezy e Paul Baran. O principal condutor para sua entrada nos Estados Unidos foi André Gunder Frank, autor de ensaios editados durante a década de 60 e de um dos principais livros dessa corrente: “Capitalism and Underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brasil”, publicado em 1967. Embora fosse destituída de homogeneidade, alguns de seus elementos principais, totalmente contrários à proposta da teoria da modernização, podem ser destacados: a idéia de que a que a burguesia – dominada pelos poderes imperiais e subordinada pela aristocracia agrária – não tinha um impulso democrático particular, sendo, na verdade, uma possível fonte de apoio a governos autoritários estáveis e, ainda mais significativo, a hipótese de que o desenvolvimento só viria com uma abolição revolucionária do imperialismo e do capitalismo, ou seja, a difusão do capitalismo e dos valores modernos nas áreas atrasadas não eram vistos como chaves para o desenvolvimento. Ligada aos debates de uma estratégia

política para a região, tornou as análises radicais nos Estados Unidos mais deterministas e combativas. O declínio dessa espécie de primeira versão nos estudos latino-americanos aconteceu na metade da década de 70 e foi causada, entre outros fatores, por conta da sua falência como uma profecia revolucionária, pelo fim da guerra dos EUA no sudeste asiático, pelo surgimento de países recentemente industrializados na América Latina e na Ásia – que contribuiu para a atenuação da imagem de subordinação do terceiro Mundo – e também pela interação de seus elementos com o discurso modernizador liberal (BERGER, 1995, p.106-115). Seu enfraquecimento foi seguido pelo surgimento de outras análises como, por exemplo, a “neo dependency approach”, que, segundo Berger (1995, p.119-121), demonstra como a “teoria da dependência clássica” foi domesticada pelo discurso liberal dominante, uma vez que, apesar de manter alguns pressupostos da teoria, houve um visível declínio da agenda revolucionária, assinalado pela preocupação com o centro e com o capitalismo nacional na periferia como principais focos de quaisquer iniciativas para o desenvolvimento econômico e a mudança política – aqui se destacam as análises de Fernando Henrique Cardoso e Peter Evans durante a década de 70, onde foi trabalhada a noção de desenvolvimento dependente a partir de uma associação entre setor nacional privado, setor estrangeiro e setor público.

Outra corrente contestatória que iniciou sua ascensão na década de 60 foi a “New Left diplomatic history”. Originada na Universidade de Wisconsin foi marcada pela falta de unidade e por ter sido englobada pelo discurso modernizador liberal durante os anos 70 como a teoria da dependência, embora tenha sido menos difundida que ela (BERGER, 1995, p.121-129). Contrapondo as afirmações da política exterior norte-americana e de muitos acadêmicos teve como uma das principais linhas interpretativas a visão de que as ações expansionistas estadunidenses eram moldadas pela presença de interesses econômicos e imperialistas e não pelo desejo de levar benefícios para os países latino-americanos. Entre seus principais expoentes na década de 60 estão Fred Harvey Harrington, William A. Williams e Lloyd

Gardner – o último, por exemplo, rechaçou em suas publicações as primeiras interpretações da Política da Boa Vizinhança que a viram como uma ação afastada do imperialismo. Não obstante, as interpretações dessa linha também foram marcadas por uma certa moderação, apontada por noções que defendiam como meio de remissão para os Estados Unidos uma política mais humanitária, e também por ambigüidades, quando algumas análises não deixaram claro o caminho correto a ser seguido: transformação radical das instituições econômicas ou confiar em políticos que não tinham apoiado a expansão nos moldes observados. Essas características, junto da criação em 1967 da “Society for Historians of American Foreign Relations”, responsável pelo periódico “Diplomatic History” – segundo Berger (1995, p.126) “the journal of the North american liberal diplomatic history establishment” –, facilitaram a condução da “New Left” para fora do caminho de oposição e para dentro do “maisntream” onde a interpretação modernizadora liberal ganhava novas roupagens, influenciadas, inclusive, por essas correntes contestatórias.

Ao contrário dessas duas vertentes, que no início de suas formulações viram o conflito norte/sul como ponto determinante na interpretação dos fatos, propondo, inclusive, uma ruptura ou reformulação desse quadro que pontuava a similaridade dos objetivos de todos os países do continente americano, outras linhas e abordagens, menos críticas aos objetivos finais do governo de Washington, mesmo reconhecendo a existência de muitos problemas, mantiveram-se otimistas de que as relações entre as duas partes do continente podiam ser melhoradas sem grandes mudanças estruturais, confiantes de que o progresso nos moldes estadunidenses devia ser perseguido mesmo que por outros caminhos. Ainda na primeira metade da década de 60, como já foi visto nesse trabalho, a desilusão com a suposta capacidade do desenvolvimento econômico em trazer progresso social e democrático na região – materializado com os resultados insuficientes da Aliança para o Progresso – fez com que a ordem dos fatores da teoria da modernização clássica, assim como os próprios fatores,

começassem a ser questionados no próprio governo e, conseqüentemente, entre os estudiosos da região. Nesse momento, a ajuda econômica, a mudança social e a democratização começaram a ser substituídas, entre outros elementos, pela ênfase no papel estabilizador dos militares e pelo ideal, fortemente presente no governo Nixon, de que sem ordem não haveria progresso – tornando os militares fonte de apoio de Washington e ao mesmo tempo objeto de muitos estudos. Dessas reflexões nasceu uma das primeiras revisões da teoria da modernização, denominada por Berger (1995) de “teoria da modernização militar”.

Dentro dessa mesma matriz uma outra abordagem pode ser citada, a “politics of order approach”, cujo principal proponente foi o professor de Harvard Samuel Huntington, que defendeu não existir conexão entre subdesenvolvimento e instabilidade, sendo a tentativa de modernizar e não a falta de modernidade o que resultou na instabilidade política da região<sup>81</sup>. Para ele, segundo Berger (1995, p.129-131), os principais problemas políticos latino-americanos e do “terceiro mundo” vinham do lento desenvolvimento das instituições políticas perante as mudanças sociais e econômicas, uma vez que Washington pensou somente no “gap” econômico e ignorou o “gap” político. Comparando sistemas políticos tradicionais e modernos, suas proposições tencionavam resolver o que via como uma compreensão errônea do poder, indicando que havia uma falta de poder nos sistemas tradicionais em mudança, sendo necessário a criação de uma “autoridade” através da mobilização e organização de grupos dentro da política. Membro da United States Agency for International Development (USAID) esteve no Vietnã em 1967, afirmando posteriormente que o apelo e força comunista em países subdesenvolvidos poderia estar não na pobreza mas no suprimento da falta de uma estrutura efetiva de autoridade.

Na segunda metade dos anos 60 também se afastando dos ideais de desenvolvimento econômico, reforma social e democracia e se aproximando do papel estabilizador dos

---

<sup>81</sup> Para Berger, Huntington produziu um dos livros mais influentes sobre a modernização na América: “Political order in changing societies”, publicado em 1968.

militares e da política da ordem estão alguns cientistas políticos e historiadores que foram caracterizados por Berger (1995, p.131-1932) como “conservative development theorists”. Como a preocupação de Washington saía cada vez mais do campo da mudança para entrar no da ordem, esses acadêmicos, ao tratar da questão da modernização, demonstraram-se pouco otimistas com a força da classe média e com o desenvolvimento democrático, encontrando nas instituições políticas e sociais tradicionais e também em um Estado forte as fontes da estabilidade e da ordem para a região. Fora da opção simplista tradicional ou moderno, afirmaram que mesmo as sociedades mais desenvolvidas eram uma mistura dos dois elementos, tratando-se de um processo de modernização e, ao mesmo tempo, adaptação da tradição. Se a teoria da modernização clássica enfatizou a mudança, os conservadores apostaram na continuidade: a evolução econômica e social acontecia dentro de estruturas e instituições políticas e econômicas existentes, estabelecendo um quadro que pontuava a naturalidade e viabilidade de um processo com esse caráter em contraste com o rompimento por mudanças repentinas – menosprezando, desse modo, mudanças revolucionárias. Nesse grupo Berger (1995) destacou, por exemplo, a obra “Political and Economic change in Latin-America: the governing of restless nations” de Charles W. Anderson publicada em 1967, muito utilizada pelos latino-americanistas.

Dando ainda mais ênfase à continuidade e à tradição estão também os acadêmicos do “new corporatism”, que marcaram suas reflexões por pontuar como princípio explicativo para o autoritarismo e as desigualdades sociais e econômicas na América Latina a herança Ibérica. Os fatores ordem, harmonia e minimização do conflito, vindos de uma tradição político social do catolicismo romano e da Europa medieval, foram relacionados com o caráter não democrático da região durante os anos 60 e 70, atentos, desse modo, a continuidade cultural em seus estudos (BERGER, 1995, p.132). Desenvolvida por Richard Morse desde o início dos anos 60 foi utilizada por outros pesquisadores brasilianistas, como Warren Dean e John



Wirth. Na década de 70 chegou a ser combinada com certos elementos radicais da teoria da dependência em algumas interpretações, como é o caso de Stanley Stein e Barbara Stein em “The colonial heritage of Latin America: essays on economic dependence in perspective”, mas, por outro lado, ganhou traços mais conservadores nas interpretações de alguns autores na década de 80.

Por fim, podemos ainda citar duas abordagens que surgiram próximas à publicação de “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”, mas que ganharam força e maior estruturação somente na segunda metade da década de 70 com o fim do governo Nixon. A primeira, denominada por Berger (1995, p.133-136) de “liberal managerial approach”, foi influenciada tanto pelas afirmações de Huntington e dos teóricos do desenvolvimento conservador quanto por alguns elementos radicais. Vendo a revolução nos países do continente como inevitável, propôs que Washington poderia influenciar o caminho tomado por ela, produzindo os resultados de acordo com os interesses dos Estados Unidos. Para tanto, algumas análises, como a de Martin Needler, ainda segundo Berger (1995), reconhecendo as forças sociais presentes na região, defenderam que a solução dos problemas da forma desejada passava pela reforma, negociação e a diplomacia. A segunda vertente, “bureaucratic-politics approach”, surgiu em Harvard com Graham T. Alisson e teve como principal figura nos estudos latino americanos Abraham F. Lowenthal, tornando-se muito influente nas análises das relações internacionais no fim da década de 70. A revisão da teoria da modernização e dos problemas encontrados por Washington na manutenção da sua hegemonia nessa abordagem foi centrada na interpretação de que as ações da política exterior muitas vezes não refletiam somente os interesses pré-determinados pelo Estado, sendo necessário pensar que dentro das várias agências do governo havia interações, rivalidade de grupos e competições individuais que procuravam reter ou expandir suas influências, modificando o caráter das ações, que não deviam ser analisadas a partir de um único centro (BERGER, 1995, p.136-137).

Todo esse quadro que viemos traçando a respeito dos estudos latino americanos no momento específico em que Thomas Skidmore começou a dedicar-se a história da região e publicou seu primeiro livro nos faz concluir que nas tendências do campo dois grupos de orientações se encontravam em situações diversas: se, por um lado, mantinham-se predominantes, ainda sem sinais de alterações, antigos recortes geográficos/temporais e o enfoque temático dos estudos – nos referimos aqui a ênfase no México (seguido por outros países), no período nacional e nos estudos políticos –; por outro lado, algumas mudanças recentes consolidavam-se como dominantes, especialmente as alterações nas abordagens por conta do maior contato dos historiadores com as ciências sociais, e outras apenas davam os primeiros passos, como é caso das mudanças interpretativas – as revisões ou contestações da teoria da modernização tinham já sinalizado sua existência. Dotado de pouca autonomia, mesmo que certas linhas tenham sido moldadas a partir de questões internas – como, por exemplo, o abandono da narração e da descrição de fatos para uma compreensão mais conceitualizada motivada entre outros fatores pela aproximação dos historiadores com outras disciplinas –, todas guardam alguma relação em graus variados com influências externas ao mundo acadêmico, especialmente com a política exterior. Nesse sentido, e talvez seja esse o ponto fundamental desse momento dos estudos latino americanos, iniciou-se, a partir dos problemas enfrentados pelas políticas estadunidenses, com uma força ainda não vista, um embate entre interpretações divergentes: contra a teoria da modernização clássica e suas revisões surgiram concepções, notadamente as da teoria da dependência, buscando alterar as perspectivas sobre a região de maneira significativa, separando os interesses das duas partes do hemisfério. Embora, como já apontamos, tal perspectiva tenha saído derrotada nos Estados Unidos, já que acabou sendo englobada pelo discurso modernizador, durante a escrita de “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” estava ainda incipiente e podia ser vista como uma linha interpretativa promissora com chances de se tornar dominante. A pergunta a que

procuraremos responder nas próximas linhas diz respeito aos caminhos feitos ou escolhidos por Skidmore em 1967 com relação a todas essas possíveis posições.

### **3.4 Um brasilianista, uma obra.**

Como já sinalizamos em afirmações anteriores, a posição de Skidmore com relação a alguns elementos dos estudos latino-americanos na obra “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” estão dentro do quadro bem definido desse campo de estudos e são facilmente perceptíveis, outros, porém, demandam maior acuidade, porque revelam, nem sempre de maneira direta, o debate do autor com tendências recentes e interpretações.

Logo de início vê-se que seu estudo é sobre o período nacional. Como outros brasilianistas, veio ao Brasil e fixou seu olhar praticamente no presente republicano. Disposto a historiar fatos que presenciou, Thomas Skidmore defendeu que 1964 foi uma grande ruptura na política brasileira, e que nada depois deste ano teria os mesmos padrões políticos do período anterior – “se esta suposição parece válida, não é cedo demais para começar uma avaliação do complexo capítulo que teve início com a ascensão de Getúlio Vargas e terminou com a queda de João Goulart” (2000a, p.17). Esta foi sua justificativa para a abordagem da história política recente do país, o que, de início, como veremos posteriormente, apresentou ser uma diferença significativa no modo de fazer história dos historiadores brasileiros – mais atentos, nesse momento, ao período colonial<sup>82</sup>. O objetivo principal do autor ao iniciar a obra foi investigar as causas da queda, em abril de 1964, do presidente João Goulart, para tanto

---

<sup>82</sup> Outras considerações sobre as temáticas trabalhadas pelos historiadores brasileiros no momento em que o livro de Skidmore e outros trabalhos brasilianistas foram traduzidos podem ser encontradas, especialmente, no apêndice dessa dissertação.

voltou suas explicações até 1930, porque, na sua visão, explicar o sistema em que o presidente trabalhava sem entender suas origens era “impossível”.

Diferente, nesse momento, dos trabalhos de outros autores norte-americanos, na sua grande maioria pesquisando para a confecção de teses de doutoramento e, por conseguinte, trabalhando com recortes temáticos mais específicos, o livro publicado por Skidmore tem características de uma obra de síntese, uma extensa síntese factual dos principais momentos e problemas da política nacional de 1930 a 1964. Tratando de tudo e de todos, às vezes, inevitavelmente, de maneira superficial, Skidmore elaborou uma espécie de manual da história política brasileira para esse período. Seu livro pode ser visto como uma tentativa de ser um ponto de partida para os leitores, uma espécie de guia para os muitos acadêmicos que se iniciavam nos estudos ou para aqueles que já pesquisavam o Brasil. As inúmeras e extensas notas de rodapé são bastante significativas na explicitação desse intuito do autor, além de marcarem em alguns pontos as referências seguidas por ele, buscaram, muitas vezes, demonstrar mais que isso, indicando outras fontes bibliográficas e documentais para aqueles que quisessem se aprofundar no tema em questão. Para o público não especializado esse formato também era atrativo, a grande quantidade de informações sintetizadas através de uma leitura rápida e fácil conquistou muitos leitores fora do mundo acadêmico<sup>83</sup>. Com esse tipo de abordagem, Skidmore não pode furtar-se à técnica descritiva em sua análise – útil no relato dos principais fatos –, tendência decadente entre os estudiosos da região, mas muito presente na obra.

Entretanto, por trás dos relatos dos acontecimentos, ao estruturar a sua resposta para a explicação da queda de João Goulart, acabou vinculando-se às novas linhas do campo, ou

---

<sup>83</sup> Em entrevista a Carlos Alberto Sardenberg (1988) no *Jornal do Brasil* Skidmore fez referência a alguns números alcançados pela obra: enquanto no Brasil estava na 8ª edição, nos Estados Unidos tinha sido recentemente republicado – dizendo ser isto menos comum do que no Brasil – e alcançado por volta de 30 mil exemplares vendidos. Na mesma entrevista, ainda comentando sobre o sucesso da obra afirma: “De qualquer modo, trazia um levantamento factual e de documentos que as pessoas poderiam ler e depois, partindo dali, ir às fontes e procurar suas próprias explicações. Serviu, portanto, como instrumento de pesquisa e de pensamento.”

seja, de certo modo, as bases de sua interpretação, além de incitarem o contato com outros especialistas que não historiadores como veremos a frente, têm também marcas das discussões que aconteciam nos estudos latino americanos naquele momento e que se aprofundariam posteriormente. Já na introdução da obra encontramos Skidmore frisando que a queda do presidente poderia ser explicada a partir de três níveis: o político (instituições e protagonistas), o social (estrutura social e suas mudanças) e o econômico (política econômica e a questão do desenvolvimento). Na leitura da obra percebemos que esses elementos são partes fundamentais de toda sua argumentação: houve uma busca para demonstrar como os três se relacionaram e evoluíram desde 1930 e, principalmente, de que forma contribuíram para o fim do que chamou de “experiência democrática” no título da versão em inglês. Aqui o autor aparece imerso no mundo da teoria da modernização, que, como já demonstramos, estabeleceu uma relação direta entre esses três elementos numa determinada ordem. Em certo sentido, podemos pensar que Skidmore, com o trabalho finalizado em 1966, já tinha constatado pessoalmente que o fim previsto pela versão clássica dessa teoria não seria alcançado tão facilmente, já que o programa da Aliança para o Progresso encontrava-se em pleno vapor desde 1961 e se estivesse produzindo o que esperavam teóricos e governo estaria escrevendo sobre a permanência da democracia brasileira e não sobre o seu fim. Nesse sentido, acreditamos que, entre outras questões, a obra do referido autor acaba por refletir sobre os pressupostos e possíveis falhas dessa teoria e, por conseguinte, sobre as interpretações do governo norte-americano levadas a cabo pelas suas políticas. Como não encontramos noções radicais em sua análise, observamos que o tom geral de sua interpretação da história brasileira está mais próximo do início da corrente que fez a revisão da teoria, na medida em que sua obra está estruturada a partir de seus principais elementos mas questiona suas significações e destoa de seu otimismo.

Para compreendermos essa interpretação de Skidmore e o conseqüente diálogo com a visão predominante nos Estados Unidos acerca da região faremos nas próximas páginas uma análise da obra focalizando os três níveis de interpretação citados por ele: o político, o social e o econômico. A forte relação que o autor estabeleceu entre os níveis tornou complicado, às vezes impossível, separá-los em algumas ocasiões. Na busca da síntese, procuramos deixar em segundo plano os extensos relatos factuais – momentos descritivos –, para nos atentarmos a momentos mais interpretativos em que Skidmore focalizou um dos três pontos e que nos permitem compreender a visão geral do autor acerca desse momento da história do Brasil.

Dono de grande atenção, o sistema político nacional, entendido e demonstrado pelo autor principalmente a partir da estrutura partidária e das atuações dos principais protagonistas, é o fator interpretativo de maior peso no livro. Foram as “deficiências” desse setor que o impediram de acompanhar as mudanças ocorridas nos outros dois e que serão causa fundamental para o colapso democrático. Como evidência de que é essa a linha seguida na interpretação posterior, ainda na introdução, após afirmar que o “impasse político” em 1964 tendia a ser resolvido pela quebra dos processos constitucionais em virtude das atitudes dos protagonistas, encontramos:

Pode-se encarar esse conflito político como parte da crise institucional mais profunda, resultante do fracasso em criar instituições e processos políticos que pudessem canalizar e dirigir essas rápidas mudanças sociais e econômicas que transformaram o Brasil, desde 1930. (SKIDMORE, 2000a, p.18).

Cumpra a nós lembrarmos que na sua tese de doutorado sobre a Alemanha a estrutura política também representou um papel significativo nos problemas e derrotas sofridas pelo chanceler Caprivi. Para os dois casos, embora, obviamente, se trate de situações totalmente diversas, existe uma certa semelhança nas hipóteses, ou seja, também na estrutura política alemã do fim do século XIX Skidmore observou algumas deficiências do sistema para lidar com uma sociedade que estava em mudança. Entre as conclusões da tese, por exemplo, está a afirmação de que o “sistema constitucional” alemão era “obsoleto” (SKIDMORE, 1960).

Na argumentação de Skidmore sobre a história do Brasil encontramos um sistema político marcado em seu início e fim por duas revoluções (1930 e 1964) – consideradas enquanto tais pelo autor ao menos nessa esfera. Foi Getúlio Vargas em 1930 quem começou a dissipar a estrutura vigente desde 1889 e dar feição ao novo conjunto de preceitos em funcionamento a partir de então, deixando importantes heranças que surtiram efeito até 1964. Nesses primeiros quinze anos destacou-se nas considerações do brasilianista o período autoritário, onde foi confirmado a divisão de duas posições inerentes ao movimento de 1930: “constitucionalistas liberais” e “nacionalistas autocráticos”. Como para 1964, Skidmore levantou entre as hipóteses das causas para o fim autoritário dos conflitos políticos a idéia de que o sistema aberto foi desgastado pela violência da direita e da esquerda, tendo o golpe de 1937 revelado o caminho histórico do Brasil numa conjuntura crítica: “Os objetivos de bem estar social e nacionalismo econômico, muito debatido no começo daquela década, iriam ser agora perseguidos sob a tutela autoritária” (SKIDMORE, 2000a, p.18). Junto do apoio dos militares, já definidos como “árbitros finais dos conflitos políticos” (2000a, p.51), foi no Estado Novo que Getúlio reformulou as relações entre o governo Estadual e Federal, fortalecendo o executivo e criando o que até 1930 não tinha sido alcançado: “um regime verdadeiramente nacional” (2000a, p.57). Ao mesmo tempo, o Estado Novo, visto como “a saída autocrática para a inexperiência política do Brasil” (2000a, p.62), também teve a importante característica de não ter em sua base um movimento político, representando assim um “hiato” no desenvolvimento da política partidária organizada em linhas “classistas ou ideológicas” – algo que tinha sido iniciado na década de 1930 segundo Skidmore (2000a, p.53).

Após a saída de Vargas, motivada não pelos constitucionalistas liberais e sim pela força dos generais, mostrando mais uma vez o papel definidor dos militares na política nacional, o Brasil, segundo Skidmore, tinha passado por importantes mudanças sociais e

econômicas que impediam a volta do sistema político anterior a 1930. Seria então criada uma nova estrutura legal para a era democrática. Os partidos políticos, “os mais importantes veículos da democracia moderna – teriam que ser fundados e fortalecidos” de acordo com o brasilianista. Nesse e em outros campos a sombra de Vargas permaneceria sobre a política nacional até 1964. Aqui Skidmore fez uma distinção dos grupos e linhas partidárias importante para toda análise posterior; a partir dos elementos situacionistas e opositoristas elaborou as denominações “Os de dentro” e “Os de Fora”. No primeiro estavam os que apoiaram Vargas durante o Estado Novo e que votariam no candidato disposto a manter as suas diretrizes básicas. Três grupos faziam parte dessa rede política e foram divididos em dois partidos – ambos criados com auxílio do ex-ditador: no Partido Social Democrático (PSD) políticos e burocratas que dirigiram criações importantes do Estado Novo e proprietários de terra, industriais e homens de negócio se uniram. A união de industriais e “políticos estaduais da velha guarda”, entre outras características, deu ao PSD uma posição não ideológica seguida por todo período. Ainda nesse grupo foram colocados os trabalhadores urbanos organizados, representados através do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); esse partido era parte do esforço de Vargas para assegurar os votos da classe trabalhadora, de importância cada vez mais crescente (SKIDMORE, 2000a, p.80-82). Do lado contrário desses dois partidos, a oposição, excluída do poder em 1937, formou “Os de Fora”. Destacam-se nessa “oposição heterogênea” os constitucionalistas liberais organizados na União Democrática Nacional (UDN), uma tentativa frustrada de formar uma frente unida de oposição. A plataforma da UDN estava voltada para uma volta aos princípios do liberalismo, tanto em política quanto em economia, sendo o elemento anti-Vargas seu maior aglutinador. Outro grupo que completava “os de fora” eram os comunistas, acusados pelos opositores de não ter lugar num sistema democrático e tendo como trunfo Luis Carlos Prestes (2000a, p.83-89). Com essas linhas



gerais, de acordo com Skidmore, durante o governo Dutra a política se tornou novamente partidária depois da “constituição democrática” de 1946.

No entanto, apesar dessas linhas bastante gerais, mais ligadas a um repúdio ou reafirmação da herança varguista do que à presença de um corpo ideológico claro e consistente, a política partidária é vista por Skidmore como fluida e com orientações dignas de pouca confiança. Sintoma disso, a seu ver, é a aliança feita por Vargas no retorno a presidência. Para Skidmore ele conseguiu unir o apoio de velhas forças políticas (PSD com os políticos tradicionais, para quem a política ainda era uma questão de poder e empreguismo, um modo de satisfazer clientes), novas orientações (PSP e PTB, com políticos populistas e a capacidade de obter votos da massa, uma “política de novo estilo”) e ainda contar em Pernambuco com o apoio de alguns partidários da UDN (marcada justamente, como já dito, pela oposição a Vargas). A presença de alguns udenistas em torno do ex-ditador fez o autor concluir: “Não se pode encontrar maior prova do caráter não doutrinário dos partidos nos Estados economicamente atrasados!” (SKIDMORE, 2000a, p.107).

Essa característica persistiu até 1964, uma vez que, no plano local, Skidmore viu linhas partidárias tornando-se cada vez mais apagadas, como demonstrava a crescente predominância das cédulas de coalizão nas eleições, alianças “[...] que se fizeram com propósitos eleitorais e sem nenhuma implicação de consciência partidária, ou multipartidária, na atividade legislativa que se seguiria às eleições” (SKIDMORE, 2000a, p.280); impedindo, ao mesmo tempo, possibilidades de cobrança acerca da doutrina partidária por parte do eleitorado. Como resultado, salvo determinadas diferenças, para Skidmore, cada partido tornou-se um microcosmo do espectro político nacional, havendo assim uma grande falta de definição em cada grupo. O brasilianista estabeleceu o seguinte quadro com os principais partidos comportando tendências contraditórias: a UDN tinha como base a classe média e alta do centro sul do país mais o grupo “bossa nova” – ligado a ala esquerda – “[...] tornando

impossível uma simples classificação ideológica ou classista do partido como um todo.” (SKIDMORE, 2000a, p.280); o PSD era um partido predominantemente de clientela mais também continha esquerdistas agressivos que nada tinham em comum com os ricos fazendeiros; e, por fim, o PTB, com base na classe operária e também com membros de estados atrasados mais conservadores que os do PSD e UDN.

O processo de desenvolvimento econômico e as transformações sociais fizeram com que a situação partidária se deteriorasse ainda mais de acordo com o brasilianista. A sociedade brasileira, que se mostrava cada vez mais dividida em interesses conflitantes, tinha nos partidos políticos um “modo muito imperfeito” de representação. Além de constatar que durante os anos 50 alguns políticos ainda permaneciam no esquema pré 30, dentro do “estilo clientela” mesmo nos Estados mais desenvolvidos<sup>84</sup> (SKIDMORE, 2000a, p.229), durante o período Goulart Skidmore afirmou como fato mais “nefasto” da política partidária a ausência de um partido que representasse a opinião do centro, já que o PTB estava dominado pelos herdeiros de Vargas, a UDN pelos radicais como Lacerda, e o PSD estava à margem esperando a volta de Juscelino Kubitschek. Para Skidmore, se referindo a posição centrista em 1963: “Desgraçadamente, no entanto, esta opinião legalista, democrática e reformista não pode encontrar refúgio num único partido.” (2000a, p.284).

Ao lado dessas deficiências, outra fonte de preocupação de Skidmore na apreciação do desenvolvimento político nacional entre 1930 e 1964 diz respeito às atuações dos presidentes e de seus principais opositores, ambos observados, muitas vezes, em suas individualidades, a ponto de características das suas personalidades influírem decisivamente nos processos em questão. Nos primeiros quinze anos do governo Vargas, por exemplo, seus talentos pessoais desempenharam um papel importante na construção dos argumentos: a aptidão para

---

<sup>84</sup> “Vários dos congressistas, por exemplo, ainda se comportavam em termos da vida política pré-1930. Encaravam seu papel como sendo o de dividir os ganhos e favores entre seus partidários. Esta atitude representava o estilo de clientela, tão típico da tradicional política do interior, persistindo nos hábitos de vários políticos eleitos mesmo nos Estados mais desenvolvidos” (SKIDMORE, 2000a, p.229)

“persuadir”, a “capacidade camaleônica”, o estilo “maquiavélico” e seu profundo conhecimento da psicologia brasileira o trazem como um dos mais notáveis políticos nacionais. O enfoque na personalidade e atitudes de Vargas tem relação com a visão de Skidmore sobre o Estado Novo: “uma criação altamente pessoal”, ou melhor, um regime que não dependeu de apoio popular organizado na sociedade e sem qualquer base ideológica consistente (SKIDMORE, 2000a, p.54). Contudo, vale destacar que a partir de 1945, especialmente com segundo governo Vargas, as características pessoais dos líderes tornaram-se ainda mais decisivas na interpretação do brasilianista. Como já apontamos, embora a política democrática e os partidos tenham retornado, existe para Skidmore a falta de um compromisso partidário ou ideológico sólido no sistema político brasileiro, fazendo com que as escolhas e a personalidade dos principais líderes continuem importantes e em evidência dentre os elementos explicativos, já que elas, em muitas ocasiões, dominam ou sobrepõem as instituições. Tal viés interpretativo está intimamente relacionado às primeiras noções de populismo, bastante utilizadas pelo autor e que dão destaque às aspirações do líder frente ao jogo político. Sua definição do conceito é breve e bastante geral, ainda que, como veremos a frente, ele permeie suas percepções acerca da realidade brasileira também em outros tópicos:

Nessa altura de sua carreira, Vargas personificava, de um modo preliminar, um novo estilo populista político. O termo populista era um tanto impreciso. Veio a ser usado para denominar um estilo de procedimento político em uma situação na qual o eleitorado urbano de massas mostra receptividade a um líder atraente, que recorre a um apelo direto e emocional, baseado em considerações econômicas de variável sofisticação ideológica. O político populista seria imprevisível antes de 1930, e este seu sucesso pressupõe um voto relativamente livre. É um líder personalista, cuja organização política gira em torno das suas próprias ambições e da sua própria carreira. É temido, naturalmente, pela direita, devido ao transtorno que poderia trazer ao *status quo*. Desdenhado pela esquerda marxista disciplinada, pela sua irresponsabilidade e “mistificação” das massas, nos últimos vinte anos, os políticos populistas mostraram ser formidáveis imantadores de votos no Brasil. (SKIDMORE, 2000a, p.94-95)

Se em Getúlio Skidmore enfatizou o “maquiavelismo”, em Juscelino Kubitscheck, um aluno hábil de Vargas, foi o entusiasmo, a improvisação e o equilibrismo político que deram o tom do seu governo; em Jânio Quadros, por sua vez, o carisma e a imagem anti-política que o

levaram a presidência contrastaram com a menção as excentricidades e aos “defeitos de personalidade” – dificuldade de tomar decisões básicas, períodos de depressão e abuso de álcool (2000a, p. 249) – que podem ter corroborado para a sua renúncia; em João Goulart, o último presidente do período e um verdadeiro “enigma”, como Quadros, era também “afligido por complexos que destorciam seu discernimento político” (2000a, 344), tendo a autoconfiança, segundo Skidmore, minada pela deficiência física e pelo falecimento da mãe. Desse grupo de presidentes somente Juscelino Kubitschek não foi diretamente mencionado como populista, embora Skidmore tenha deixado subentendido em alguns trechos que em determinados pontos de sua atuação estavam presentes características desse tipo de político<sup>85</sup>. O que sobressai no governo de Kubitschek e parece lhe afastar um pouco do panteão populista foi o seu esforço em evitar conflitos, característica de sua personalidade, buscando manter cuidadosamente a balança política num tempo quando outros líderes já procuravam alterá-la mais drasticamente dando um papel maior às massas<sup>86</sup>. No trecho seguinte, que deixa Juscelino fora do grupo, foram ainda destacadas mais duas importantes personalidades “populistas” que não chegaram a presidência, mas que desempenharam papéis importantes nos anos democráticos, demonstrando como o conceito foi central para a análise do período pós 45:

A partir de 1945, a política nacional, que fora em grande parte o jogo particular de uma elite restrita, começou a ser invadida por líderes populistas. O êxito de Ademar de Barros, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart, Leonel Brizola fundamentou-se numa participação popular cada vez maior, embora mal organizada, na política. Embora as classes sociais tivessem consciência apenas de maneira ocasional e incompleta de seu papel político, os apelos diretos aos interesses

<sup>85</sup> “Dessa forma, quando Kubitschek lançava mão de um apelo populista para a massa de eleitores, pelo menos até 1959, visava problemas não ideológicos, como na construção de Brasília” (SKIDMORE, 2000a, p.210)

<sup>86</sup> Nos dois seguintes trechos podemos perceber essa questão: “Kubitschek não fez qualquer tentativa no sentido de misturar populismo esquerdista com nacionalismo desenvolvimentista, ato que esperava unir a classe média aos militares de oposição” (SKIDMORE, 2000a, p.210-211); e: “Por outro lado, isso não impediu estes líderes de serem cuidadosamente vigiados pelos militares, muitos dos quais não perdoavam o constante uso que Kubitschek fazia dos quadros sindicais para seus fins políticos limitados. Mas os populistas como Brizola eram muito menos inibidos do que Kubitschek. Estavam dispostos a prometer às massas uma maior participação na prosperidade econômica (melhores acordos salariais) e uma política econômica mais nacionalista (uma regulamentação mais severa para o investimento estrangeiro, quando não um verdadeiro confisco e uma atitude mais agressiva em relação às exigências de estabilização feitas pelos credores alienígenas). Além disso, referiam-se, freqüentemente, a alterações na estrutura do poder político” (SKIDMORE, 2000a, p.226-227).

classistas e setoriais tornaram-se mais freqüentes depois que Getúlio assumiu a presidência da República em 1951. O rápido aumento do número de eleitores e a crescente participação política diminuíram o raio de ação das operações de elite. Mas as regras da política de massas que emergia pareciam indefinidas. (SKIDMORE, 2000a, p.308.)

A consciência “ocasional e incompleta” das classes sociais à qual Skidmore se referiu nesse trecho é outra característica das análises dos autores que trabalharam com a noção de populismo. Sendo válido lembrarmos que nesse ponto essas análises foram influenciadas pela teoria da modernização, decisiva para algumas das primeiras formulações do conceito no Brasil que estão presentes na bibliografia do autor<sup>87</sup>. De acordo com Jorge Ferreira (2001), “o populismo de primeira geração” (1950/1960) ligou o fenômeno ao processo de modernização da sociedade, ou seja, o populismo estava situado num momento em que ocorria a transição de uma sociedade tradicional para a moderna, em que camponeses transformavam-se em assalariados urbanos e a democracia limitada tornava-se ampliada. Nesse momento, a proletarianização de parte da população brasileira resultou na formação de classes sociais, porém, sem consciência, uma vez que o mundo agrário invadiu o mundo urbano-industrial trazendo suas tradições patrimoniais e individualistas, havendo assim uma espécie de mescla desses dois mundos. Em alguns autores, especialmente Francisco Weffort, a análise das relações com o Estado dessas classes sem consciência, ou quase sem consciência, foi marcada por uma certa ambigüidade, já que o Estado foi “manipulador” em muitos casos – interpretação mais enfatizada nesse e em estudos posteriores –, mas, uma manipulação nunca

---

<sup>87</sup> Na nota 49 do capítulo 2, referente ao populismo, Skidmore afirma que o conceito é usado na América Latina após a segunda guerra e cita como obras que o utilizaram a organizada por Cláudio Veliz: “Obstacles to change in Latin America” (Londres, 1965), principalmente o capítulo de Torcuato di Tella, segundo o autor: “[...] com dificuldades para enquadrar o caso brasileiro no esquema para a América Latina.”; os artigos de Francisco Weffort: “Estado y Masa em el Brasil” publicado na Revista Latinoamericana Sociologia (n.1, 1965) e “Raízes sociais do populismo em São Paulo” editado na Revista Civilização Brasileira (n.1, 1965), referendando o autor como “o líder dos estudiosos do populismo no Brasil”; cita ainda artigos de Otávio Ianni, Luciano Martins, Juarez R. B. Lopes e Charles Morazé (SKIDMORE, 2000a, p.427). Em outra nota, ao tratar de Ademar de Barros faz referência ao artigo de Hélio Jaguaribe publicado no “Cadernos do Nosso Tempo”: “Que é o Ademarismo?”, considerado por Ângela de Castro Gomes (2001) e Jorge Ferreira (2001) uma das primeiras análises que trabalharam com o conceito no Brasil.

absoluta, existindo também casos de interlocução entre as duas esferas (FERREIRA, 2001, p.61-82).

Como já podemos depreender do excerto acima, em “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” essas noções estão presentes nas considerações acerca da estrutura social brasileira. No livro Skidmore apontou que a sociedade estava sofrendo modificações por conta dos efeitos e problemas decorrentes da passagem de uma economia agro-exportadora para a uma sociedade urbana industrial. Ao iniciar a análise do segundo governo de Getúlio Vargas, o brasilianista afirmou, por exemplo, que o processo de urbanização e industrialização pelo qual a nação tinha passado nos últimos anos fez com que o ex-ditador encontrasse um Brasil distinto daquele de 1937 a 1945. Em 1950 os grupos estavam melhor diferenciados e três deles tornaram-se mais fortes: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana. No entanto, concluiu: “Nenhuma dessas classes havia, por volta de 1950, alcançado um estágio de autoconsciência capaz de produzir uma política aguda de orientação de classes. Ao contrário, a atmosfera política conciliatória do Brasil patriarcal ainda era notavelmente dominante” (SKIDMORE, 2000a, p.111). Destaca-se nas características desses grupos a “passividade” da classe operária que, para o autor, mantinha-se desarticulada dentro da política, votando mais como massa do que classe. “Suas aspirações eram exploradas pelos políticos populistas que, ao invés de lançar os seus apelos em termos de antagonismo de classes, apenas prometiam mais garantias e benefícios”<sup>88</sup>. O próprio Vargas “[...] permanecia essencialmente paternalístico, refletindo a sua própria avaliação da consciência política, crescente mas ainda limitada, dos trabalhadores urbanos” (SKIDMORE, 2000a, p.112). Na nota ligada a esse trecho, aderindo ao autor citado, pontuou os efeitos da herança rural deixada nos novos trabalhadores urbanos:

---

<sup>88</sup> Em outro trecho ao tratar do nacionalismo e da posição da classe trabalhadora no segundo governo Vargas afirma: “De fato, a linguagem do nacionalismo econômico parecia-lhes mais fácil de entender do que a idéia do conflito interno de classes.” (SKIDMORE, 2000, p.143)

Muitos trabalhadores industriais no Brasil conservam atitudes mentais condicionadas pela atmosfera patriarcal do setor rural de que migraram. Este retardamento tende a torná-los menos inclinados à ação coletiva do que os trabalhadores que cresceram em comunidades industriais urbanizadas. O ponto é enfatizado por Juarez Rubens Brandão Lopes, “O ajustamento do trabalho à indústria: mobilidade social e motivação” [estudo de trabalhadores numa fábrica de São Paulo] em *Mobilidade e Trabalho*, Bertram Hutchinson, ed. (Rio de Janeiro, 1960); e o mais recente do mesmo autor, *Sociedade Industrial no Brasil* (São Paulo, 1964). Veja também os artigos de Lopes, Alan Tourraine, Azis Simão e Fernando Henrique Cardoso em *Sociologie du Travail*. III. N°4 (out.-dez. 1961). (SKIDMORE, 2000a, p.432).

De acordo com as formulações de Skidmore, o Brasil rural marcado por essas atitudes mentais estava vivo no interior brasileiro durante as disputas eleitorais que levaram Vargas ao segundo governo e afetavam também outras classes, embora, mesmo que lentamente, estivesse perdendo força com o processo de industrialização e urbanização desigual, responsável pela existência desses “muitos Brasis”<sup>89</sup>. Nesse quadro, o setor de subsistência da economia rural não tinha importância política alguma em 1930 e “muito pouca” em 1950, já que a constituição impedia os analfabetos de votarem e os “desprotegidos rurais” das áreas mais “retrógradas” eram em sua grande maioria analfabetos (SKIDMORE, 2000a, p.115-116). Mesmo a classe média era inexistente em regiões economicamente atrasadas como o norte e o nordeste. Segundo Skidmore, em grandes cidades como o Recife era “[...] difícil identificar qualquer setor médio significativo, que tivesse chegado a diferenciar os seus interesses dos da arcaica economia baseada na agricultura de subsistência, pecuária ineficiente e indústrias extrativas” (SKIDMORE, 2000a, p.112). Os grupos urbanos também acabavam comprometidos de certa forma com a “estrutura agrária tradicional” por conta de ligações familiares ou financeiras. Essa característica fez da classe média um “enigma” para o autor, pois, ao mesmo tempo, nas maiores concentrações urbanas do “triângulo desenvolvido” (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro) mantinham-se dentro do grupo duas posições distintas: uma classe média que defendia valores de setores tradicionais, como os da classe dos

---

<sup>89</sup> “Na sua estratégia para a campanha de 1950, Vargas levou em conta os diversos Brasis produzidos pelo desenvolvimento econômico desigual dos últimos vinte anos” (SKIDMORE, 2000, p.116)

plantadores e do grupo comercial de exportação e importação, uma vez que ela foi formada por burocratas e administradores oriundos do crescimento do executivo federal e da urbanização, sendo seus empregos uma herança desse mundo patriarcal; e outra, em maior número, era defensora da industrialização e da modernização, originada justamente desse processo e formada por administradores e profissionais liberais que viam com muitas suspeitas e hostilidades os valores tradicionais (SKIDMORE, 2000a, p.113). Ambos lados, entretanto, estavam apreensivos com sua futura condição devido as rápidas mudanças no “sistema econômico e social”.

Foram essas mudanças que trouxeram maior importância política para a classe trabalhadora urbana e rural no final da década de 50 e início de 60, deixando, nesse momento, ainda mais apreensivos os outros setores da sociedade. Para Skidmore, foi no período Kubitschek que se iniciou a radicalização política no campo e após 1961: “O interior do país, antes tranqüilo, despertava politicamente”, o que afetava a política nacional de maneira significativa “[...] uma vez que muitos políticos deviam sua existência aos sistemas políticos antiquados das zonas ainda manipuladas pelos latifundiários” (SKIDMORE, 2000a, p.279). Do mesmo modo, nas cidades, onde a prosperidade econômica aumentou em muito as massas urbanas e a taxa de alfabetização, perto do desfecho do impasse em 1964, para o brasilianista: “Podia-se praticamente deduzir que o Brasil estava experimentando a tomada de consciência que os ideólogos do nacionalismo vinham pregando desde o começo da década de 50” (SKIDMORE, 2000a, p.309). Eram os extremistas os recrutadores de novos adeptos para as causas da esquerda, num processo de mobilização nunca visto antes, porém, ainda insuficiente no momento decisivo, pois ainda existia um abismo “[...] entre os líderes excessivamente confiantes e seus liderados passivos, tanto em questão de comando como em sentimento político, era de uma dolorosa evidência” (SKIDMORE, 2000a, p.364). Isso explica as afirmações do autor sobre uma consciência ocasional, incompleta e crescente da classe



trabalhadora, interrompida, na interpretação de Skidmore, com o golpe de 1964 por uma série de fatores antes mesmo de ser concluída. Apesar das debilidades, essa “crescente participação política” das classes sociais trabalhadoras urbanas e rurais, somadas e interagidas com as ações dos populistas de esquerda, como veremos a frente, tiveram um papel central nos impasses que levaram ao golpe de 1964 segundo o autor.

Para Skidmore o sistema político brasileiro refletiu durante todo esse período as vontades de certos grupos dominantes da sociedade: proprietários rurais, que tinham sido pouco ameaçados, mesmo na fase populista de Vargas, a classe média urbana, como já afirmamos, ligada por vários laços pessoais aos proprietários rurais e profundamente duvidosa sobre sua futura situação num período de rápidas transformações e, por fim, a classe militar, cuja aversão ao populismo e de novas forças provinha em parte do temor de perder sua posição de supremo árbitro político<sup>90</sup>. De certa forma, até o ponto em que não sentiram que seus interesses pudessem ser profundamente ameaçados, todos se mantiveram conformados com o domínio político do que Skidmore chamou de “velha guarda”: uma coalizão composta de elementos do “sistema político híbrido” criado por Getúlio, ou seja, políticos do velho estilo (PSD), alguns porta-vozes da classe média (UDN) e também os políticos inexpressivos do PTB – “um partido trabalhista criado por Vargas e não o fruto de um movimento independente da classe trabalhadora” (SKIDMORE, 2000a, p.368).

Apesar desse domínio, segundo Skidmore, as linhas do conflito já haviam dado sinais de existência desde o suicídio de Vargas. Com os problemas do desenvolvimento econômico e as transformações sociais daí decorrentes, de maneira cada mais significativa, se colocavam, de um lado, os políticos populistas, atraindo o novo voto de massa, cada vez mais importante

---

<sup>90</sup> Em um trecho, embasado no artigo “Situação política brasileira” publicado no nº2 de 1954 no “Cadernos do nosso tempo”, Skidmore traçou uma relação entre a classe média e os militares, demonstrando a origem social do últimos. Para o autor, como não havia partidos que representassem os interesses da classe média, “[...] sua opinião veio a ser expressa, como em todo decorrer da história da República pelo exército” (SKIDMORE, 2000a, p.155), ao passo que, diferentemente dos países hispano-americanos, onde predominavam representantes do latifúndio no exército, no Brasil predominava a classe média (filhos de profissionais liberais, pequenos comerciantes e homens de negócio).

quantitativa e qualitativamente, e, de outro lado, os militares, a classe média e a velha elite, “[...] temerosa de que os populistas pudessem impelir o Brasil ao reinado da confusão, em que as técnicas tradicionais de compromisso político seriam atiradas para um canto em favor de métodos mais radicais de governo.” (SKIDMORE, 2000a, p.369).

Até a posse de Jango<sup>91</sup>, herdeiro de Vargas e preso a dicotomia anti-getulistas e getulistas, o sistema conseguiu manter-se suficientemente flexível para conciliar os conflitos e os interesses dos árbitros tradicionais do poder e dos novos políticos populistas. A partir de então, com o novo presidente buscando simultaneamente a reforma, a estabilização e o desenvolvimento econômico a linguagem da discussão política deteriorou-se novamente. Nos dois extremos houve a perda da fé na política democrática, cada um conjecturando estar em melhor posição para tomar o poder. De um lado ficaram os anti-getulistas tradicionais, em desespero depois da renúncia de Jânio Quadros, porém melhor organizados e mais decididos. Entre seus elementos contavam generais militares e homens de negócio paulistas, sendo Júlio de Mesquita Filho seu principal chefe civil. De acordo com Skidmore, em 1962 esses homens “[...] já trocavam idéias quanto à natureza do regime discricionário necessário após a derrubada” (SKIDMORE, 2000a, p.274). Para eles não se podia confiar no eleitorado, somente sob tutela o povo seria impedido de cair nas malhas de políticos demagógicos. A moralidade e o anticomunismo tornaram-se as palavras de ordem desses radicais. Do outro lado Skidmore colocou a esquerda radical, que buscava influenciar a opinião pública e desacreditar “os árbitros tradicionais do poder”. Longe da homogeneidade contava nas suas fileiras com o que chamou de “esquerdistas jacobinos”<sup>92</sup>: líderes estudantis pertencentes a determinados grupos (União Nacional dos Estudante, Ação Popular), alguns líderes operários

---

<sup>91</sup> “Jango tornou-se presidente não pela pressão da esquerda, mas, sim, graças a divisão entre os militares, combinada com uma ampla base da opinião do centro, ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional” (SKIDMORE, 2000a, p.262).

<sup>92</sup> Embora discorde de Robert J. Alexander sobre a participação do PTB na esquerda jacobina, essa denominação foi tomada desse autor, que, segundo o próprio Skidmore, vê no grupo a idéia de revolução social a qualquer custo, nacionalismo e xenofobia, sendo distintos dos partidos comunistas ortodoxos “[...] por sua rejeição ao processo democrático e sua relutância em aceitar disciplina externa.” (SKIDMORE, 2000a, p. 476)

e intelectuais. Mesmo que fosse muito dividida, Skidmore afirma que falar em “[...] infiltração comunista para explicar a vitalidade nova da esquerda seria fugir à realidade dos fatos” (SKIDMORE, 2000a, p.342), respondendo assim à procura da política exterior norte-americana, talvez não da maneira desejada, como já demonstramos no caso do parecer negativo de Lincoln Gordon a primeira versão da obra<sup>93</sup>. Para ele, a verdadeira força na esquerda vinha desses jacobinos:

[...] divididos entre suas visões de uma vasta mobilização popular em apoio de uma política nacionalista radical, e sua esperança de que tal política viesse a brotar miraculosamente de cima para baixo, isto é, que Jango transformasse o regime reformista burguês, em um instrumento de reforma radical (SKIDMORE, 2000a, p.343).

Havia ainda figuras independentes na esquerda, sendo Brizola importante nesse grupo. Como os outros populistas, não deixou de ter a personalidade avaliada pelo brasilianista: tinha presença eletrizante na campanha, era “arrogante e grosseiro”, “rixento e autoritário” e dado a “lutas corporais com inimigos políticos”. “Este lado rudemente viril de Brizola aumentou as simpatias das classes mais baixas por ele e ao mesmo tempo afastou a classe média e a ‘respeitável’ elite política. Em suma, Brizola era o mais dinâmico populista da ala esquerda” (SKIDMORE, 2000a, p.340).

No início desse processo de radicalização, o centro ainda não tinha tomado partido. Em maior número, manteve-se pró-democrático, defensor de uma economia mista e da ampliação do sistema político com cautela. No entanto, como já afirmamos, essa posição, segundo Skidmore, não encontrou espaço em nenhum partido político brasileiro naquele momento. Com os acenos cada vez mais fortes e constantes de João Goulart para a esquerda, o centro, assim como outros militares de oposição mais moderada, começaram a acreditar nos

---

<sup>93</sup> Nesse ponto, vale lembrarmos, como bem pontuou James Green (2003, p.91), que também alguns órgãos da imprensa norte americana disseminaram a informação de que o golpe militar tinha salvado o Brasil dos comunistas, numa espécie de justificativa para o reconhecimento rápido do governo norte-americanos dos revolucionários de 1964. Green relata o caso do texto “The country that saved itself”, publicado na *Reader's Digest*, em 1964, que encorajava os leitores a enviar o artigo a outras pessoas em áreas ameaçadas pelo comunismo, para mostrar a elas como uma nação, através da inteligência e determinação, poderia se livrar dessa ameaça.

adversários radicais de Jango. Receosos de uma mudança rápida do “status quo” e, principalmente, temerosos de que Goulart incorporasse uma “nova guarda” a elite política excluindo a velha – por nova entende-se liderança trabalhista da ala esquerda, estudantes nacionalistas radicais e políticos profissionais da esquerda (Brizola) –, aliaram-se as forças golpistas com origem na ala anti-getulista, passando esta a contar com elementos civis dentro de vários grupos. Da extrema direita – “[...] que temiam seriamente a democracia de base popular que estava sendo criada por um Brasil industrializado [...]” – até centristas – receosos de que o projeto de uma economia mista estivesse sendo colocado em risco – Goulart contava com forte oposição (SKIDMORE, 2000, p.361)

Segundo o brasilianista foram essas posições que levaram ao choque de março de 1964. A união entre a nova esquerda e os populistas fez com que os setores mais tradicionais, com medo de que o velho e delicado equilíbrio em que a sociedade brasileira repousava fosse quebrado, se ligassem a favor de um golpe nos processos democráticos. Para Skidmore, como em outros momentos, o exército novamente interveio para por fim as disputas políticas, unido dessa vez “[...] numa posição ideológica contra o populismo”<sup>94</sup> (2000a, p.367). A queda de João Goulart em 1964 significou “[...] que os processos constitucionais habituais tinham falhado no Brasil” (2000, p.367).

Tanto os setores tradicionais como os “médios” viam, pois, com alarme, a queda visível das instituições republicanas criadas em 1945-1946. O sistema político de elite se revelara incapaz de atender à ampla participação popular que se desdobrara rapidamente a partir de 1945 (SKIDMORE, 2000a, p.360).

Dessa forma, é possível concluir que na visão de Skidmore o sistema político democrático foi insuficiente perante as tensões sociais que assolaram o país. Criado após um período autoritário não pode comportar as mudanças que estavam sendo operadas no próprio sistema e na sociedade por conta das transformações em certos grupos e que ameaçavam a

---

<sup>94</sup> “Agora, mesmo os moderados pró-legalidade chegavam à conclusão de que não se podia confiar em que os políticos populistas perturbassem o delicado equilíbrio social em que repousava a democracia brasileira” (SKIDMORE, 2000a, p.367).

hegemonia política daqueles que o dominaram desde o início, cedendo então as pressões dos últimos. Na interpretação do brasilianista somente o centro – não adeptos do radicalismo num primeiro momento –, aqui também podendo ser encaixada a esquerda moderada de San Tiago Dantas e Celso Furtado, parecem terem sido os únicos que poderiam salvar a democracia brasileira em 1962-63. Possibilidade quebrada pela sua desorganização e também pela deficiência de um sistema partidário que não os representava, logo não havendo uma base forte no congresso para seguir suas vontades políticas.

Contradizendo a teoria da modernização clássica, que estabeleceu uma relação direta entre desenvolvimento econômico, mudanças sociais e democratização, a interpretação de Skidmore afirma que ao invés da democracia ganhar força com as mudanças econômicas e sociais que buscavam modernizar o país, seu caminho foi novamente abandonado em favor de um estado autoritário, o que nos faz lembrar da sua conclusão sobre o Estado Novo: “o caminho histórico do Brasil numa conjuntura crítica”. Significativo nessa falta de otimismo com a possibilidade de uma evolução democrática em curto prazo, o que não poderia ser de outra forma, afinal, o autor presenciara a sua derrocada, é o papel dado à classe média nos impasses: imbuída de valores tradicionais e modernos, abandonou sua posição legalista em favor de um golpe nos processos democráticos pelo medo de perder sua posição na sociedade. Essas afirmações aproximam o autor dos “conservative development theorists”, na medida em que, como eles, além da desesperança com a classe média e a democracia, Skidmore acabou vendo no Brasil um país moderno e ao mesmo tempo tradicional em vários setores, devido, em grande parte, ao desenvolvimento econômico desigual que se operava. Embora o autor não cite em momento algum os trabalhos de Samuel Huntington, que não foi questionado pela corrente citada acima e sim assimilado por ela, suas interpretações e as de Thomas Skidmore, não podemos deixar de notar, também convergem em alguns pontos: ambos pensaram no “gap” político, ou seja, no lento desenvolvimento das instituições democráticas perante outras

alterações, fossem elas sociais ou econômicas<sup>95</sup>. Ademais, para o brasilianista, assim como nas hipóteses de Huntington sobre os países subdesenvolvidos, faltava no sistema político brasileiro certa dose de autoridade para controlar ou por fim a crise:

A questão histórica recorrente que surge de um exame do período de 1945-1964 é a seguinte: a solução autoritária seria realmente a única saída para o impasse político? Em que ponto a suspensão do sistema democrático se tornou inevitável? Mesmo se reconhecermos que o Brasil foi extremamente mal servido por seus dois presidentes depois de 1960, permanece o fato de que a necessidade de escolhas impopulares e dolorosas na política econômica impunha graves limites ao potencial de liderança política populista ou carismática. O que todos os líderes descobriram nesse sistema político foi a ineficiência da estrutura de partidos, a incapacidade de controlar a elite no meio de uma crise altamente controvertida de formulações políticas. Em suma, não havia autoridade política moral<sup>96</sup> suficiente para sustentar as lideranças políticas exigidas pela crise do início da década de 60 (SKIDMORE, 2000a, p.385).

De acordo com o autor, a nova política populista do sistema democrático não estava mesmo apta a agir em controvérsias tão graves. Para o brasilianista, as queixas de Quadros e Goulart relacionadas à falta de poder para lidar com o Congresso foram solucionadas com os militares através do Ato Institucional. Donos da última palavra desde o início da República e representando a força dos setores tradicionais – que em termos políticos não enfraqueceram, apesar das mudanças ocorridas –, buscaram a estabilização através da restauração da autoridade no sistema, o que significou o fim da “experiência democrática”:

Este ato do Supremo Comando Revolucionário era uma resposta nova à crise de autoridade política que se evidenciava no Brasil desde os meados da década de 50. Quadros tinha se queixado de que lhe faleciam poderes adequados para lidar com o Congresso. Goulart repetia a queixa, chegara a propor um estado de sítio em outubro de 1963 e, em princípios de 1964, apresentara diversas propostas específicas para fortalecer o braço do executivo. O ato institucional era, pois, nova e decisiva resposta à manifesta incapacidade do Executivo brasileiro de exercer necessária autoridade.

A ação dos militares em 1964 foi, assim, além de qualquer outra intervenção desde 1945, porque o exército estava quase a ponto de repudiar a elite política como um todo. O Ato institucional mudou temporariamente as regras da política democrática. A implicação era evidente: a política de compromisso tinha sido desacreditada pelo jogo “ultrademocrático” de Goulart. A intervenção do Exército era um retorno a mensagem antipolítica pregada por Jânio Quadros: tinha sido a irresponsabilidade dos “políticos” que conduzira o Brasil a beira do caos. (SKIDMORE, 2000a, p.373)

<sup>95</sup> Para esse momento não encontramos indícios de uma relação entre Skidmore e Huntington. Entretanto, vale ressaltar que Huntington era um influente professor em Harvard durante a escrita da obra e que no livro “Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves” seu nome foi lembrado entre “os muitos amigos” que auxiliaram nas pesquisas.

<sup>96</sup> No original não existe a palavra moral, assim está: “[...] the lines of political authority were not sufficient to sustain [...]” (SKIDMORE, 1967a, p.319)

Vale ressaltar aqui que o papel estabilizador dado aos militares por Skidmore durante toda análise era parte de uma noção que ganhava força no governo e em várias correntes interpretativas durante a escrita do livro. Essa noção, desenvolvida, principalmente, pelo que Berger (1995) chamou de teoria da modernização militar, tinha subjacente a hipótese de que não era o desenvolvimento econômico que resultava em ordem política: era a ordem política que levaria ao desenvolvimento econômico.

No meio do “caldeirão político” dessa experiência democrática, os problemas econômicos também foram um elemento catalisador importante na interpretação de Skidmore. Para o autor havia uma necessidade urgente de prosseguir o rápido crescimento e qualquer desaceleração colocaria em risco as vantagens cuja expectativa na sociedade se generalizou desde o segundo governo Vargas. Alternando períodos vistos como de industrialização espontânea, beneficiando-se de fatores externos para a expansão, ou mesmo, como resultados de uma série de políticas internas iniciadas principalmente a partir do governo Dutra, o crescimento econômico sofreu constantes percalços com algumas dificuldades que foram vistas como contínuas pelo autor, entre elas a inflação, o equilíbrio da balança de pagamentos e os financiamentos externos. A resolução desses problemas acabava por se refletir diretamente em certos grupos da sociedade, uma vez que enquanto alguns setores sofriam os efeitos colaterais do planos escolhidos outros poderiam se beneficiar, ocasionando assim, em alguns momentos, fortes efeitos na vida política do país, já que a sociedade pressionaria as lideranças, como, por exemplo, nas questões dos aumentos salariais. Ao lado desse histórico dos programas e problemas econômicos brasileiros, ao tratar da questão do desenvolvimento, Skidmore, flexibilizando as noções da teoria da modernização clássica, deixou explícita a importância do panorama político na modernização – o que não significou, como deixamos evidenciado acima, que a economia, na sua interpretação, não provocou efeitos na estrutura social e política do país, pelo contrário, o que existe é uma via de mão de dupla em que uma

influencia a outra, ou seja, para o brasilianista era também necessário uma “maquinaria política” e um “consenso político” para que certas decisões e programas econômicos do presidente fossem levados a cabo, pressupondo que o cenário político fosse substancial para que o desenvolvimento e a estabilização econômica acontecessem, não estando na sua análise somente como um mero reflexo desses:

Cada presidente tinha que tomar decisões imediatas e de longo alcance, que, por sua vez, exigiam uma maquinaria política adequada para sustentá-lo no processo de concepção e implantação da sua política econômica. Somado a isso, todos os presidentes tinham que manter um consenso político, a lhes assegurar um razoável apoio da maioria dos setores políticos mais poderosos. (SKIDMORE, 2000a, p.19)

Para tratar da queda de Goulart esse diagnóstico foi posto em prática. Segundo o autor, como acontecia em muitas economias em processo de desenvolvimento, “[...] uma mobilização de recursos em plena escala é o que o Brasil evidentemente precisava durante seu impulso desenvolvimentista da década de 50” (SKIDMORE, 2000a, p.380). Para tanto, a fim de mobilizar esses recursos, três passos eram necessários a seu ver: uma adequada avaliação técnica da situação, a seleção de uma estratégia de ação e a construção de uma base política firme para a estratégia adotada.

Com relação ao primeiro e ao segundo pontos o Brasil não teria encontrado problemas. De acordo com o autor, no primeiro passo, que exigia a determinação “do estágio do desenvolvimento alcançado e das potencialidades e estrangulamentos para o estágio seguinte”, existia uma concordância no início da década de 50 com relação à avaliação da situação econômica brasileira. Os estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos lançaram algumas bases produtoras de bons resultados no esforço de industrialização, muitas barreiras específicas foram identificadas e vencidas.

Pode-se dizer sem receio que a avaliação técnica da situação do Brasil no início da década de 50 – em que pesem divergências de pouca monta - foi virtualmente unânime entre a elite tecnocrática. Cremos ser difícil encontrar em outra nação na América Latina onde a diagnose fosse tão amplamente compartilhada ou a política do governo tão plenamente apoiada (SKIDMORE, 2000a, p.381)



No segundo ponto, referente à seleção de uma estratégia adequada para o desenvolvimento, de acordo com Skidmore, durante a década de 50 os governos alternaram entre uma política nacionalista e uma “política moderadamente cosmopolita”, podendo ser vista “[...] como um período em que o Brasil seguiu uma estratégia mista, valendo-se do investimento público e privado, interno e externo, para desenvolver a base industrial e o capital social necessários para uma economia industrializante.” (SKIDMORE, 2000a, p.381). Vale ressaltar aqui que para o brasilianista foi na era Dutra que se iniciou o debate sobre a estratégia de desenvolvimento a ser adotada. Três fórmulas foram identificadas pelo autor: a neoliberal, a nacionalista radical e a nacional desenvolvimentista. A primeira, predominante na UDN, pregava o cumprimento das diretrizes referentes a medidas fiscais, monetárias e de comércio exterior a partir dos princípios ortodoxos estabelecidos “[...] pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados [...]”; para seus defensores as “[...] limitações impostas pelo governo ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens, deveriam ser reduzidas ao mínimo.” (SKIDMORE, 2000a, p.118). A nacionalista radical, que contava com o apoio de uma ala esquerda do PTB e com o PCB, foi mais uma polêmica política do que uma fórmula econômica para o autor. Culpaando a aliança entre investidores e governos capitalistas pelo subdesenvolvimento brasileiro foi lacônica em sugerir medidas; “[...]o nacionalismo radical era dirigido, não a uma revisão da estratégia brasileira para o desenvolvimento, mas para desacreditar a elite política, como prelúdio a uma reordenação radical da ordem social.” (SKIDMORE, 2000a, p.121). Por fim, a mais pragmática e mais difundida das três posições, a desenvolvimentista-nacionalista, de acordo com Skidmore foi defendida pelo PSD e pelo PTB. Desenvolvida pela CEPAL a partir de 1949, embora precisasse de “definições mais precisas” em nível “teórico e empírico”, entendia que “a nova estratégia”, já que o processo de industrialização ocorrido no Atlântico Norte era inadequado ao Brasil:

[...] deveria visar uma economia mista, no qual o setor privado recebia novos incentivos, na proporção de um determinado número de investimento. Ao mesmo tempo o Estado interviria mais diretamente, através de empresas estatais e de empresas de economia mista, no sentido de romper os pontos de estrangulamento e assegurar o investimento em áreas nas quais faltasse, ao setor privado, quer a vontade, quer os recursos para se aventurar (SKIDMORE, 2000a, p.118-119).

O capital privado estrangeiro só deveria ser aceito quando fosse objeto de cuidadosa regulamentação, podendo, nesses casos, cumprir um papel importante. Para o brasilianista, embora não tenha afirmado diretamente, a correção de alguns problemas por volta de 1950, inclusive o fato do Brasil ter se tornado um país dual, ou seja, com muitos desequilíbrios regionais, passava por um ponto importante da fórmula do nacionalismo desenvolvimentista, como fica evidenciado nessa afirmação que coloca a economia mista como melhor solução: “A correção desses desequilíbrios requeria uma política de investimentos ponderada. A solução mais lógica deveria conjugar a promoção de empresas estatais com o uso de meios para coordenar e dirigir os investimentos particulares” (SKIDMORE, 2000a, p.122).

Com relação ao terceiro ponto, onde era necessário elaborar uma estratégia política para assegurar o apoio público à estratégia de desenvolvimento, para o autor, a base política foi escolhida pela primeira vez no retorno de Vargas: PSD, PSP e PTB. Essa estratégia foi estendida por Juscelino Kubitschek até a última consequência, sem a criação de uma nova linha. Aqui, novamente, a deficiência partidária foi enfatizada: “O que faltava de forma mais evidente a esta estratégia era qualquer compromisso definido do partido, quer em relação à diagnose da situação econômica, quer em relação à política escolhida para o desenvolvimento” (SKIDMORE, 2000a, p.382). O principal amparo de Juscelino foi o PSD, partido sem ideologia mantido através de recompensas políticas, sendo o “sucesso” da sua “política econômica” o resultado direto de seu “sucesso no sentido de manter a estabilidade política”. “O segredo estava na sua habilidade em encontrar algo para cada um enquanto evitava conflitos” (SKIDMORE, 2000a, p.207). Para Skidmore, em curto prazo tal tática “pragmática” para as questões econômicas e de estratégia desenvolvimentista foi vantajosa:

Ajudou a dissolver desacordos latentes e a evitar conflitos de política administrativa sobre os papéis relativos das classes no esforço desenvolvimentista. A longo prazo, porém, esta evasão às questões básicas se revelaria desastrosa quando, sob Jânio Quadros e Goulart, a liderança política se deteriorou por completo (SKIDMORE, 2000a, p.382)

Desse modo, segundo Skidmore, foi no terceiro ponto que o Brasil falhou na tentativa de mobilizar todos seus recursos durante o período democrático. O “consenso político”, necessário para a resolução dos problemas e o conseqüente desenvolvimento econômico, desde Vargas e, especialmente, com Kubitschek, mantido por um esforço improvisador desses líderes, devido a posição não programática dos principais partidos governistas, foi deteriorado em 1964, agravando ainda mais a crise e a possibilidade de solução das questões econômicas no jogo político aberto. Tal fato fez com que os militares adotassem uma postura diferenciada nesse terceiro elemento da mobilização para o desenvolvimento. Na estratégia política, segundo Skidmore, Castelo Branco encontrou o mesmo problema de todos presidentes desde 1945: a impopularidade de um programa anti-inflacionário, escolhendo como uma saída o que Goulart “[...] parece ter considerado em 1964: uma solução francamente anti-democrática”.

De vez que o diagnóstico econômico sugeria que não havia alternativa a um rigoroso programa antiinflação e uma constante atenção à necessidade de renegociar e regularizar a dívida externa, o governo Castelo Branco relegou o retorno ao governo constitucional a um plano secundário. Levou às derradeiras conseqüências o que parecia ser a lógica inerente às medidas desesperadas de Quadros e Goulart: uma suspensão do processo democrático normal durante um período de emergência. A suspensão do sistema político existente entre 1945 e 1964 tinha, pois, uma conexão direta com o ritmo de desenvolvimento econômico e com a crise econômica que se evidenciou desde a Segunda Guerra Mundial. Confrontado com o problema de reveses eleitorais, enquanto prosseguisse um programa antiinflacionário, o governo Castelo Branco preferiu mudar as regras do jogo eleitoral de forma a que não pudesse sofrer derrota. (SKIDMORE, 2000a, p.385)

Fica assim evidente na interpretação de Skidmore que a falta e a impossibilidade de uma estratégia política adequada para gerar consenso político dentro do sistema democrático e colocar o Brasil novamente no caminho do desenvolvimento econômico num momento de crise acabou contribuindo para a própria suspensão do sistema. Essa é a via de mão dupla entre as esferas política e econômica a qual nos referimos acima: como o sistema democrático brasileiro, deficiente em alguns pontos, foi incapaz de dar sustentação ao necessário

desenvolvimento econômico, a crise deste contribuiu para a sua derrocada. O desenvolvimento econômico seria buscado a partir de 1964 numa base estabilizada, porém autoritária.

No final da obra, observando nas alterações institucionais do novo regime uma racionalização do autoritarismo para um longo prazo, Skidmore demonstrou um certo ceticismo quanto à possibilidade da retomada de uma estrutura democrática para os próximos anos. A inexistência da possibilidade de organização de novos grupos, a rejeição do eleitorado, enfim, o fechamento cada vez maior do sistema político, tornava a sociedade – elite e o grande público – mal preparada para um possível retorno do sistema democrático. Não obstante, existe uma tensão nesse ponto, pois, ao mesmo tempo em que a democracia parece estar longe, Skidmore expressou na introdução do livro, após comentar sobre o peso das pressões econômicas nas escolhas políticas, que a democracia era um “ideal” do país, o que indicou a possibilidade de um dia tal sistema ser novamente alcançado ou, ao menos, procurado. Nesse sentido, essa experiência democrática de 45 a 64, presa entre dois períodos autoritários, pode ser vista como mais uma tentativa frustrada do Brasil em responder ao seu “desafio fundamental” e ascender para o industrialismo-democrático vigente no mundo Ocidental.

Se bem que o estilo e as instituições políticas possam mudar, o desafio fundamental permanece: como pode o Brasil reconciliar o seu ideal democrático com as tensões sociais resultantes do hiato entre a rápida modificação social de seu passado recente e as enormes tarefas do desenvolvimento que ainda faltam ser cumpridas? (SKIDMORE, 2000a, p.20)

Nessa questão, por conta de uma alteração, não podemos afirmar se proveniente de uma vontade intencional do autor ou então fruto de um erro da equipe de tradução, a versão original possibilitou um melhor entendimento<sup>97</sup>. Nela, Skidmore relacionou os seus três níveis de interpretação: como o político (ideal democrático) pode se relacionar bem com o social

---

<sup>97</sup> “[...] between the rapid economic change of her recent past” (SKIDMORE, 1967a, p.XVIII) foi alterado para “[...] entre a rápida modificação social de seu passado recente” (SKIDMORE, 2000a, p.20).

(tensões sociais), sendo que essa última esfera é influenciada por uma má estruturação econômica (rápidas mudanças econômicas de um lado e muitas tarefas do desenvolvimento para serem cumpridas do outro). Na análise da experiência democrática mal sucedida de 45 a 64 podemos pensar que estão subjacentes algumas indicações do autor caso o país novamente enfrentasse esse seu “desafio fundamental” – que também era um pouco norte-americano, já que os Estados Unidos com a Aliança para o Progresso, num primeiro momento, buscavam desenvolver as instituições democráticas nos seus vizinhos a partir do desenvolvimento econômico. Como afirmamos ao longo desse capítulo, a reflexão de Skidmore contradisse e flexibilizou os caminhos definidos por uma teoria da modernização clássica, apontando para a importância da esfera política dentro do processo modernizador. Para que a democracia fosse bem sucedida no país era necessário que suas instituições acompanhassem as alterações nos outros níveis, o que significava, entre outros elementos, ter partidos representativos e organizados em linhas ideológicas coerentes, sendo esse ponto fundamental para a condução do desenvolvimento econômico e, só assim, acabar, ou então, conter, as tensões sociais que daí surgiriam e alcançar gradativamente a modernização do país em todas as esferas. Como na experiência analisada o Brasil falhou em desenvolver suas instituições democráticas a esse nível retornou a sua tradição política autoritária, que alterou novamente as regras do sistema constitucional para seguir os mesmos objetivos de desenvolvimento e reforma social, condizentes, como o próprio Skidmore ressaltou, com as aspirações dos Estados Unidos nesse momento.

Foi no apêndice que Skidmore tratou mais detidamente das relações entre Brasil e Estados Unidos. O autor não atribuiu ao último a culpa pelo golpe de 1964, postura que identificou na esquerda. Mantendo-se coerente, reafirmou sua linha interpretativa: “[...] a reviravolta política de 1964 é explicável em termos das forças políticas que tem disputado o controle do Brasil desde 1945”.(SKIDMORE, 2000a, p.390). Quanto a uma participação

efetiva e um patrocínio direto dos norte-americanos como aconteceu na Baía dos porcos e na Guatemala, foi enfático: “A resposta é, sem dúvida, negativa. Não existe prova para apoiar a alegação de que os conspiradores militares teriam sido subsidiados ou dirigidos pelo governo dos Estados Unidos” (SKIDMORE, 2000a, p.392).

A participação dos Estados Unidos nos impasses foi avaliada em termos de apoio político pós-golpe, ou seja, do rápido reconhecimento do novo presidente pelo governo de Washington. Dois pontos são levantados pelo autor nesse processo. No primeiro, não deixou de afirmar que mesmo a partir de uma estratégia errada havia o motivo da busca de constitucionalidade na atuação dos Estados Unidos. Para o autor foi a embaixada norte-americana, sob o comando de Lincoln Gordon, a principal responsável pelo rápido reconhecimento. Entre os objetivos estava fortalecer os militares moderados e enfraquecer aqueles que eram avessos a formalidades constitucionais: os linha dura. O Ato Institucional, uma medida que contradisse “[...] o raciocínio constitucional que os Estados Unidos louvaram tão pressurosamente em justificativa de pronto reconhecimento” (SKIDMORE, 2000a, p.396), mostrou logo o erro da tática. Skidmore ainda afirmou: “Nascida do que foi essencialmente um golpe militar, a revolução de 1964 não podia ser contida dentro de limites constitucionais normais, fosse o que fosse que o governo dos Estados Unidos tivesse esperado e para isso trabalhado” (SKIDMORE, 2000a, p.397). Por outro lado, ao mesmo tempo, Skidmore também observou outros interesses estadunidenses na ação, revelando que havia suspeitas disseminadas na embaixada de que Goulart virava-se para a esquerda. Para o autor foi evidente a simpatia do governo norte-americano pelos conspiradores militares e pelo caminho proposto por eles, confirmada com o aumento do auxílio econômico ao Brasil depois de 1964<sup>98</sup>. Essa postura do governo dos Estados Unidos, bem como em outras atuações na

---

<sup>98</sup> Num nível mais amplo, essa relação entre os interesses do exército brasileiro e dos Estados Unidos fez Skidmore levantar outra hipótese: até que ponto a mentalidade dos militares brasileiros foi influenciada indiretamente pelos Estados Unidos. Mesmo que não tenha desenvolvido essa reflexão, por dizer que ela ultrapassaria os limites de um apêndice, sugeriu que essa influência poderia ser encontrada na Escola Superior de

economia brasileira daquele país, foi vista como atendendo a certos interesses dos norte-americanos, mas não com o olhar crítico da teoria da dependência ou da “New Left diplomatic history”, que naquele momento traçavam ligações com o imperialismo e a inadequação do sistema capitalista mundial para suprir as necessidades dos países em desenvolvimento.

Outro ponto que gostaríamos de chamar atenção na obra diz respeito às notas de rodapé. As quinhentas e cinquenta e nove notas espalhadas por toda obra também contribuem para o entendimento dos caminhos que Thomas Skidmore trilhou na construção de seus argumentos, permitindo, em termos gerais, a observação do modo como o autor circulou entre as principais referências intelectuais que contemplaram seu objeto de estudo, assim como dos materiais a que teve acesso. Dissemos em termos gerais pelo caráter aqui já citado num dos tópicos desse capítulo de muitas delas: como um livro disposto a ser uma espécie de guia de pesquisa, suas notas, na maioria das vezes, não trouxeram somente as referências aos autores utilizados, elas surgem com uma série de indicações bibliográficas dos assuntos tratados, dificultando a posição do intérprete na percepção dos principais autores realmente trabalhados. Outro complicador para essa tarefa é a rara aparição de citações diretas no texto, praticamente inexitem citações retiradas de outros livros na obra, suas influências de outros autores foram muito diluídas no meio das argumentações e relato dos fatos.

Apesar das complexidades, algumas características da abordagem do autor ficam claras quando nos detemos nas notas: a primeira, como era de se esperar, está ligada ao fácil acesso do autor a dois códigos acadêmicos sobre as questões para as quais atentava – afinal, nos seis anos preparando a pesquisa Skidmore esteve tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos –, sua obra é uma constante oscilação entre as idéias dos acadêmicos estadunidenses sobre o Brasil e, naturalmente, as idéias de Brasil dos brasileiros. Contrariando as afirmações

---

Guerra, onde o exercito norte-americano prestava assistência e pode ter moderado ou fortalecido uma ideologia anticomunista na oficialidade brasileira.

de Francisco de Assis Barbosa (BARBOSA, 2000, p.7), referente à primazia de autores estrangeiros nas notas, percebemos que, excluindo as pesquisas citadas como fonte de documento e não como referência interpretativa, há um número maior de citações que indicam pesquisas editadas no Brasil. Em nosso levantamento, sem excluir repetições, foram contabilizadas 552 citações de pesquisas nas notas. Dessas, 215 se referiram a obras publicadas no exterior e 337 a obras editadas no Brasil. Segundo, tornou-se evidente que o historiador brasilianista não se deteve somente no diálogo com os historiadores na construção dos argumentos, o que pode estar relacionado a uma série de fatores. É certo que, muitas vezes, seu recorte temporal (1930-1964) e seus objetos exigiram o contato com outras disciplinas – o tratamento das questões econômicas muito recentes, por exemplo, passava necessariamente pelo trabalho de economistas sobre o assunto. Vale lembrar também que sua formação facilitava o diálogo com as ciências sociais: na graduação seus estudos se voltaram para a ciência política e a filosofia e na Inglaterra a ênfase foi para a filosofia política e a economia. Ademais, como vimos anteriormente, o diálogo entre a história e as ciências sociais no campo de estudos latino americanos consolidou suas bases na década de 1960, favorecendo esse tipo de abordagem. Por outro lado, a ausência de muitos historiadores brasileiros em sua bibliografia também se relaciona à ênfase dada pelos estudos históricos brasileiros aos períodos da colônia e do império – não são poucos os alertas do autor para a falta de pesquisas em algumas áreas: “Não existe ainda nenhum estudo que examine a história dos partidos políticos desde a segunda guerra mundial” (SKIDMORE, 2000a, p.423) ou “Considerando sua importância na moderna história brasileira, o Exército tem sido relativamente pouco estudado” (SKIDMORE, 2000a, p.424)<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> Ainda podem ser encontrados outros trechos em que Skidmore ressalta a escassez de alguns estudos; na página 401 ele se refere à falta de pesquisas sobre a República Velha, na página 419 ele afirma: “Não é de surpreender que os estudos eruditos da história do nacionalismo econômico no Brasil sejam quase inexistentes” (SKIDMORE, 2000a, p.419).



Se nos prendermos aos autores brasileiros citados por Skidmore vemos que surgem na obra nomes das mais variadas estirpes e orientações. Entre os historiadores, por exemplo, aparecem nas notas aqueles que fizeram os primeiros esforços de sistematização do período, entre eles: José Maria Bello, Américo Jacobina Lacombe, Leoncio Basbaum, Nelson Werneck Sodré, Edgar Carone e Hélio Silva. Também são citados, entre outros, Vitor Nunes Leal, José Honório Rodrigues, Caio Prado Junior e Francisco Iglesias. Entre os cientistas sociais, cientistas políticos e economistas outros nomes importantes destacam-se: Octavio Ianni, Gabriel Cohn, Francisco Weffort, Azis Simão, Orlando M. Carvalho, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Oliveiros S. Ferreira, Glauco Carneiro, Gláucio Ary Dillon Soares e Delfim Neto.

Naturalmente, em meio a essa grande variedade de autores alguns se destacaram como mais citados. Em “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” percebemos um forte diálogo com autores brasileiros que a partir da segunda guerra, especialmente na década de 50, estavam enquadrados dentro de uma nova matriz explicativa que de algum modo encontrava-se muito próxima das perguntas e hipóteses dos acadêmicos norte-americanos relativas à história dos países latinos, ou seja, refletiam também sobre a questão do desenvolvimento e da modernização. De acordo com Lúcia Lippi (2001, p.146-147), nas ciências sociais, essa nova matriz, influenciada pelas análises econômicas da CEPAL, com grande peso para os trabalhos de Celso Furtado, ambos muito presentes nas reflexões de Skidmore, teve como grande tema os estudos sobre a “mudança social”. Os cânones da “Sociologia do Desenvolvimento”, que se desenvolvia no mundo, difundiram-se no Brasil e as pesquisas voltaram seus olhos para os condicionantes sociais do desenvolvimento, centrando suas reflexões, principalmente, na dicotomia arcaico versus moderno. No arcaico estava o mundo da família, o contato pessoal, o trabalho artesanal, o mundo rural; no moderno a norma jurídica, o contrato entre as partes, o trabalho industrial, o mundo urbano. Segundo Lippi (2001, p.147): “[...] o estudo das

resistências à mudança passou a ser o eixo da maioria dos trabalhos sociológicos. Caberia à sociologia estudar e produzir conhecimentos capazes de apressar a passagem do mundo arcaico ao moderno”. O coronelismo, o clientelismo e o populismo, que apontam certos impasses no processo de modernização do país, foram algumas das categorias construídas para a interpretação do Brasil da época e que estão muito presentes na interpretação de Skidmore.

Nesse quadro estão as análises do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBESP), mais tarde Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), conhecido por sua ideologia nacional-desenvolvimentista. O “Cadernos do nosso tempo”, publicação da instituição entre 1952 e 1956, está, junto com uma de suas figuras mais importantes, Hélio Jaguaribe, entre as maiores presenças na bibliografia de Skidmore. Jaguaribe, inclusive, foi reconhecido nos agradecimentos da obra, ao lado de Octavio Dias Carneiro, “[...] por muitas horas de conversa estimulante sobre o período abrangido por este livro, bem como por numerosas sugestões úteis ao seu manuscrito” (SKIDMORE, 2000a, p.15). No artigo “Hélio Jaguaribe: um guerrilheiro armado”, publicado em 2000, numa obra organizada em homenagem ao autor, Skidmore revelou com mais detalhes a relação entre os dois estudiosos. Por recomendação de amigos afirmou ter conhecido Jaguaribe ainda no início de 1960, durante suas primeiras visitas ao Brasil, quando diz ter percebido o “intelectual dinâmico” com quem travara contato: “I thereafter spent many an hour learning from him about Brazilian history, including such key events as the suicide of Getúlio Vargas and the resignation of Jânio Quadros” (SKIDMORE, 2000b, p.297). Com o golpe de 1964 Jaguaribe saiu do país e com a ajuda de Skidmore conseguiu uma posição como professor visitante na Universidade de Harvard, onde permaneceu por dois anos. Nesse momento Skidmore escrevia “Brasil: de Getúlio a Castelo”, para o qual, segundo o autor, a ajuda de Jaguaribe foi “indispensável”.

Além da influência das análises pioneiras do ISEB e de Jaguaribe sobre a questão do populismo – que se enquadram nessa nova matriz explicativa, como já afirmamos anteriormente –, alguns outros pontos de suas percepções da realidade brasileira são fundamentais na interpretação do brasilianista. Como exemplo, podemos citar a imagem que Skidmore apresenta a respeito da classe média brasileira; dois textos do “Cadernos do nosso tempo” são fundamentais na construção do perfil do grupo pelo autor: o primeiro, “Situação política brasileira”, publicado sem autoria no nº2 de 1954, traz a reflexão reafirmada por Skidmore sobre a relação entre o grupo e o exército, sendo o último aquele que representa o primeiro em muitas situações políticas devido ao fato de ser formado por elementos pertencentes a ele. Esse texto é um ótimo exemplo da nova matriz explicativa no pensamento brasileiro dos anos 50. Entre suas afirmações está a reflexão sobre a inautenticidade das instituições políticas brasileiras decorrentes da existência de um Brasil arcaico e um Brasil contemporâneo, um Brasil de economia primária e rudimentar e um Brasil de economia diferenciada e de elevado moral tecnológico (SITUAÇÃO..., 1954). Nesse quadro, foi pontuada a incapacidade dos partidos políticos em corresponder a dinâmica econômico, social e política do país – reflexão também presente nas afirmações de Skidmore. O segundo texto, “O moralismo e a alienação das classes médias”, publicado no mesmo número que o artigo anterior e também sem autoria, deu a Skidmore, como o próprio título indica, a idéia do moralismo nas atitudes do grupo, repetida mais de uma vez na obra<sup>100</sup>. Nesse caso, a análise de Skidmore foi menos esquemática e conceitualizada que a original, trazendo do texto apenas a idéia central para referendar sua interpretação dos fatos. O mesmo aconteceu com alguns trabalhos citados de Hélio Jaguaribe, onde Skidmore absorveu nas suas explanações sintéticas e gerais alguns pontos das reflexões de caráter mais conceitual do brasileiro – isso

---

<sup>100</sup> Por exemplo nesses trechos: “Esses moralistas políticos jogavam com a tendência que tem a classe média para avaliar a política em termos de honestidade pessoal” (SKIMODRE, 2000a, p.154); e: “O caso teve repercussão e forneceu aos antigetulistas uma oportunidade de explorar os receios da classe média sobre a “imoralidade” e “corrupção” existentes no governo, receios que eram partilhados pelas classes armadas (SKIDMORE, 2000a, p.162).

ocorreu com os textos de Jaguaribe citados nos capítulos 6 e 7 da obra: a “A renúncia do Presidente Quadros e a crise política brasileira” publicado por Jaguaribe na “Revista Brasileira de Ciências Sociais” em 1961 e “As eleições de 1962” publicado na “Tempo Brasileiro” de 1962.

Outra fonte bibliográfica de peso em “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”, foi a “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, originária do que Forjaz (1997) chamou de uma “Ciência Política mineira tradicional”. Vinculada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, desde o princípio foi liderada por Orlando M. Carvalho. A revista, cujo núcleo central foi formado por juristas, a grande maioria com experiência direta na política através de partidos conservadores como o PSD e a UDN, publicou autores de diversas partes do Brasil, inclusive os intelectuais do ISEB<sup>101</sup>, caracterizando-se, principalmente, pelos estudos de sociologia eleitoral. Herdeira de um pensamento político que tinha como preocupação central um certo temor de que os partidos não se mostrassem atentos às necessidades de um Brasil moderno (LAMOUNIER, 1982, p.415), destacou-se por avançar nas reflexões e dar balizamento empírico à temática da falta de representatividade e a precariedade desses. Vários são os artigos citados por Skidmore que avaliaram quadros regionais e resultados de eleições publicados na revista<sup>102</sup>. Podemos destacar aqui o artigo de Pompeu de Souza “Eleições de 62: decomposição partidária e caminho da reforma”, referência seguida pelo brasilianista ao tratar do caráter não definido dos partidos, observado pela crescente predominância de coalizão nas eleições. Tal fenômeno foi visto por Pompeu de Souza (SOUZA, 1964, p.7) como a “progressiva inautenticidade da representações partidárias”.

---

<sup>101</sup> Entre eles podemos citar Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Foi também nessa revista que Skidmore publicou seu primeiro artigo no Brasil: Gilberto Freyre e os primeiros tempos da república brasileira, “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, n.22, 1967, p.143-168

<sup>102</sup> Por exemplo: A. Fay de Azevedo. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, n.8, 1960; Azis Simão. O voto operário em São Paulo. “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, n.1, 1956; Orlando M. Carvalho. Os partidos de Minas Gerais e as eleições de 1958. “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, n.8, 1960.

No trabalho com a bibliografia estrangeira, assim como na nacional, além do esforço interdisciplinar<sup>103</sup>, encontramos uma variedade imensa de autores que trabalharam com o Brasil e com toda América Latina. Entre esses nomes destacaram-se alguns formados antes ou durante o impulso da Revolução Cubana, como é o caso de Rollie E. Poppino e Robert Alexander, que foram motivados pelo clima da guerra fria a encontrar e entender a esquerda na região. Ambos serviram de apoio a Skidmore na definição desses movimentos e grupos no Brasil, mesmo que em alguns pontos fosse no sentido contestável. Nessa bibliografia estrangeira, estão nomes, como o do próprio Alexander e também o de John J. Johnson, responsáveis pela afirmação e construção de uma teoria da modernização clássica nas análises para o continente. Como exemplo podemos citar um dos artigos citados por Skidmore de Robert Alexander, “The emergence of modern political parties in Latin America”, que traz uma noção bastante condizente com as afirmações clássicas da teoria. Muito mais otimista que Skidmore com a política partidária e com o papel da classe média na região, em um trecho Alexander esboçou duas questões fundamentais: o surgimento dos “partidos modernos” no continente como reflexo das mudanças econômicas e sociais, e, em seguida, uma confiança nos grupos médios, responsáveis por fazer com que a política deixasse de ser um jogo da pequena classe governante:

At least in part, the emergence of modern political parties in Latin America is a reflection of the basic economic and social changes that have taken place during the last two generations. With the development of important middle groups in society, politics is no longer, as it was during the first century of independence, merely a game played among rival cliques of a small ruling class.” (ALEXANDER, 1964, p.101)

Contudo, como já deixamos evidenciado, a interpretação de Skidmore está mais próxima de concepções que procuravam revisar alguns pressupostos da teoria nos Estados

---

<sup>103</sup> Como evidência basta citarmos alguns dos vários periódicos estrangeiros em que procurou se apoiar: Foreign Policy Reports, Public Administration Review, Foreign Affairs, Journal of Inter-American Studies, Proceeding of the Academy of Political Science, Review of Economics and Statistics, Latin American Research Review, Luso Brazilian Review, The Hispanic American Historical Review e as publicações francesas Revue Française de Science Politique e Sociologie du Travail.

Unidos. Dessas análises, algumas figuraram com certa importância na lista dos trabalhos consultados pelo autor, o que confirma seu conhecimento a respeito das novas linhas interpretativas. Nesse sentido, podemos citar aqui dois autores que, além de constarem na bibliografia, estão presentes nos agradecimentos entre “os amigos e colegas” dos quais o autor recebeu conselhos e sugestões. O primeiro, o economista Albert Hirschman, teve o livro “*Journeys toward progress*”, publicado em 1963, citado quatro vezes por Skidmore. Para Berger (1995, p.132), essa obra de Hirschman foi uma das pioneiras no grupo dos “conservative development theorists” por pontuar a possibilidade de evolução das nações dentro de estruturas tradicionais existentes. Essa interpretação de Berger é válida, como podemos depreender desse trecho da introdução de Hirschman ao refletir sobre o que chamou de “velho paradoxo da mudança”: “Rather, I am trying to show how a society can begin to move forward as it is, in spite of what it is and because of what it is” (HIRSCHMAN, 1964, p.6). O outro autor é Nathaniel H. Leff, do qual Skidmore teve como apoio um manuscrito não publicado intitulado “*Economic Policy and Economic Development in Brazil, 1947-1962*”, que, segundo o brasilianista, continha “[...] uma interpretação muito interessante da influência do nacionalismo e das doutrinas pró-industrialização entre os formuladores de políticas do Brasil” (SKIDMORE, 2000a, p.456). Tal manuscrito provavelmente resultou no livro “*Economic policy-making and development in Brazil, 1947-1964*” publicado em 1968 e traduzido no Brasil em 1977 como “*Política econômica e desenvolvimento no Brasil 1947-1964*”. Nele, como o próprio título deixa evidenciado, foi dada à esfera política um papel fundamental na interpretação das questões do desenvolvimento econômico. Podendo ser ele uma das fontes que contribuíram com Skidmore na relativização do foco da teoria da modernização clássica. Na sua análise, Leff deu destaque a alguns traços estruturais específicos da política brasileira que influíram nos caminhos da economia; segundo esse autor, por exemplo, no Brasil o governo conseguiu certa autonomia na formulação de uma

política econômica a partir do sistema político de clientela, neutralizador das pressões de grupos de interesse e de classes socioeconômicas, o que fez com que o país enfrentasse relativamente bem alguns problemas econômicos em certos períodos – quadro bastante parecido com o que Skidmore esboçou para o sucesso econômico do governo Juscelino Kubitschek já citado anteriormente. De acordo com Leff (1977, p.160): “A política de clientela tornou possível a ação política baseada na opinião de elite, a qual, no Brasil pós-guerra, adotou uma ideologia econômica modernizadora”. Outros autores, como John Wirth, Warren Dean, Richard Morse, Irving L. Horowitz e Charles W. Anderson, citados por Berger (1995) como parte do grupo que estava dentro do processo de revisão da teoria da modernização, também tiveram seus primeiros trabalhos presentes na bibliografia de Skidmore.

Outra característica visível ao tomarmos contato com as notas do autor é a utilização de uma grande quantidade de fontes. Como nas referências bibliográficas, apesar da variedade dos documentos, foi possível observar no transcorrer da obra a preferência, ou mesmo, o acesso do autor a determinados grupos de materiais. Em todo livro ficou claro o emprego de diversos documentos oficiais como, por exemplo, mensagens apresentadas ao Congresso Nacional de diferentes presidentes e alguns relatórios do Ministério da Fazenda sobre a situação da economia nacional. As temáticas econômicas, vale ressaltar, foram as que tiveram a maior presença de documentos estrangeiros para análise. Skidmore utilizou relatórios oficiais dos Estados Unidos, balanços sobre a economia brasileira de instituições privadas e estudos econômicos de universidades norte-americanas. Isso está de acordo com a sua afirmação no prefácio à edição brasileira:

[...] em alguns casos, usei intencionalmente fontes não brasileiras, por me parecerem mais vantajosas. Um bom exemplo é o uso dos relatórios trimestrais do Economist Intelligence Unit sobre a economia brasileira em 1963-1966, que tem a dupla vantagem de serem redigidos por experientados economistas, que não são nem brasileiros nem americanos. (SKIDMORE, 2000a, p.12)

As referências aos materiais utilizados também possibilitaram a constatação da predominância de determinados tipos de fontes quando o autor trabalhou o período mais distante e outros tipos de documentos quando a pesquisa se aproximou do seu próprio tempo. Nesse sentido, nos primeiros capítulos sobressaíram como documentos os livros ou artigos dos atores políticos da época, ou seja, memórias ou debates entre aqueles que estiveram envolvidos com a política do país no momento abordado pelo brasilianista. Para compreensão do período Vargas, por exemplo, surgiram nas notas livros como o do interventor Juraci Magalhães: “Minha vida pública na Bahia”; e o do interventor Benedito Valadares: “Tempos idos e vividos: Memórias”. Livros de pessoas que não participaram de grandes decisões ou que não se envolveram diretamente com o jogo político, mas que chegaram a respirar o ar dos acontecimentos também foram citados, como é o caso da filha de Getúlio Vargas, Alzira Vargas, com o seu “Getúlio Vargas, meu pai” e o livro “Fui secretário de Getúlio Vargas” do secretário particular de Getúlio, Luiz Vergara; também citou o “Perfil do Presidente Getúlio Vargas” escrito por Gilberto Amado – intitulado por Skidmore de “panfleto apologético” (SKIDMORE, 2000a, p.415).

A partir dos capítulos três e quatro, ou seja, da década de 50 em diante, houve uma alteração no corpo documental predominante. Na argumentação de Skidmore ficou evidente a preponderância de grandes jornais como fonte entre os materiais utilizados para compreensão dos fatos da política brasileira. Destacam-se entre os mais citados “O Estado de São Paulo” e “O Globo” nos capítulos sobre o segundo governo Vargas e o período Dutra, e “O Cruzeiro”, “Correio da Manhã”, “Jornal do Brasil” e o norte-americano “New York Times” para os governos de Jânio Quadros e, especialmente, João Goulart. Isto nos remete às suas afirmações sobre o período que esteve no Brasil em 1964:

Minha curiosidade foi se aprofundando, e via que os recortes de jornais, revistas, os panfletos que colecionava como “amador” iam ganhando volume, embora ainda não sonhasse que um dia viria a escrever um livro sobre o assunto... Colecionar informações era uma maneira para recompor o quadro e até determinar as diretrizes de novas pesquisas... Fazia tudo para me instruir e preencher lacunas de fatos e



nomes importantes que não sabia... Fui dando continuidade a isso como se fosse um hobby paralelo e não um trabalho científico. (MEIHY, 1990, p.261).

Como a primeira publicação da obra data de 1967 e as considerações de Skidmore alcançam o ano de 1964, podemos considerar que a disponibilidade de documentação sobre o período era ínfima, ainda mais por se tratar de um golpe militar. Os documentos utilizados pelo brasilianista para o passado mais próximo eram um dos poucos recursos que permitiam a compreensão do período na forma em que desejou abordá-lo, que foi, grosso modo, um estudo da política nacional que procurou destacar os principais fatos e grupos que a envolveram. O apoio de livros editados por alguns jornalistas na delimitação dos principais acontecimentos recentes também ocorreu. A obra organizada por Alberto Dinez (1964): “Os idos de março e a queda em abril”, especialmente o artigo do jornalista Carlos Castello Branco, “Da conspiração a revolução”, foi muito utilizado pelo autor nos momentos próximos ao golpe.

Foi essa preocupação com o passado recente que colocou Skidmore no bojo de uma temática que ganhou espaço primeiro entre os cientistas sociais no Brasil, tornando-o, do ponto de vista historiográfico, um precursor. Para Ângela de Castro Gomes, houve toda uma produção brasileira durante a década de 70 que elegeu os temas da política brasileira como seu principal enfoque, “expandindo o entendimento da política” e incorporando à história o “tempo presente como um período primordial de análise” (1996, p.65). Uma literatura que buscava a compreensão do fenômeno do autoritarismo no país e as causas do colapso do regime democrático de 1946. Contudo, Gomes também afirmou:

Nesta investida, os cientistas sociais saíram na frente, abrindo-se rapidamente ao estudo do passado para o entendimento do presente, seu território cronológico por definição. Os historiadores – e não só os brasileiros, é óbvio – foram muito mais resistentes, insistindo na desconfiança quanto a estudos que não oferecessem o recuo imprescindível à objetividade e impedissem o acesso prioritário a fontes arquivísticas e escritas (1996, p.66).

Francisco de Assis Barbosa, ciente das principais temáticas da historiografia norte-americana, queixou-se na apresentação do livro da ênfase no período colonial da

historiografia brasileira e do abandono pelos acadêmicos nacionais do “desafio histórico da época”: o mundo dividido em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Como relatamos aqui, Skidmore, nesse trabalho, não deixou de abordar essa questão. Dialogando com os desdobramentos e reformulações de uma teoria da modernização clássica, muito forte nos Estados Unidos e também presente no Brasil – especialmente nas análises dos cientistas sociais –, interpretou a história brasileira a partir de referências que enxergaram um país que comportava esses dois mundos. Essa explicação da experiência democrática fracassada do Brasil teve repercussão também nos Estados Unidos. Seu autor, não se colocando a favor de linhas interpretativas que começavam a contestar de maneira direta e cabal a tradição mais forte do campo, obteve o reconhecimento dos pares e a partir de então pode desfrutar de uma posição cada vez melhor no campo; verificada, sobretudo, na rápida evolução a partir da publicação do livro: em cinco anos, ou seja, até 1972, o historiador brasilianista alcançou a posição de “full professor”, publicou artigos em livros e importantes periódicos sobre o continente e tornou-se o primeiro presidente brasilianista da Latin American Studies Association (LASA) – a principal associação de latino americanistas nos Estados Unidos.

#### 4 Considerações Finais

A análise do brasilianismo desenvolvida nessa dissertação buscou contribuir para o entendimento do fenômeno em dois pontos fundamentais: o primeiro, mais ligado ao geral, buscou demonstrar as grandes tendências da especialidade e a posição ocupada pelos estudos brasileiros dentro do latino-americanismo – espaço onde se desenvolviam as pesquisas sobre todos os países da América Latina; o segundo, mais atento ao específico, tratou de enfatizar alguns momentos da trajetória de um dos participantes desse grupo – Thomas Skidmore –, com uma dedicação especial a sua primeira obra publicada sobre a história brasileira – “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”. Naturalmente, essas duas formas de observar o tema foram interagidas no transcorrer de nossa argumentação, uma vez que a primeira forneceu muitos subsídios para compreendermos melhor o segundo ponto.

Ao tratar das características gerais da produção historiográfica estadunidense a respeito dos países latino-americanos tomamos como base para nossas reflexões os artigos publicados no periódico “The Hispanic American Historical Review” entre 1955 e 1967. A partir da análise desse material, em comparação com o levantamento feito por Simpson (1949) para os anos anteriores, concluímos que o México manteve desde o início o status de país mais pesquisado pelos historiadores norte-americanos. O Brasil, apesar de figurar sempre na segunda posição, ganhou, junto de outras nações sul americanas, maior evidência dentro desse conjunto ao longo dos anos. Tal quadro está relacionado ao fato de que o campo de estudos latino-americanos sempre deu grande atenção a regiões de maior interesse para a política exterior norte americana, sendo sua ampliação, não só a quantitativa, mas também a do enfoque para temas de todos os países do continente, um reflexo da intensificação dos interesses econômicos e de segurança dos Estados Unidos com o hemisfério, iniciados nas

primeiras décadas do século e com novo e forte impulso a partir da Revolução Cubana em 1959.

A relação entre as políticas de Washington e os estudiosos dos países ao sul do hemisfério foi decisiva durante todo o período. Ela não se deu somente no serviço prestado por alguns acadêmicos a órgãos do Estado ou na definição das regiões e temas mais importantes; a interação com o governo resultou, principalmente, no compartilhamento de uma mesma forma de perceber e interpretar os problemas e a história dos países vizinhos. Dessa maneira, como as políticas de Washington, as interpretações dos acadêmicos latino-americanistas, aí incluso os dedicados ao Brasil, passaram pelo “anglo-saxonism”, pelo pan-americanismo e, depois da segunda guerra até os anos próximos da entrada de Thomas Skidmore nesse campo de estudos, pela teoria da modernização clássica.

Essa última corrente interpretativa, que estabeleceu uma relação direta entre desenvolvimento econômico, mudanças sociais e democratização, foi a base das políticas do programa da Aliança para o Progresso, resultado direto dos esforços dos Estados Unidos em manter a hegemonia no continente e o afastar do comunismo. Devido ao clima interdisciplinar que pairou sobre os estudos de área de todas as partes do mundo a partir de 1950, a teoria da modernização clássica, construída, inclusive, com o auxílio de alguns latino-americanistas, tornou-se dominante nas análises da região em todas as áreas do conhecimento. Contudo, com os fracassos da Aliança para o Progresso ainda na primeira metade da década de 60, começaram a entrar em cena as primeiras revisões e contestações dessa teoria, sendo o período em que Thomas Skidmore pesquisava para a elaboração de sua primeira obra sobre o Brasil, ou seja, entre 1961 e 1966, marcado pela decadência de alguns elementos da tendência interpretativa dominante no campo e sinais de uma nova fase que trouxe uma maior diversificação de visões acerca da região.

A obra “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” acaba por refletir esse cenário. Foi articulando os principais elementos da teoria da modernização que Skidmore interpretou os fatos da política brasileira entre 1930 e 1964. Não obstante, na análise empreendida aqui, concluímos que o autor destoou do otimismo da versão clássica, flexibilizando a ordem dos elementos e dotando-os de significações diferentes na construção dos argumentos. Desse modo, Skidmore pode ser enquadrado no grupo de pesquisadores que naquele momento iniciavam o processo de revisão da teoria e não de sua contestação, já que ele não se vinculou as noções radicais que ganhavam espaço nos Estados Unidos – especialmente as primeiras versões da teoria da dependência que pregavam a impossibilidade de desenvolvimento dos países sul americanos dentro da estrutura capitalista mundial.

Para Skidmore, o fracasso democrático brasileiro, dentre outros fatores, decorreu do não desenvolvimento do seu sistema político – esfera que no programa da Aliança para o Progresso e na teoria da modernização clássica era vista com menos importância do que as questões econômicas. Segundo o brasilianista, a estrutura política brasileira, deficiente em alguns pontos – especialmente na atuação partidária –, teve um papel fundamental, uma vez que foi incapaz de acompanhar as mudanças e as exigências da estrutura social e do necessário desenvolvimento econômico. Tal quadro, num sistema em que os militares, segundo o autor, tinham o importante papel de árbitros finais da política interna, levou ao fim do que denominou no subtítulo da versão em inglês da obra como “an experiment in democracy”, demonstrando, por um lado, um certo ceticismo quanto a possibilidade de evolução dentro de uma estrutura democrática para os próximos anos e, por outro, deixando subentendido que em uma provável nova oportunidade, afinal, consta na introdução da obra que a democracia era um ideal do Brasil, o país deveria reforçar seu sistema político para que esse conseguisse acompanhar e resolver os problemas do progresso econômico e, por conseguinte, da sociedade.

Esse livro encontrou seu espaço nos Estados Unidos e no Brasil, onde foi varias vezes editado. Seguindo as principais linhas da produção histórica estadunidense com temáticas brasileiras e latino-americanas, ou seja, dedicando-se ao passado mais recente num forte diálogo com especialistas de outras disciplinas, foi bem recebido pelo público leitor e, conseqüentemente, pelo mercado editorial. A partir da sua publicação o autor nunca mais voltou a pesquisar algo sobre a história da Alemanha, seu objeto de estudo no doutorado. Resultado de um apelo institucional, a pesquisa que deu origem a ele foi o primeiro passo de uma carreira de destaque não só no ambiente acadêmico. No Brasil, Thomas Skidmore teve uma participação significativa em importantes meios de comunicação impressos. Tal fato pode ser verificado sobretudo a partir de 1975, quando algumas resenhas de seus livros e muitas entrevistas com o autor ganharam destaque em importantes jornais e revistas do país – onde foram tecidos comentários sobre sua carreira, seus livros, sobre o brasilianismo e, principalmente, sobre política. Como afirmou Fernanda Massi (1990) o brasilianismo foi um prato cheio para a grande imprensa e em muitas ocasiões atuou levantando suspeitas e fomentando a rivalidade entre os pesquisadores brasileiros e os norte-americanos – características bastante visíveis em algumas perguntas feitas a Thomas Skidmore nas entrevistas<sup>104</sup>. Não obstante, especialmente no caso desse brasilianista, que acreditamos ser o que mais atuou nessa esfera, ao mesmo tempo em que se colocavam as suspeitas, foi destacado nas suas constantes participações como um importante comentador da política atual, com direito, inclusive, a fazer muitos prognósticos sobre o futuro. Vale ainda ressaltar que os comentários de Skidmore sobre os vários aspectos da vida brasileira, especialmente a política, continuaram a ocupar as páginas de alguns meios de comunicação até muito

---

<sup>104</sup> Como exemplo podemos citar as questões feitas no Jornal *O Globo* (THOMAS..., 1975, p.29): “Que dificuldades enfrentam, a seu ver, os pesquisadores brasileiros na consulta dos documentos históricos?” (o que remete as dificuldades geradas aos brasileiros pela ditadura militar e indiretamente a suposta facilidade que os brasilianistas tinham em consultar os documentos); na mesma entrevista: “Alguns pesquisadores brasileiros apontam contradições, e até mesmo informações incorretas, no seu livro “De Getúlio a Castelo”. Que diz dessas opiniões? Chegam a comprometer seu trabalho?”; ou então na entrevista do *O Estado de São Paulo* (MARINHO, 1984, p.11): “O sr. admite que seu enfoque era de simpatia pela Revolução brasileira?”.

recentemente<sup>105</sup>. Com o passar dos anos observa-se que a idéia de suspeita perdeu muito de seu espaço na imprensa e o autor foi apontado, em várias ocasiões, como uma fonte portadora de um discurso legítimo sobre a história brasileira e como um representante da opinião norte-americana a respeito do país<sup>106</sup>.

Ao lado da intensa participação na imprensa Skidmore manteve nos mesmos níveis sua produção acadêmica. Depois de “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”, além dos artigos publicados em importantes periódicos dedicados a região, Skidmore editou outros sete livros sobre a história brasileira e latino-americana. Em 1974 publicou nos Estados Unidos “Black into White: race and nationality in brazilian thought”, lançado no Brasil em 1976 com o título “Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro”. Em parceria com Peter H. Smith<sup>107</sup>, lançou em 1984 o livro “Modern Latin America”, pela Oxford University Press, que chegou em 2005 à 6ª edição nos Estados Unidos e até o presente momento não foi publicado no Brasil. A obra trata de diversos temas referentes aos países latino-americanos: tendências da política democrática e pluralista, NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e imigração. Em 1985, foi co-editor da obra “Cambridge Encyclopedia of Latin America and the Caribbean”, junto com Simon Collier e Harold Blakemore, ambos latino-americanistas. A obra faz parte de uma série dedicada a várias regiões do mundo, como China, União Soviética e África; nela são abordados temas gerais acerca da América Latina,

---

<sup>105</sup> Durante a década de 90 além do bom número de entrevistas existem também alguns artigos de sua autoria publicados principalmente em anos eleitorais, por exemplo: “Onde foram parar os conservadores” (SKIDMORE, 1994b), “Partidos tornam o Brasil ingovernável” (SKIDMORE, 1994a) ou “Por que levar a eleição a sério” (SKIDMORE, 1998c). Após o ano 2000 o número de participações diminui, entre as últimas podemos citar uma edição de 2005 da Revista Época, que trouxe uma entrevista feita pelo jornalista Ricardo Mendonça em que os principais assuntos foram as denúncias de corrupção no governo Lula e as eleições em 2006, e também a sua participação no programa “Roda Viva” do canal Cultura em 2005.

<sup>106</sup> Em muitos momentos as perguntas colocaram Thomas Skidmore como um ponto de partida para o entendimento dos brasileiros acerca da visão norte-americana sobre o Brasil; no Jornal da Tarde, por exemplo, lhe foi feita a seguinte questão: “Os americanos acham o Brasil um país viável?” (O BRASIL..., 1989). Já no “O Estado de São Paulo”, por ocasião da queda do presidente Fernando Collor, indagou o jornalista: “A reação do establishment americano ao que ocorreu nessas últimas semanas no Brasil foi de quase total desinteresse. Por que?” (PAÍS..., 1992).

<sup>107</sup> Peter H. Smith doutorou-se em 1966 na “Columbia University”, foi Professor Assistente de História na “University of Wisconsin” de 1968 a 1980 e Professor de História e Ciência Política no “Massachusetts of Institute Technology” de 1980 a 1986; Peter H. Smith tem outros livros publicados sobre a Argentina e o México.

dentre eles: história, geografia, cultura e economia. “The politics of military rule in Brazil, 1964-85” foi publicado simultaneamente nos EUA e no Brasil no ano de 1988, aqui sob o título de “Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves”. Em 1993 Skidmore organizou o livro: “Television, Politics, and the Transition to Democracy in Latin America”; a coletânea é formada por nove artigos e conta com a participação de onze pesquisadores dos Estados Unidos e da América Latina<sup>108</sup>. Os artigos trabalharam tópicos gerais e estudos de caso a respeito de países como Brasil, México, Argentina e Chile, tendo como principal temática o peso das ações políticas daqueles que controlavam a televisão. O livro ainda não foi traduzido para o português. Em 1994, Skidmore lançou uma coletânea de artigos, antes destinados a publicações especializadas ou conferências, com o título de “O Brasil Visto de Fora”, publicada somente no Brasil. O último livro editado por Thomas Skidmore foi lançado no Brasil e nos Estados Unidos, aqui com o nome de “Uma História do Brasil” no ano de 1998 e, no território norte-americano, em 1999 com o título “Brazil: Five Centuries of Change”. A obra é, praticamente, um guia de estudos sobre o Brasil, inicia com a chegada dos portugueses e finda com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

No Brasil foi a editora Paz e Terra que publicou ao longo dos anos todos cinco livros do autor. O número de edições de cada livro no presente momento são reveladores do sucesso que o historiador alcançou no mercado editorial brasileiro, o que elucida, possivelmente, as rápidas traduções dos livros e a relação de exclusividade da sua produção com a editora. A obra “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” recebeu em 2000 a 12ª edição; “Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro”, a 2ª edição em 1989; “Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves”, a 8ª edição em 2004; “O Brasil Visto de Fora”, a 2ª edição em 2001 e “Uma História do Brasil”, a 3ª edição em 2001.

---

<sup>108</sup> São eles: Douglas Gomery, Lawrence W. Lichty, James Schowoch, Enrique Zuleta-Puceiro, María Eugenia Hirmas, Venicio A. de Lima, Joseph Straubhaar, Organ Olsen, Maria Cavaliari Nunes, Carlos Eduardo Lins da Silva e Ilya Adler.



Com relação às publicações de Skidmore em periódicos acadêmicos – que têm uma dinâmica e objetivos diferentes do mercado editorial (seleção dos textos por um determinado conselho consultivo, não preocupação com grande vendagem) –, destaca-se a sua pequena participação em revistas brasileiras especializadas em história. Encontramos apenas dois artigos publicados: um editado pela revista “Estudos Históricos” e outro na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Sua participação em periódicos nacionais se deu em maior número em veículos mais gerais ou voltados para as ciências sociais, como são os casos das publicações na “Novos Estudos Cebrap”, na “Revista Brasileira de Estudos Políticos” e na “Cultura Vozes”. Cabe ressaltar que grande parte de seus artigos editados em revistas voltadas para o público acadêmico no Brasil é tardia: de um total de oito artigos o primeiro foi editado em 1967 (quando o alarde brasileiro ainda não tinha ganhado grande proporção) e seis deles foram publicados a partir de 1990<sup>109</sup>. Naturalmente, esse número é menor do que o da sua produção nos Estados Unidos, onde sua carreira acadêmica foi construída. A partir de nossas referências constatamos a publicação de 18 artigos no seu país de origem, sendo que mais da metade se deu em importantes periódicos dedicados aos países latino-americanos: “Hispanic American Historical Review” (2 artigos), “Latin American Research Review” (2 artigos) e “Luso-Brazilian Review” (6 artigos)<sup>110</sup>.

<sup>109</sup> Artigos publicados no Brasil: Gilberto Freyre e os primeiros tempos da república brasileira. “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, n.22, 1967, p.143-168; O negro no Brasil e nos Estados Unidos. “Argumento”, ano 1, n.1, 1973, p.25-45; Fato & Mito: descobrindo um problema racial no Brasil. “Cadernos de Pesquisa”, n.79, 1991; EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido? “Novos Estudos Cebrap”, n.34, 1992, p.49-62; Onde estava a ‘Malinche’ Brasileira? Mitos de origem nacional no Brasil e no México. “Cultura Vozes”, v.91, 1997, p.107-118; Os Estados Unidos e a América Latina: um permanente mal entendido. “Estudos Históricos”, n.24, 1999; Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras. “Novos Estudos Cebrap”, n.60, 2001; Dois historiadores pioneiros. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, v.163, n.417, 2002, p.149-154. Grande parte dos dados referentes a sua produção foram obtidos no site da *Brown University*, onde estão disponibilizados outros elementos da biografia do autor. (THOMAS..., 2006)

<sup>110</sup> Letter from Brazil: recent publications in history and the social sciences. “Luso-Brazilian Review”, v.4, n.2, 1967, p.111-119; em co-autoria com Thomas H. Holloway: New light on Euclides da Cunha: letters to Oliveira Lima, 1903-1909. “Luso-Brazilian Review”, v.8, n.1, 1971, p.30-55; Eduardo Prado: a conservative nationalist critic of the early Brazilian republic, 1889- 1901. “Luso-Brazilian Review”, v.12, n.2, 1975, p.149-161; The years between the harvests: the economics of the Castelo Branco presidency, 1964- 67. “Luso-Brazilian Review”, v.15, n.2, 1978, p.153-177; Race and class in Brazil: historical perspectives. “Luso-Brazilian Review”, v.20, n.1, 1983, p.104-118; Brazil's American illusion: from Dom Pedro II to the coup of 1964. “Luso-Brazilian Review”, v.23, n.2, 1986, p.71-84; em co-autoria com Peter H. Smith; Notes on quantitative history: federal

A explicação para essa tardia participação nos periódicos acadêmicos brasileiros – sobretudo pequena quando nos voltamos para os dedicados a história – passa por uma série de questões. De certo modo, a preocupação temática de Thomas Skidmore com a contemporaneidade o afastou dos principais temas e espaços da historiografia brasileira nos seus primeiros anos de dedicação ao Brasil; como já afirmamos, nesses anos, os historiadores brasileiros estavam voltados para o estudo do passado mais remoto. Vale também ressaltar, como afirmou Fernanda Massi (1990), que foram os franceses e não os norte-americanos os modelos intelectuais seguidos pelos historiadores brasileiros, o que elucida a maior participação dos primeiros nos veículos dedicados à história. Além disso, a distância de Skidmore das revistas nacionais por muito tempo – nesse caso também dos de ciências sociais – pode ter vínculos com o clima de suspeita que sempre pesou sobre alguns brasilianistas. Como foi lembrado por Pontes (1990), diferentemente de um grupo de norte-americanos que obteve boa relação institucional e intelectual com o Brasil, muitos, inclusive, atuando em algum momento da carreira como professor visitante no país, Skidmore, que nunca desfrutou de tal posição, foi enquadrado pela comunidade acadêmica nacional num grupo considerado de “reputação acadêmica dúbia ou pouco conceituada”, recebendo durante muito tempo fortes olhares enviesados sobre sua produção por parte de alguns leitores especializados, o que pode ter dificultado sua atuação nos meios acadêmicos nacionais.

Na outra parte do continente, contudo, a trajetória deste historiador, sem nenhuma suspeita e somada a de outros brasilianistas, contribuiu decisivamente para a estruturação dos estudos brasileiros nos Estados Unidos. A peculiaridade do seu percurso é o fato de ter iniciado a carreira acadêmica com os olhos voltados para um outro continente: a tese de doutorado de Skidmore foi sobre a História da Alemanha. Isto o diferencia de grande parte

---

expenditure and social change in Mexico since 1910. “Latin American Research Review”, v.5, n.1, 1970, p.71-85; Studying the history of Latin America: a case of hemispheric convergence. “Latin American Research Review”, v.33, n.1, 1998, p.105-127; The historiography of Brazil, 1889-1964: I. “The Hispanic American Historical Review”, v.55, n.4, 1975, p.716-748 e The historiography of Brazil, 1889-1964: II. “The Hispanic American Historical Review”, v.56, n.1, 1976, p.81-109 (THOMAS..., 2006).

dos brasilianistas desta geração, que vinham ao Brasil coletar dados para as suas teses de doutorado. Houve, contudo, características em comum. Esse grupo ficou precisamente conhecido como os “Filhos de Castro” (MEIHY, 1990), dado o impulso proporcionado pelos acontecimentos Cubanos aos estudos latino-americanos. Vinculado a uma instituição de elite Skidmore seguiu o apoio dado para o aprimoramento na formação de especialistas para o restante do continente. Segundo Bieber (2002), os principais cursos de história do Brasil foram dirigidos por especialistas formados na década de 1960, além de Thomas Skidmore com suas contribuições em Wisconsin e Brown, podemos citar John Wirth em Stanford, Robert Levine na Universidade de Miami, Joseph Love em Illinois, Warren Dean na “New York University” e Stuart Schwartz em Minnesota e Yale.

No fim de 2004 Thomas Skidmore tornou-se professor emérito na “Brown University”, onde ocupava a cadeira de História do Brasil desde 1988. Em entrevista cedida a nós em setembro de 2004, ao ser questionado sobre quais diálogos manteve com “homens públicos” nos Estados Unidos durante a sua carreira, relatou sem muitos detalhes o trabalho que exerceu fora do ambiente acadêmico, referindo-se, com mais destaque, a sua dedicação e importância no meio universitário norte-americano para o desenvolvimento dos estudos brasileiros:

My contracts in the U.S. have consisted of quiet regular briefings at the State Department especially for newly nominated U.S. ambassadors. My academic career in the U.S. has been dedicated to the promotion of Brazilian studies. This has often involved strengthening Brazilian studies in the universities as compared to the historically well-founded area of Spanish American studies. I think this effort has been very successful and Brazilian Studies is now well established in a large number of U.S. colleges and universities (informação pessoal) <sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> SKIDMORE, Thomas E. RE: Nova versão da “Entrevista” aluno Unesp (Brasil). [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@yahoo.com.br> em 30 set. 2004. Essa afirmação foi feita a nós numa entrevista realizada via e-mail com o pesquisador. Devido a esse caráter foi bastante limitada. Segue a pergunta enviada ao brasilianista: “No final da década de 1980 Riordan Roett afirmou não ter muitos interlocutores acadêmicos, ele disse que atuava “sobre a opinião de homens públicos”, como empresários, jornalistas, políticos, especialistas em relações internacionais e economistas. Em artigo da Revista Update, periódico da Ancham-SP (Câmara Americana de Comércio de São Paulo), foi relatado o caso de um aluno da Brown University, formado em História e em estudos luso brasileiros, que se tornou funcionário da Pyramid Research no Brasil, uma empresa de consultoria em telecomunicações. Foi recorrente entre os brasilianistas esse tipo de atuação que vai além do mundo acadêmico? No Brasil sua participação nos meios de comunicação é notável, e nos Estados Unidos, o senhor teve esse diálogo com os “homens públicos”?”

O professor que substituiu Thomas Skidmore na Brown University foi o também historiador brasilianista James Green<sup>112</sup>.

Com os resultados aqui apresentados, acreditamos ter contemplado os objetivos propostos no início desse trabalho. A reflexão sobre os brasilianistas e latino-americanistas, em especial sobre a trajetória de Thomas Skidmore e sua primeira obra, revelou com clareza as principais características desse campo de estudos, principalmente até 1967, e a posição desse historiador com relação a história do Brasil de 1930 a 1964. O percurso de Thomas Skidmore, em meio a tantas outras trajetórias dos muitos acadêmicos norte-americanos que se aventuraram a pesquisar o Brasil depois de 1959, foi significativo para a compreensão não só da historiografia norte-americana e do funcionamento das suas instituições, serviu, ao mesmo tempo, para que compreendêssemos a historiografia produzida no Brasil e as relações travadas entre os Estados Unidos e a América Latina.

---

<sup>112</sup> James Green é autor de “Além do Carnaval - A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século 20.” São Paulo: Unesp, 2000.

## 5 Referências

### Fontes impressas

CONCEIÇÃO, Fernando; DÁVILA, Walter. A era da dependência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 mai. 1998, Caderno Mais, p.5-9.

DÁVILA, Sérgio. Brasil não precisa mais deles, afirma Skidmore. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2000, Caderno Brasil, p.A4.

MARINHO, Beatriz. Thomas Skidmore. A paciência do brasileiro é fascinante. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 jul. 1984, p.11-12.

MASSI, Fernanda; PONTES, Heloísa. *Guia bibliográfico dos brasilianistas: Obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988*. São Paulo: Sumaré, 1992.

MEIHY, José Carlos S. B. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MENDONÇA, Ricardo. Thomas Skidmore. Novo risco Lula. *Época*, São Paulo, Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT1057227-1666-1,00.html>> Acesso em: 25 out. 2005

O BRASIL, segundo o brasilianista Skidmore. *Jornal da Tarde*, São Paulo, Caderno Política, 26 jun. 1989.

PAÍS precisa de reforma partidária. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 out. 1992.

SARDENBERG, Carlos. Um brasilianista de fé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1988.

SKIDMORE, Thomas E. RE: Nova versão da “Entrevista” aluno Unesp (Brasil). [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@yahoo.com.br> em 30 set. 2004.

SKIDMORE, Thomas. *The chancellorship of Caprivi: a constitutional study*. 1961. 406f. Tese (Ph.D.) – Harvard University, Cambridge, 1961.

\_\_\_\_\_. *Politics in Brazil, 1930-1964*. An experiment in democracy. New York: Oxford University Press, 1967a.

\_\_\_\_\_. Gilberto Freyre e os primeiros tempos da república brasileira, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.22, p.143-168, 1967b.

\_\_\_\_\_. The historiography of Brazil, 1889-1964: Part I. *The Hispanic American Historical Review*, v.55, n. 4, p.717-748, 1975.

\_\_\_\_\_. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_; SMITH, Peter. *Modern Latin America*. New York: Oxford University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_; COLLIER, Simon; BLAKEMORE, Harold. *The Cambridge Encyclopedia of Latin America and the Caribbean*. New York: Cambridge University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. (org). *Television, politics, and the transition to democracy in Latin America*. Washington : Woodrow Wilson Center, 1993.

\_\_\_\_\_. Partidos tornam o Brasil ingovernável. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, p.2, 14 ago. 1994a.

\_\_\_\_\_. Onde foram parar os conservadores? *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, p.2, 25 set. 1994b.

\_\_\_\_\_. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994c.

\_\_\_\_\_. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998a.

\_\_\_\_\_. Studying the history of Latin America: a case of Hemispheric Convergence, *Latin American Research Review*, v. 33, n.1, p. 105-127, 1998b.

\_\_\_\_\_. Por que levar a eleição a sério. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Brasil, p.1-9, 22 jul. 1998c.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

\_\_\_\_\_. Hélio Jaguaribe: um guerrilheiro armado. In: FILHO, Alberto V.; KLABIN, Israel; BARRETO, Vicente (orgs). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000b, p.297-300

\_\_\_\_\_. Racial mixture and affirmative action: the cases of Brazil and the United States. *The American Historical Review*, v.108, n.5, p. 1391-1396, 2003.

*The Hispanic American Historical Review*. Durham: Duke University Press, 1955-1967. Trimestral.

THOMAS Skidmore: um historiador americano por dentro do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jun. 1975, p.29.

THOMAS E. Skidmore. A selected bibliography. Disponível em: <[http://www.brown.edu/Facilities/University\\_Library/collections/skidmore/bibliography.html](http://www.brown.edu/Facilities/University_Library/collections/skidmore/bibliography.html)> Acesso em: 16 mai. 2006.

## Bibliografia

ABUD, Kátia M.; GLEZER, Raquel. Pesquisa de história no Brasil (trabalhos em realização). *Revista de História*, São Paulo, v.43, n.88, p.369-371, out./dez. 1971.

ALEXANDER, Robert. The emergence of modern political parties in Latin America. In: MAIER, Joseph; WEATHERHEAD, Richard (orgs). *Politics of change in Latin America*. New York: Frederick A. Praeger, 1964, p.101-125.

ALDEN, Dauril. Manoel Luis Vieira: a entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.39, n.4, p.521-537, 1959.

ALMEIDA, Paulo R. Tendências e perspectivas dos estudos brasileiros nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_.; BARBOSA, Rubens A.; EAKIN, Marshall. C. (orgs). *O Brasil dos brasilianistas*. Um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.31-55.

\_\_\_\_\_. Bibliografia seletiva da produção editada ou publicada nos EUA sobre o Brasil. In: \_\_\_\_\_.; BARBOSA, Rubens A.; EAKIN, Marshall. C.; (orgs). *O Brasil dos brasilianistas*. Um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos. São Paulo: Paz e Terra, 2002b, p.487-512

ARRUDA, José J.; TENGARRINHA, José M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: Edusc, 1999.

BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. In: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.1-10.

BASADRE, Jorge. *Courses on Latin America in institutions of higher education in the United States 1948-1949*. Washington: Department of cultural affairs Pan American Union, 1949

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita – teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 27-64.

BEIGUELMAN, Paula. Cultura acadêmica nacional e brasilianismo. In BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira, temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p.199-207.

BERGER, Mark. *Under northern eyes: Latin American studies and United States hegemony in the Americas, 1898-1990*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

BERGQUIST, Charles W. Recent United States studies in Latin American history: trends since 1965. *Latin American Research Review*. vol. 9, n.1, p.3-35, 1974.

BIEBER, Judy. História do Brasil nos Estados Unidos. In: BARBOSA, Rubens A.; EAKIN, Marshall. C.; ALMEIDA, Paulo. R. (orgs). *O Brasil dos brasilianistas*. Um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.195-232.

BORAH, Woodrow. Colonial institutions and contemporary Latin America: political and economic Life. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.43, n.3, p.371-379, ago. 1963.

BOMENI, Helena M. B. Uma entrevista com Richard Morse. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.77-93, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas*. Sobre a Teoria da Ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os Usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CAPELATO, Maria H. Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p.183-213.

CHAPMAN, Charles. A new american historical journal. *The Hispanic American Historical Review*, v. 1, n.1, p.2-23, 1918.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. Roger Chartier debate com José Sérgio Leite Lopes. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.4, p.139-182, 2002,

CLINE, Howard. Reflections on traditionalism in the historiography of Hispanic America. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.29, n.2, p.205-212, 1949.

\_\_\_\_\_. Problems of mexican ethno-history: The ancient Chinantla, a case study. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.37, n.3, p.273-295, 1957.

DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

DE ROUVRAY, Cristel, Old economic history in the United States: 1939-1954. *Journal of the History of Economic Thought*, v.26, n.2, 2004.

DIEHL, Astor A. *A cultura historiográfica brasileira*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

EAKIN, Marshall. Latin American history in the United States: from gentlemen scholars to academic specialists. *The History Teacher*, v.31, n.4, p.539-561, 1998.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_. (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.



FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. (org). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

FORJAZ, Maria Cecília S. A emergência da ciência política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35, São Paulo, 1997.

GIBSON, Charles. Colonial institutions and contemporary Latin America: social and cultural life. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.43, n.3, p.380-389, 1963.

\_\_\_\_\_.; KEEN, Benjamin. Trends of United States Studies in Latin American history. *The American Historical Review*, vol. LXII, n.4, jul. 1957.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p.59-83, n.17.

\_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.19-57.

GREEN, James. Clerics, exiles and academics: opposition to the brazilian military dictatorship in the United States, 1969-1974. *Latin American Politics and society*, v.45, n.1, p.87-117, 2003.

GUIMARÃES, Lucia P.; ARAÚJO, Valdeir L. O sistema intelectual brasileiro em John Casper Branner. In: GOMES, Ângela C. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HANKE, Lewis. Studying Latin American the views of an “Old Christian”. *Journal of Inter-american Studies*, v. 9, n.1, p. 43-65, 1967.

HACKETT, Charles. Discussion of Lesley Bird Simpson, Thirty years of The Hispanic American Historical Review. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.29, n.2, p.214-221, 1949.

HIRSCHMAN, Albert. *Journeys toward progress*. Studies of economic policy-making in Latin America. New York: Twentieth century fund, 1963.

IUMATTI, Paulo: Epistemologia, política e instituições no Brasil (1889-1934). In: MELCHIOR, Lílian *et al* (orgs). *Globalização e novos arranjos espaciais*. Ourinhos: Unesp, 34 p.,2006. No prelo.

JAGUARIBE, Hélio. A renúncia do Presidente Quadros e a crise política brasileira. *Revista brasileira de ciências sociais*, v.1, n.1, p.272-311, 1961.

\_\_\_\_\_. As eleições de 1962. *Tempo brasileiro*, nº2, Rio de Janeiro, p.7-38, 1962.

JOHNSON, John J. One Hundred years of historical writing on modern Latin America by United States historians. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.65, n.4, p.745-765, 1985.

KOZOLCHYC, Boris. Law and social Change in Latin America: The Alliance for Progress. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.44, n.4, p.491-502, 1964.

LAMOUNIER, Bolívar. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: \_\_\_\_\_. (org) *A ciência política nos anos 80*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p.407-433.

LAPA, José R. A. *A historiografia em questão*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAVRETSKII, Iosif R. A Survey of The Hispanic American Historical Review, 1956-1958. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.40, n.3, p.340-360, 1960.

LEFF, Nathaniel H. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil 1947-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

LEVIN, David. History as romantic art: structure, characterization and style in The Conquest of Mexico. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 39, n.1, p.20-45, 1959.

LEVINE, Robert M. Pesquisas: fontes e materiais de arquivos, instituições relevantes, abordagens. In: BARBOSA, Rubens A.; EAKIN, Marshall. C.; ALMEIDA, Paulo. R. (orgs). *O Brasil dos brasilianistas*. Um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.57-80.

LIPPI, Lúcia. A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza (orgs). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p.140-161.

MASSI, Fernanda. Brazilianismos, brazilianists e discursos Brasileiros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.29-44, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Introdução ao nacionalismo acadêmico – os brasilianistas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Decifra-me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico x brasilianismo, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991.

\_\_\_\_\_. *A Colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana – relações acadêmicas e intelectuais entre o Brasil e os Estados Unidos*. São Paulo: IDESP, 1989.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.66-74, 1990.

MORSE, Richard *A Volta de MacLuhanáima*. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MOTA, Myriam Brecho; BRAICK, Patrícia Ramos. *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 1997.

MOURA, Gerson. *História de uma história*. Rumos da historiografia norte americana no século XX. São Paulo: Edusp, 1995.

\_\_\_\_\_. Distância e diálogo: história e ciências sociais nos Estados Unidos *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, 1990, p.3-28.

*NATIONAL directory of latin americanists*: biobibliographies of 1,884 specialists in the social sciences and humanities. Washington : Library of Congress, 1966.

*NATIONAL directory of Latin Americanists*: biographies of 2,695 specialists in the social sciences & humanities. Washington : Library of Congress, 1971.

NOVAIS, Fernando; CARDOSO, Fernando Henrique. Anotações para um preâmbulo a quatro mãos. In: LOVE, J. *A Locomotiva, São Paulo na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NOVIK, Peter. *That Noble Dream*. The “objectivity question” and the American historical profession. New York: Cambridge University Press, 1992.

OSWALD, J. Gregory. A Soviet criticism of the Hispanic American Historical Review. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.40, n.3, p.337-339, 1960.

O MORALISMO e a alienação das classes médias. *Cadernos do Nosso tempo*, Rio de Janeiro, n.2, 1954.

PEIXOTO, Silveira. Lewis Hanke. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do R. G. do Sul*, n.84, p.352-357, dez. 1941.

POTASH, Robert. Colonial institutions and contemporary Latin America: a commentary on two papers. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.43, n.3, p.390-394, 1963

PONTES, Heloisa. Brasil com Z. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.45- 65, 1990.

RAMOS, Dulce. *Um exemplo de pesquisa bibliográfica como elemento da pesquisa pública: as teses americanas sobre o Brasil 1960-1970*. (levantamento global e crítica). 1972. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_. Levantamento das Pesquisas sobre assuntos brasileiros feitas em universidades norte americanas (1960-1970). *Revista de História*, São Paulo, v.49 n.99, p.281-308, 1974.

RODRIGUES, Jose Honório. Os estudos brasileiros e os brasilianistas, *Revista de História*, São Paulo, USP, v.54. n.107, p.189-219, 1976.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. United States scholarly contributions to the historiography of colonial Brazil. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.65, n.4, p.683-723, 1985.

SCHIMIDT, Mario. *Nova história crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2002.

SILVA, Janice Theodoro. Contra Thomas Skidmore: silêncio no Uriracoera. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, n.8, p.209-222, 1979.

SILVA, Marcos A. Notícias do brasilianismo. Saudades da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História*, v.16, n.31/32, p.76-88, 1996.

SIMPSON, Lesley Byrd. Thirty years of The Hispanic American Historical Review. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.29, n.2, p. 188-204, 1949.

SITUAÇÃO política brasileira. *Cadernos do Nosso tempo*, Rio de Janeiro, n.º2, p.104-120, 1954.

SOUZA, Pompeu. Eleições de 62: Decomposição partidária e caminhos da reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n.16, p.7-19, 1964.

TINKER, Edward Larocque. The horsemen of the Américas. *The Hispanic American Historical Review*, v.42, n.2, p.191-198, 1962.

YOUNG, Theodore R. Ensinando o Brasil: uma revisão dos programas sobre o país nos Estados Unidos. In: BARBOSA, Rubens A.; EAKIN, Marshall. C.; ALMEIDA, Paulo. R. (orgs). *O Brasil dos brasilianistas*. Um guia de estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.81-99.

## Apêndice - A chegada no Brasil

Com pesquisas publicadas sobre o Brasil desde as primeiras décadas do século XX é certo que a chegada da produção dos pesquisadores norte-americanos no Brasil construiu-se por vários meios: pelo contato com os intelectuais dos dois países, na tradução de obras publicadas primeiramente nos Estados Unidos, na divulgação de periódicos estrangeiros em território brasileiro ou na participação dos brasilianistas em revistas nacionais. A explicação para a forma com que esses acadêmicos foram recebidos, por sua vez, também não tem uma origem única, foi influenciada, certamente, por vários fatores.

Entre os elementos que moldaram questionamentos e interpretações a respeito do tema, podemos falar das visíveis diferenças institucionais, que preocupavam, como já foi dito anteriormente, José Honório Rodrigues e Francisco Assis Barbosa, incomodados com a alta-produção, organização e sofisticação dos estudos históricos norte-americanos em comparação com a falta de profissionalização do cenário acadêmico brasileiro. Ambos tinham um bom conhecimento dos dois ambientes, uma vez que, além de terem exercido atividades no Brasil, atuaram como professores visitantes em universidades norte-americanas<sup>113</sup>, experiência que fundamentou o tom de indignação e concorrência em determinados momentos dos seus textos. É difícil negar que, em termos institucionais, os dois autores não tinham certa dose de razão: enquanto os Estados Unidos investiam maciçamente em pesquisas sobre a América Latina, espalhando futuros docentes ou pesquisadores de agências governamentais por todo o continente, o Brasil começava em 1960 a organizar e estruturar melhor os cursos de História por todo país, para que, só em 1970, ocorresse à institucionalização da pós-graduação nas universidades. A fragilidade brasileira foi posta em evidência numa mesa redonda

---

<sup>113</sup> José Honório Rodrigues foi estudante da Universidade de Colúmbia em 1943 e 1944 e professor visitante na Universidade do Texas em 1963, 1964 e 1966, bem como em Colúmbia em 1970; Francisco Assis Barbosa foi professor visitante em 1968 na Universidade de Wisconsin.

denominada “Pesquisa Histórica no Brasil”, promovida pelo núcleo regional do Paraná da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História), por ocasião da 23ª reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em 1971. Nela, Kátia M. Abud e Raquel Glezer apresentaram conclusões a propósito de um levantamento de teses e trabalhos sobre a História do Brasil desde 1935. Resumidamente, as autoras abordaram quatro problemas, espécie de mapa das insuficiências historiográficas nacionais: o primeiro enfatizava a maior presença de pesquisadores estrangeiros trabalhando em temas brasileiros, especialmente norte-americanos e ingleses; o segundo referia-se ao fato de que a maioria das instituições brasileiras não se dedicava à pesquisa e sim à docência; o terceiro dizia respeito à falta de formação científica ou orientação segura de pesquisa de parte dos pesquisadores nacionais; e o quarto e último problema era constituído pelo fato de que, apesar do surgimento de núcleos de pesquisa em São Paulo, Minas Gerais e no Paraná, faltava ainda um órgão centralizador que pudesse orientar esses centros de pesquisa, racionalizando e disponibilizando “os poucos recursos destinados à pesquisa histórica”. (ABUD; GLEZER, 1971, p.371).

O regime militar brasileiro, instaurado em 1964, também contribuiu para o quadro vigente da pesquisa histórica no Brasil e as interpretações a respeito dos trabalhos de alguns brasilianistas. A falta de liberdade, tanto no que tange a formas de abordagem como no acesso a determinados arquivos ou fontes, impediu ou prejudicou o bom desenvolvimento das pesquisas dos intelectuais brasileiros. A relação desse ambiente nacional com fatores externos, alguns inclusive, propulsores do “boom” brasilianista na década de 1960, como, por exemplo, as políticas norte-americanas surgidas com o temor da possibilidade do nascimento de outros Castros, influenciaram o relacionamento entre os dois pólos, causando receios e desconfiança. Em entrevista a Helena M. Bousquet Bomeni (1989), Richard Morse expôs sua percepção daquele momento, a irreverência não lhe tirando a perspicácia:

Mesmo para a história mais recente, Alfred Stepan pôde ir ao Brasil, entrevistar generais – coisa muito difícil para um brasileiro naquela época – e fazer o seu livro sobre os militares brasileiros. Thomas Skidmore escreveu sobre a história de Getúlio a Castelo – não existia nada sobre isso – e seu livro foi usado em todas as universidades e até nas escolas. Os brasileiros ficaram um pouco chateados com isso e começaram a suspeitar de todos aqueles brazilianists. Havia sempre um certo receio de que essas pessoas fossem agentes da CIA – como agora, nos Estados Unidos, todo colombiano é suspeito de ser um narco-traficante. Mas os brasileiros têm senso de humor, e saiu uma edição da Veja com D. Pedro I a cavalo dizendo “Independence ou death!”, e Tiradentes com a corda no pescoço, exclamando num inglês pouco idiomático “Get over with this fast!” (BOMENI, 1989, p.88-89)

Morse se referiu à matéria “A história do Brasil: o passado do país está sendo escrito em Inglês” publicada em 1971 pelo jornalista Élio Gaspari. A partir daí foram inúmeras as citações sobre o brasilianismo, que se tornou “um prato cheio” para a grande imprensa (MASSI, 1990, p.31-32). Ao mesmo tempo em que se mostrava um pouco de orgulho com o fenômeno, motivado pela existência de interesse estrangeiro no Brasil, na maioria das vezes o brasilianismo foi visto com muitas suspeitas. As reflexões alimentavam as idéias de invasão, de investigação, de acúmulo de dados e de disputa entre os intelectuais locais e os norte-americanos, ou seja, as declarações refletiram, em certa medida, os debates do mundo acadêmico, pois, como afirmou Massi (1990), os espaços da academia e da imprensa, principalmente na década de 60 e início de 70, eram interpenetráveis, muitos foram os intelectuais que expressaram suas considerações em jornais e revistas.

Nos periódicos acadêmicos, embora os historiadores constituíssem parte significativa no número de brasilianistas, a recepção dada a eles em veículos de história não foi muito numerosa. Massi (1990, p.35-37) trabalhou com a “Revista de História da USP” e com a “Revista Brasileira de História” até o ano de 1985 e constatou que em ambas a participação dos norte-americanos foi pequena. Na primeira, desde seu início, foram os franceses que desempenharam um papel bastante ativo – possivelmente por serem considerados os principais interlocutores e os modelos intelectuais para os historiadores brasileiros –; nela, a participação norte-americana começou a ocorrer a partir de 1960, contando com alguns artigos e resenhas de certas obras. Por outro lado, a questão do brasilianismo foi discutida por

autores brasileiros nesse periódico, trata-se dos artigos já citados de Dulce Ramos (1974) e de José Honório Rodrigues (1976).

Em contrapartida, Massi (1990, p.37-39) encontrou em periódicos mais vinculados às ciências sociais, como a Revista Dados e os veículos do Cebrap, uma participação mais significativa dos brasilianistas, locais onde seus artigos foram publicados e as suas obras mais bem debatidas. A explicação para o diálogo mais intenso com os pesquisadores norte-americanos na Revista Dados, mais dedicada a ciência política, é encontrada, entre outros fatores, na geração de cientistas políticos brasileiros que se formou nos Estados Unidos e incorporou certos padrões conceituais daquele país, o que facilitou o contato. A atenção dispensada a história recente pelos brasilianistas também corroborou para moldar esse quadro, já que tal recorte fazia parte do repertório dos cientistas políticos brasileiros. Esse mesmo fator explicativo também elucidava a ausência dos brasilianistas nas revistas de história (MASSI, 1990), uma vez que é só durante a década de 70 e início dos 80 que os historiadores brasileiros passaram a dispensar maior atenção ao período Republicano, como veremos abaixo.

A vocação temática e metodológica dos estudos brasilianistas foi, muitas vezes, uma das causas identificadas pelos brasileiros para associar os acadêmicos norte-americanos à política neo-imperialista levada a cabo pelos Estados Unidos. Além do incômodo com o interesse apresentado pelo estudo da história recente, os brasileiros também criticaram a forte tendência empirista por parte dos norte-americanos. Contudo, como afirmou Pontes (1990, p.56-57), essa vertente empírica também deve ser relacionada ao tipo de produção a que esses pesquisadores estavam vinculados, já que grande parte dos trabalhos é proveniente de teses de doutorado e dificilmente estudos desse tipo “resultam em trabalhos teóricos e transformam-se em influências paradigmáticas”. Um outro tom da crítica à vertente empírica pode ser percebida nas reflexões feitas por Richard Morse, um dos brasilianistas que teve participação



em periódicos nacionais e que estabeleceu fortes contatos com a intelectualidade brasileira<sup>114</sup>. Dono de uma visão crítica sobre o modo operante do universo acadêmico norte-americano, com afirmações duras voltadas especialmente para ala dedicada aos estudos da América Latina, Morse caracterizou o empirismo estadunidense como uma visão fragmentada e não construída, incapaz de propor visões alternativas ou um ponto de apoio para uma reconstrução; os acadêmicos estadunidenses, para ele, tornaram-se fontes de “informação”. “Tentamos agarrar a realidade pelo pescoço, e ficamos com um botão de colarinho na mão” (MORSE, 1990, p.241). Segundo Morse, alguns brasileiros diferiam dos norte-americanos por fornecerem matrizes intelectuais para o conhecimento do Brasil, como foi o caso de Gilberto Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque. Na mesma época do apogeu brasilianista, ao contrário dos norte-americanos, os brasileiros Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Florestan Fernandes contribuíram, na visão de Morse, com hipóteses sobre o funcionamento da sociedade, e não somente com informações (BOMENY, 1989, p.90). Por traz da reflexão de Morse está um consenso sobre uma das principais diferenças entre os pesquisadores norte-americanos e os “latinos”: de um lado, a pesquisa empírica e, de outro, as características ensaísticas e a afeição pela teoria<sup>115</sup>. Miceli (1990) viu nas tradições acadêmicas envolvidas um fator determinante na relação dos dois pólos:

Entre outras razões, o descaso dos cientistas sociais nativos pelo que consideram “empirismo” exacerbado dos brasilianistas deriva, por sua vez, de suas pretensões para ostentar familiaridade com a “teoria”, traço particularmente marcante naqueles praticantes que se vêem excluídos das trocas intelectuais internacionais e de quaisquer atividades de “pura produção teórica” (1990, p.47).

As diferenças entre as tradições não estavam somente nessas características. Ao contrário dos historiadores brasilianistas, que privilegiaram temas vinculados ao Brasil

---

<sup>114</sup> Entre eles: Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, João Cruz Costa, Sérgio Milliet, Décio Almeida Prado e Florestan Fernandes.

<sup>115</sup> No livro “O Espelho de Próspero, cultura e idéias nas Américas” publicado no Brasil em 1988 Richard M. Morse retomou características ensaísticas, desafiando os estereótipos. Editado pela primeira vez no México em 1982 sob o título “El espejo de Próspero: Um estudio de la dialéctica del Nuevo Mundo” ainda não conseguiu alcançar o status de ser editado nas três principais línguas do continente americano: a obra espera uma versão para a Língua Inglesa.

republicano, os acadêmicos nacionais, em termos gerais, dedicaram-se mais ao período colonial até meados da década de 1970. Os dados levantados por José Roberto do Amaral Lapa (1976) mostram que, de 1943 a 1973, as 46 teses de doutoramento defendidas na Universidade de São Paulo dividiam-se desta maneira: 43,5% se dedicavam ao período colonial, 32,6% ao Império e 15,2% ao período Republicano. O restante, ou 8,7%, eram temas que cobriam mais de um período. No entanto, analisando outros dados referentes a períodos mais próximos a 1976, como projetos financiados pela Fapesp (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo) e coleções com temas históricos de algumas editoras, o autor levanta a hipótese de que havia uma mudança no cenário historiográfico brasileiro, com uma tendência ao predomínio de estudos sobre o período republicano. Essa tendência se consolidaria plenamente na década de 80, e é sob ela que podemos começar a perceber as formas de inserção da historiografia estadunidense no cenário acadêmico brasileiro, pois é nesse período que as obras dos historiadores brasilianistas começaram a ganhar maiores espaços no mercado editorial nacional. Para entendermos esse quadro faremos algumas considerações sobre a importação do conhecimento histórico produzido nos Estados Unidos pelo mercado editorial nacional, ou seja, analisaremos quando os livros foram publicados, quanto tempo levaram para serem traduzidos, quais temas sobressaíram nas publicações, quem editava os livros e que autores conseguiram ultrapassar as fronteiras geográficas e, tratando-se de brasilianistas norte-americanos, ideológicas. Afinal, o termo, muitas vezes, um estigma, ainda provoca desconfianças na intelectualidade nacional. Seguiremos aqui em alguns momentos os caminhos trilhados por Heloísa Pontes (1990), que analisou a participação de autores estrangeiros de todas as áreas do conhecimento no mercado editorial nacional de 1930 a 1988. Na tentativa de nos aproximarmos somente do grupo dos historiadores brasilianistas fizemos um recorte mais restrito, ou seja, abordaremos,

principalmente, autores que desenvolveram sua carreira acadêmica nos Estados Unidos somente na área da história, independentemente de suas nacionalidades.

Analisando livros editados no Brasil entre os anos de 1940 a 1989, por autores que fizeram pós-graduação em História nas universidades norte-americanas, podemos observar que entre os anos de 1940 a 1969 foram publicados no Brasil somente cinco livros de historiadores estrangeiros com formação nos Estados Unidos<sup>116</sup>. Número pequeno se levarmos em conta os dados disponibilizados por Pontes (1990), que contabilizou 52 livros de 31 autores estrangeiros publicados no Brasil entre 1930 e 1968. Praticamente metade foi escrita por seis autores – nenhum deles historiador –, são eles: Roger Bastide (francês, sete livros), Emílio Willems (alemão, seis livros), Charles Wagley (norte-americano, quatro livros), Herbert Baldus (alemão, quatro livros), Donald Pierson (norte-americano, três livros) e Pierre Monbeig (francês, três livros). O restante dos títulos se dividiram dessa maneira: 12 livros de 12 autores americanos, 6 livros de 6 autores franceses, 3 livros de 3 autores alemães, 4 livros de 2 autores ingleses e 1 livro de 2 autores italianos. Vale citar a conclusão de Pontes (1990) acerca desse grupo:

O que revelam esses números? Uma clara primazia dos estrangeiros antes nomeados que, em função do tipo de inserção que estabeleceram com o país, do tempo que aqui permaneceram, da posição que ocuparam nas universidades locais ou das redes de relações que construíram com a comunidade intelectual da época, destacaram-se também como os autores mais publicados no período. Em contraposição à situação desfrutada por estes autores, encontramos um número expressivo de outros estrangeiros (24 ao todo) com apenas um livro publicado. Os americanos, já nesta primeira fase de institucionalização das ciências sociais, sobressaem-se numericamente. Seus livros, em larga medida, resultaram de pesquisas feitas no país, como parte dos requisitos profissionais para suas carreiras, construídas, em sua quase totalidade, nos Estados Unidos. Daí o caráter "itinerante" e esporádico de várias dessas investigações. (PONTES, 1990, p.52)

Assim, nesse período em que a chave explicativa para a maior produção estrangeira no mercado editorial nacional está nos fortes vínculos dos autores com o processo de

<sup>116</sup> São eles: Alexander Marchant com "Do escambo a escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580" publicado em 1943; George C. Boehrer com "Da monarquia a república – história do partido republicano do Brasil, 1870-1889" publicado em 1954; Stanley Stein com "Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba; com referência especial ao município de Vassouras" editado em 1961; Ezequiel Ramirez com "As relações entre a Áustria e o Brasil, 1815-1889" publicado em 1967; e Thomas Skidmore com "Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco" publicado em 1969.

desenvolvimento das ciências sociais brasileiras – basta lembrar que os seis autores mais editados passaram um período significativo das suas vidas trabalhando no Brasil<sup>117</sup> –, os poucos historiadores norte-americanos apresentaram características diversas, já sinalizando feições de um grupo de estrangeiros que se tornaria dominante no mercado editorial nos próximos anos: pesquisadores que vinham ao Brasil coletar dados para as teses de doutorado e com laços não muito intensos com as universidades brasileiras. Pontes (1990) os denominou como “pesquisadores itinerantes”.

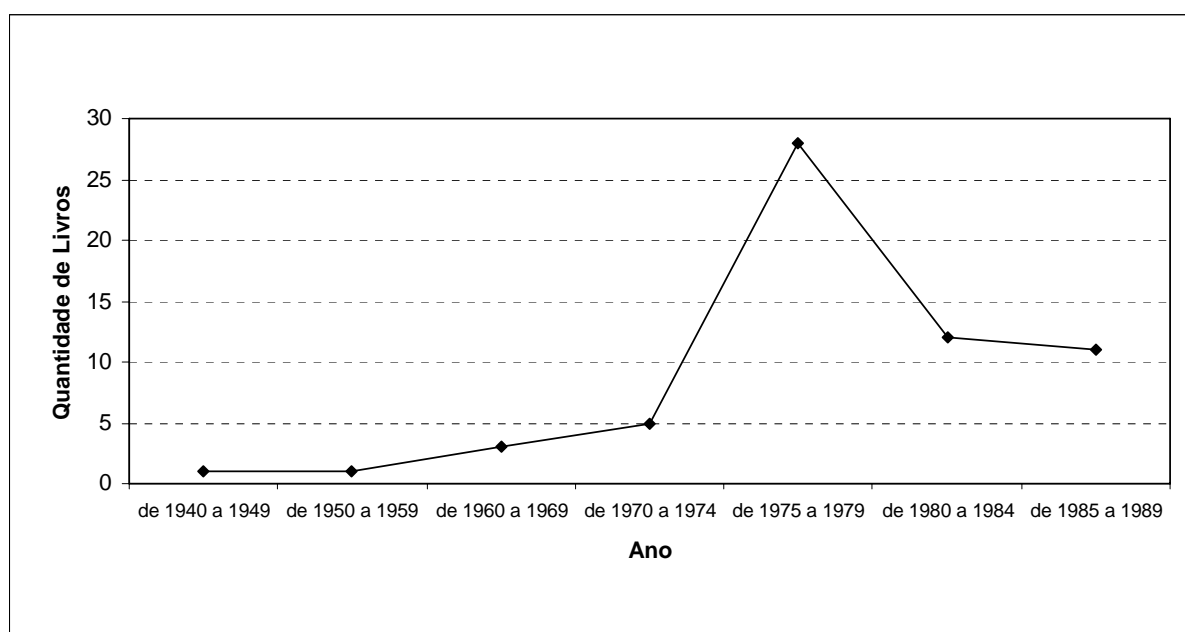


Gráfico 2. Distribuição anual de livros de autores brasilianistas.

Fonte: PONTES; MASSI, 1992; ALMEIDA, 2002b.

As cinco obras publicadas por historiadores em 30 anos (1940-1969) tornam-se ínfimas quando observamos que o período de 1970 a 1989 abarca um total de cinquenta e seis

<sup>117</sup> Segundo Pontes (1990) três deles foram professores na Escola Livre de Sociologia e Política: Baldus (1939-1953), Willems (1938-1949) e Pierson (1938-1949); tais pesquisadores também foram os principais responsáveis pela criação e sustentação da revista *Sociologia* e do programa de pós-graduação criado em 1941 na instituição. Já a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo teve como docentes: Bastide (1937-1955), Monbeig (1939-1946) e Willems (1938-1949).

livros<sup>118</sup>. O momento em que as obras dos brasilianistas norte-americanos começaram a encontrar maiores espaços no mercado editorial coincide com a trajetória brasileira em direção ao estudo do passado mais recente – a partir da década de 70. O gráfico 2 permite uma boa visualização da intensificação do número de obras de historiadores brasilianistas no mercado editorial brasileiro, especialmente entre 1975 e 1979.

Do total de sessenta e um livros, resultado da soma dos dois períodos, doze não receberam edições nos Estados Unidos entre 1940 e 1988. O livro “A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas, 1850-1937” de June Hahner, foi editado primeiramente no Brasil em 1981, para que, só em 1984, fosse publicado por uma editora norte-americana.

Atendo-se ao grupo de quarenta e oito livros publicados nos dois países, – excluindo a obra de Hahner, único caso em todo grupo que recebeu a primeira edição no Brasil, – os dados indicam que os livros levaram, em média, 4,5 anos para serem publicados por editoras brasileiras. Essa média torna-se mais nítida quando decompomos os livros em três grupos, levando-se em consideração o ano das suas publicações pelas editoras norte-americanas: o primeiro, entre 1940 e 1969, contém 10 obras publicadas nos Estados Unidos que surgiram no Brasil após um intervalo médio de 8,5 anos; o segundo grupo, com outros vinte e nove livros editados em território norte-americano entre 1970 a 1979 chegaram ao Brasil, em média, 3,9 anos depois de sua primeira edição; e o terceiro e último grupo, com 9 livros publicados por editoras estadunidenses entre 1980 e 1989, levaram, em média, 2,2 anos para serem traduzidos. Esses intervalos são representativos quando pensados como parte de um processo de aceitação, por parte dos brasileiros, das obras dos brasilianistas e, ao mesmo tempo, da necessidade de diálogo com quem já havia dado passos na pesquisa do Brasil republicano – tema de maior interesse e viabilidade comercial naquele momento.

---

<sup>118</sup> Esses dados foram retirados principalmente do “Guia biobibliográfico dos brasilianistas” de Fernanda Massi e Heloísa Pontes (1992); e complementados com a lista oferecida por Paulo R. Almeida (2002b) no texto “Bibliografia seletiva da produção editada ou publicada nos EUA sobre o Brasil”.

As doze obras não editadas nos Estados Unidos seguem a mesma tendência das traduções. Apenas o livro “Da monarquia a república - história do partido republicano no Brasil, 1870-1889”, de George Boehrer, foi publicado por uma editora brasileira em 1954; o restante, ou onze livros, são publicados entre 1977 e 1988, sendo exceção neste grupo: “O espelho de Próspero. Cultura e idéias na América”, uma das obras de Richard Morse, editada primeiramente no México em 1985.

Os sessenta e um livros são de autoria de trinta e quatro historiadores. Para a compreensão de uma certa repetição de autores nos livros trazidos ao Brasil é instrutivo recorrer aos dados da década de 1980; eles mostram que entre os anos de 1980 a 1989 encontram-se vinte e três livros de brasilianistas com formação acadêmica nos Estados Unidos, apenas seis deles eram de autoria de historiadores inéditos no Brasil, enquanto o restante, dezessete livros, apresentavam autores já conhecidos pelo público nacional. O contrário ocorre no período de 1940 a 1979: entre os trinta e oito livros editados encontram-se vinte e oito de autoria de historiadores que não haviam publicado nenhuma obra no Brasil. A falta de novos autores a partir dos anos 80 pode estar relacionada ao sucesso no mercado editorial conseguido por alguns historiadores nas suas primeiras publicações, ou mesmo, por um possível esfriamento da produção brasilianista na década de 1980 nos Estados Unidos. Nesse processo, destacam-se entre os autores mais editados: Stanley Hilton com sete publicações; John Foster Dulles com cinco livros; Thomas Skidmore, Stanley Stein e June Hahner com três livros e uma série de onze autores com duas publicações, dentre os quais Warren Dean, John Wirth, Robert Levine e Stuart Schwartz.

Os sessenta e um livros foram editados por vinte e sete editoras, sendo que apenas quatro delas foram responsáveis por pouco mais da metade das publicações dos historiadores estadunidenses, 52% do total dos livros. A Editora Paz e Terra foi a grande importadora do conhecimento histórico sobre o Brasil produzido pelos Estados Unidos neste período. Sozinha

editou quatorze livros, 23% do total, contando ainda com mais uma obra, publicada em parceria com a Editora da Unicamp. Civilização Brasileira, Nova Fronteira e Perspectiva foram às outras editoras que sobressaíram; cada uma editou seis livros de historiadores brasilianistas.

Essa parte da produção norte-americana que chegou ao Brasil foi uma pequena mostra do poder “ianque” na esfera das pesquisas acadêmicas. Quando comparada, por exemplo, com as 227 teses defendidas nas universidades norte-americanas até o ano de 1989, fica claro que a seleção de autores e de livros foi rigorosa. O confronto com o mercado editorial dos Estados Unidos mostra que no período estudado ele deu maior acolhida aos brasilianistas. Até o ano de 1980 o historiador E. Bradford Burns teve seis livros editados em território norte-americano (o primeiro foi em 1966), enquanto, no Brasil, até 1989, não havia editado nenhum livro, tendo somente publicado artigos em revistas especializadas<sup>119</sup> e participado de um dos volumes da série “História Geral da Civilização Brasileira”. Robert Levine teve dois livros publicados no Brasil até 1989. Nos Estados Unidos, até o ano de 1983, já havia editado cinco obras. A demora também fez parte das relações entre as duas historiografias. Algumas obras extrapolaram as médias e chegaram, ou melhor, continuaram a chegar no Brasil com muito atraso: Frank D. McCann Jr. publicou em 1995 no Brasil uma obra editada nos Estados Unidos em 1973, Mary Karasch editou em 2000 uma obra de 1987<sup>120</sup>.

Segundo Meihy (1991), somente 20 a 25% da produção norte-americana foram editados no Brasil. O que se explica, em grande medida, quando se pensa a respeito do sentido da produção. Na maioria dos casos, os livros dos brasilianistas destinaram-se às universidades e ao público leitor dos Estados Unidos; todavia, para chegarem ao Brasil, processou-se um

---

<sup>119</sup> Ver por exemplo: O Barão do Rio Branco opina sobre o Marechal Deodoro. *Revista de História*. v. 34, n.70, 1967, p.545-550; O Iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia. *Universitas*, n. 8/9, jan/ago 1971, p.5-15.

<sup>120</sup> As obras as quais nos referimos são: “The Brazilian-American Alliance, 1937-1945”. Princeton: Princeton University Press, 1973 (Edição brasileira: “Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937/1945”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995) de Frank D. McCann Jr; e “Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850”. Princeton: Princeton University Press, 1987 (Edição brasileira: “A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000) de Mary C. Karash.

desvio no sentido dessa produção, feito, muitas vezes, pelas casas publicadoras nacionais, atentas ao que comercialmente era interessante ou não.

O ineditismo brasilianista contemplava a carência do público leitor brasileiro, causada, sobretudo, por tendências da historiografia brasileira e pela contribuição decisiva do período militar, inibidor do pensamento e da imprensa. As obras representavam, na verdade, uma das poucas visões disponíveis sobre o passado recente e o presente do país (PONTES, 1990). O que explica, em certo sentido, o sucesso de alguns livros entre os leitores, como no caso do livro: “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco” de Thomas Skidmore, lançado em 1969, e que ganhou em 1982 a sua 7ª edição pela editora Paz e Terra.

A variedade dos assuntos contemplados por estudos brasilianistas pode ser constatada nos livros trazidos para o Brasil. A maior parte dos trabalhos estiveram ligados ao período Republicano e ao passado recente, ganhando grande atenção o período Vargas e a fase pós-64. Os trabalhos destacaram temas sobre as relações entre civis e militares, classe operária, anarquistas, partido comunista, imigração estrangeira, atuação inglesa no Brasil, industrialização em São Paulo, pensamento racial e cultural, mulheres e suas lutas, biografias políticas, militares na política, revolução constitucionalista de 1932, estudos regionalistas centrados nos Estados mais importantes e movimentos religiosos (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p.66). Thomas Skidmore, John Foster Dulles, Stanley Hilton, June Hahner, John Wirth, Robert Levine e Ralph Della Cava são exemplos de autores que mergulharam em alguns desses temas.

Não só ao período republicano ficaram restritas as obras dos brasilianistas publicadas no Brasil. Outros autores conseguiram se destacar trabalhando em limites temporais referentes aos períodos Imperial e Colonial. No Império, trabalhos sobre economia, modernização e escravidão tornaram-se referências para os estudiosos brasileiros, dentre eles, as obras de Richard Graham, Robert Conrad, Warren Dean e Stanley Stein (ARRUDA;



TENGARRINHA, 1999, p.66). Os importantes trabalhos de Stuart Schwartz sobre o tráfico de escravos e o processo de produção nos engenhos de açúcar e os de Kenneth Maxwell sobre a Inconfidência mineira e as relações entre Brasil e Portugal são exemplos de livros clássicos sobre o período colonial brasileiro.

Como resultado da produção brasilianista, é representativa a série “História Geral da Civilização Brasileira”. Nos volumes correspondentes a império e colônia há a participação de apenas um brasilianista: Richard Graham. Nos volumes dedicados ao período republicano, editados entre 1975 e 1984, cresce a colaboração dos norte-americanos; Joseph Love, John Wirth, Robert Levine, Warren Dean e E. Bradford Burns cooperam na construção da série (ARRUDA; TENGARRINHA).

Através do mercado editorial brasileiro, de acordo com Pontes (1990, p.61), é possível identificar duas categorias de brasilianistas norte-americanos. A primeira é formada por autores bem relacionados institucional e intelectualmente com a academia brasileira; nesse grupo estão os brasilianistas que após a conclusão do doutorado vieram ao Brasil para pesquisar e lecionar, muitos na função de professor visitante. Entre eles Pontes (1990) destacou os seguintes historiadores: Richard Morse, Stuart Schwartz, Joseph Love, Warren Dean, Ralph Della Cava, e Herbert Klein. O segundo grupo, em maior número, de acordo com a autora:

[...] é integrado por autores de reputação acadêmica dúbia ou pouco conceituada pela comunidade intelectual nativa, mas que são interessantes para os editores que os publicaram em função do tipo de temática abordada em seus trabalhos. Seus livros quase sempre atingem um público leitor mais amplo. Para não ferir suscetibilidades citamos apenas os nomes dos historiadores Thomas Skidmore e John Foster Dulles, amplamente reconhecidos nessa categoria (PONTES, 1990, p.61).

Independentemente da categoria, a produção brasilianista, junto de outros fatores, foi incentivadora de uma reorientação da historiografia nacional, tornando relativa à ênfase nos períodos colonial e imperial e atribuindo maior importância ao período republicano (PONTES, 1990, p.57). Fico e Polito (1996) afirmam que entre os anos de 1980 a 1989, das

835 teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras, 85% referiam-se ao Brasil; destas, 60% estudaram o período republicano.

Apoiada nessa mesma reflexão, que dá ênfase à antecipação das obras brasilianistas à dos historiadores brasileiros, Moreira (1990) identificou a contribuição desses autores no processo que chamou de “vivificação” da memória nacional. De acordo com a autora, até o final da década de 50 e início de 60 a preocupação com a memória se constituía em poucos focos que voltavam seus olhos principalmente para a documentação do Império e da Colônia. A falta de condições dos arquivos para dar bom suporte aos pesquisadores, seja pela característica específica dos acervos, pelas dificuldades encontradas pelas instituições ou pela falta de uma política de proteção do patrimônio, inclusive de arquivos privados, foi evidenciada com o surgimento dos novos interesses da pesquisa histórica – cada vez mais próximos do período republicano. Nesse quadro, os brasilianistas, imersos desde cedo em alguns temas desse período, foram responsáveis, por um lado, tanto pela divulgação de novos arquivos quanto pela ratificação da importância de arquivos pouco consultados pelos pesquisadores brasileiros, como, por exemplo, os arquivos privados de políticos, ainda sob guarda das famílias, e, por outro lado, por trazer à tona a discussão sobre o acesso aos documentos, que girou em torno da facilidade de consulta dada aos norte-americanos e as restrições aos pesquisadores brasileiros<sup>121</sup>.

O conjunto das obras dos historiadores brasilianistas merece evidência na compreensão do processo de construção do conhecimento histórico sobre o Brasil; vistas em sua totalidade, as obras dos norte-americanos podem ter direcionado a formação dos especialistas brasileiros. A reflexão das partes deste todo, ou seja, desses intelectuais em sua individualidade, levará à elucidação dos detalhes dos caminhos percorridos na historiografia brasileira e na historiografia norte-americana do Brasil.

---

<sup>121</sup> “Na realidade, a restrição ao pesquisador brasileiro se dá menos nos arquivos privados do que na esfera pública, especialmente junto aos ministérios militares e o das Relações exteriores, cujos arquivos até hoje têm seus acessos dirigidos por regimentos próprios” (MOREIRA, 1990, p.73-74).